

# PLANO PLURIANUAL

# 2016



PROJETO DE LEI



GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ





# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

GOVERNADOR

Camilo Sobreira de Santana

VICE-GOVERNADOR

Maria Izolda Cela de Arruda Coelho

Gabinete do Governador	José Élcio Batista
Gabinete do Vice-Governador	Fernando Antônio Costa de Oliveira
Casa Civil	Alexandre Lacerda Landim
Casa Militar	Cel. Francisco Túlio Studart de Castro Filho
Procuradoria Geral do Estado	Juvêncio Vasconcelos Viana
Controladoria e Ouvidoria-Geral do Estado	José Flávio Barbosa Jucá de Araújo
Conselho Estadual de Educação	José Linhares Ponte
Secretaria da Agricultura, Pesca e Aquicultura	Francisco Osmar Diógenes Baquit
Secretaria das Cidades	Lucio Ferreira Gomes
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior	Inácio Francisco de Assis Nunes Arruda
Secretaria da Cultura	Guilherme de Figueiredo Sampaio
Secretaria do Desenvolvimento Agrário	Francisco José Teixeira
Secretaria do Desenvolvimento Econômico	Vivian Nicolle Barbosa de Alcântara
Secretaria da Educação	Maurício Holanda Maia
Secretaria Especial de Políticas sobre Drogas	Mirian de Almeida Rodrigues Sobreira
Secretaria do Esporte	José Jeova Souto Mota
Secretaria da Fazenda	Carlos Mauro Benevides Filho
Secretaria da Infraestrutura	André Macedo Facó
Secretaria da Justiça e Cidadania	Hélio das Chagas Leitão Neto
Secretaria do Meio Ambiente	Artur José Vieira Bruno
Secretaria do Planejamento e Gestão	Hugo Santana de Figueirêdo Junior
Secretaria dos Recursos Hídricos	Francisco José Coelho Teixeira
Secretaria de Relações Institucionais	José Nelson Martins de Sousa
Secretaria da Saúde	Henrique Jorge Javi de Sousa
Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	Delci Carlos Teixeira
Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social	Josbertini Virgínio Clementino
Secretaria do Turismo	Arialdo de Mello Pinho
Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário	Maria do Perpétuo Socorro França Pinto





# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Plano Plurianual 2016 - 2019

Mensagem do Governo

Fortaleza, 2015





# GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

*Secretaria do Planejamento e Gestão*

Secretário	Hugo Santana de Figueirêdo Junior
Secretário Adjunto	Carlos Eduardo Pires Sobreira
Assessoria de Desenvolvimento Institucional	Aldizio Alves Vieira Filho
Assessoria Jurídica	Heloysa Helena de Meneses Freire Rocha
Coordenadoria de Planejamento, Orçamento e Gestão	Marcos Medeiros de Vasconcellos Naiana Corrêa Lima Peixoto Raimundo Avilton Meneses Júnior
Coordenadoria de Promoção de Políticas de Combate à Pobreza e Inclusão Social	José de Lima Freitas Júnior
Coordenadoria de Cooperação Técnico-Financeira	Ticiane da Mota Gentil Parente
Coordenadoria de Gestão de Pessoas	Fabio da Silva Miranda Katia Burgos Monteiro
Coordenadoria de Gestão Previdenciária	Francisco Robson da Silva Fontoura
Coordenadoria de Promoção da Qualidade de Vida do Aposentado	Guirlanda de Fátima Távora Ponte
Coordenadoria de Perícia Médica	Francisco de Assis Barreto Dias de Carvalho
Coordenadoria de Modernização da Gestão do Estado	Vanessa Machado Arraes
Coordenadoria do Gespública	
Coordenadoria de Gestão de Compras	Valdir Augusto da Silva
Coordenadoria de Recursos Logísticos e de Patrimônio	André Theophilo Lima
Coordenadoria de Estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação	
Coordenadoria da Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	Ênio Azevedo Fontenele
Coordenadoria Administrativo-Financeira	Otávio Nunes de Vasconcelos
Companhia de Habitação do Ceará	Vilani Pinheiro Falcão
Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará	Adalberto Albuquerque de Paula Pessoa
Escola de Gestão Pública do Estado do Ceará	Lúcia Siebra
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará	Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto
Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	José Olavo Peixoto Filho



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria do Planejamento e Gestão*

EQUIPE DE COORDENAÇÃO – SEPLAG

**Supervisão Geral**

Marcos Medeiros de Vasconcelos

Naiana Corrêa Lima

Raimundo Avilton Meneses Júnior

**Coordenação Técnica**

Raimundo Avilton Meneses Júnior

**Orientação Técnica**

Dominique Cunha Marques Gomes

Sandra de Souza

**Elaboração e assessoramento**

Cristiane Lorenzetti Colares

Daniele Passos de Lima Albuquerque

Eliane Barbosa Hissa

Fátima Coelho Benevides Falcão

Francisca Maria Sousa Moreira

Francisco Ailson Alves Severo Filho

Francisco José Freire Rodrigues Junior

Francisco Menezes de Freitas

Kelly Rosana Holanda Lavor

Lígia Maria Luna Coelho Ferreira

Luiz Carlos Holanda Antero

Maria Cristiane Maia Caxilé

Maria Lúcia do Carmo

Maria Lúcia Holanda Gurjão

Renata Pontes Viana

Sandra Maria Braga

Vera Marlusa Teixeira Veras

Virgínia Dantas Soares Teixeira

**Colaboração Técnica**

Francisco Aduino de Oliveira

George Kilmer Chaves Craveiro

José Fábio de Sousa Diogo

Mércia Maria de Melo Ponte Lima

**Apoio técnico e logístico**

Maria Edilce Moreira

Maria Elizabeth Pereira Rocha

Maryland de Oliveira Marinho

Ricardo Dione Bezerra Santos

**Assessoramento jurídico**

Heloyza Helena de Menezes Freire Rocha

**Processamento de Dados**

Alexandre Araújo da Silva

Daniel Ivo de Andrade

José Evertonildo Bessa Maia

Laio Viana Bezerra Dias

Luiz Edivam Carvalho Júnior

Wanialdo Eduardo de Lima da Silva

**Diagramação e Projeto Gráfico**

Julian Marlos Carneiro Lima

Manoel Vital da Silva Júnior

EQUIPE DE COLABORAÇÃO – IPECE

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes

Alexsandre Lira Cavalcante

Ana Cristina Lima Maia Souza

Cleyber Nascimento de Medeiros

Fátima Juvenal de Sousa

Jimmy Lima de Oliveira

Nertan Cruz de Almeida

Nicolino Trompieri Neto

Raquel da Silva Sales

Vitor Hugo de Oliveira Silva

Witalo de Lima Paiva

## EQUIPE SETORIAL DE ELABORAÇÃO

Beatriz Linhares dos Santos (SRI)  
Adeline de Araujo Lobão da Silva (Secitece)  
Adriana Moraes Correia, Perita (Pefoce)  
Adriana Silva Gonçalves (Cagece)  
Afonso Gonçalves de Carvalho Neto (Nutec)  
Aila Pequeno Holanda Porto (ESP)  
Alcides Maria do Nascimento Parente (DER)  
Aldizio Vieira Alves Filho (Seplag)  
Aline Lima de Paula Miranda (Sejus)  
Alzenir Moraes Ferreira (Setur)  
Amanda Viana de Macedo Parente (Casa Civil)  
Ana Carolina Albuquerque Freitas da Rocha (Funcap)  
Ana Livia Andrade de Araujo (DAE)  
Ana Lúcia Aragão Alves (Setur)  
Ana Paula Monteiro de Carvalho (Seduc)  
Anastácia da Silva Santos (CGE)  
Anna Maria Cavalcante Carneiro (Secitece)  
Antônio de Pádua Dias Costa Júnior (DPGE)  
Antonio Tarciso Coelho Pinto (Ematerce)  
Ari Célio Reges Mendes (SPD)  
Aurilene Pereira Moura Moreira (UECE)  
Cap BM Aluizio Souza Freitas (CBMCE)  
Carlos Ernesto Albuquerque de Holanda (Funtelc)  
Chagas Romão Cavalcanti Souza (Etice)  
Clea Mesquita Lopes (Seinfra)  
Cristiane Mendonça Crijá (Funcap)  
Dalva Uchoa Lima Medeiros (Ceasa)  
Danielle Silva Pinto (Arce)  
Danyelle Mota Ricardo Guerra (Sejus)  
Dayanna Karla Coelho Rodrigues (CED)  
Débora de Oliveira Melo (CGE)  
Denilson Albano Portácio (Seduc)  
Denilson Fieldes (Cogerh)  
Denise Andrade Araújo (CGE)  
Deusimar Lira Cavalcante Filho (Ipece)  
Diana Santos Pontes (TJ)  
Elizabeth Maria Cruz Romão (Semace)  
Enia Pinheiro (CGD)  
Evandro Batista (Adece)  
Evelise Façanha Braga (Etice)  
Fernando Antônio Alves dos Santos (UECE)  
Fernando Antônio Costa de Oliveira (Gabvice)  
Firmiana Santos Fonseca Siebra (Urca)  
Francisca Luzitelma Santos Caracas (Issec)  
Francisco das Chagas Lopes da Silva (Cidades)  
Francisco Herbert Lima Vasconcelos (CED)  
Francisco Hoilton Araripe Rios (Funceme)  
Francisco José Coelho Bezera (Issec)  
Francisco Leopoldo Moreira Filho (Nutec)  
Francisco Ricardo Vieira Catarina, Maj PM (PMCE)  
Francisco Vanderlan Carvalho Vieira Filho (SSPDS)  
Frederico Jorge Barbosa Acário (Codece)  
Glaucy Maia Pinheiro (TCM)  
Guido Colares Filho (SDA)  
Homero Catunda Batista, Maj BM (CBMCE)  
Igor Pimentel Gomes Fernandes Vieira (UVA)  
Jamile dos Santos Moura (Aesp)  
Jessé Moura Filho (Detran)  
João Ferreira de Almeida Júnior (Secult)  
João Paulo Almeida Mendes (CED)  
João Washington de Meneses (Sesa)  
Jonas Santos da Silva (Sesporte)  
Jorge Pinto Filho (SDA)  
José Auriço Oliveira (TCE)  
José Eleri de Sousa (SSPDS)  
José Erivilson de Lima (EGP)  
José Flávio Guedes (Secitece)  
Joaquim José Facó (DER)  
José Praxedes Costa (Seapa)  
José Teófilo Braga Neto (Cohab)  
Josiany Melo Negreiros (Arce)  
Jussara Maria Laroca Figueiredo dos Santos (CGD)  
Karine Machado Campos Fontenele (SRH)  
Lara Neves Feitosa Campos (Ceará Portos)  
Léo Pessoa (Seapa)  
Lorena Maria Moreira Chagas (Detran)  
Lucas Fernandes Hoogerbrugge (Seduc)  
Luce Karine Soares Balreira (Sohidra)  
Lúcia Maria Bertini (Sejus)  
Lúcia Pompeu de Vasconcelos Castro (Gabgov)  
Luciana Albuquerque Guimarães (Metrofor)  
Luis Egídio Costa Pelúcio (Issec)  
Luiz Carlos Fernandes (Polícia Civil)  
Luiz Oliveira (Adagri)  
Luiz Silveira Gomes, TC PM (PMCE)  
Marcelo Correia Lima da Rocha (SDE)  
Marcelo Medeiros de Vasconcelos (DPGE)  
Márcia Evangelista Prudente (TCM)  
Marcos Antônio Silva Saraiva (Sefaz)  
Marcus Vinícius Melo Cruz (AL)

Maria Carmelita Sampaio Colares (CGD)  
Maria de Marilac Coelho Rocha  
Maria Denise Alves Eugênio (SRH)  
Maria Dias Cavalcante (Sema)  
Maria do Socorro Medeiros de Brito (SDA)  
Maria Esther Frota Cristino - Lily Frota (Ideci)  
Maria Hebe Camurça Citó (EGP)  
Maria Marcigleide Araújo Soares (CED)  
Maria Nayde de Magalhães Macedo (Funceme)  
Maria Neide Lopes Cordeiro (Secult)  
Maria Nilce Quinderé Cals (Cegás)  
Maria Nivania F. Barbosa (Urca)  
Maria Vania Pires Costa (PGE)  
Marlene Casela (Secult)  
Nátia de Matos Nunes (SDE)  
Nelci Gadêlha de Almeida (Sema)  
Norma Maria Cavalcanti Alcoforado (Seplag)  
Pablo Rocha Ximenes Ponte (Etice)  
Paulo Henrique Holanda Pascoal (Seinfra)  
Paulo Henrique Parente Neiva Santos (DAE)  
Pedro Aguiar Nobre Filho (Codece)  
Raimunda Jozielma Viana Ferreira (PGE)  
Ricardo Alan Kardec Loiola (Idace)  
Ricardo Leite Soares (Etice)  
Ricardo Luiz Soares Dantas (ZPE Ceará)  
Roberta Kelma Peixoto de Oliveira Jucá (TJ)  
Rosa Meire Alves Guimarães (Uva)  
Sandra Maria Braga Libanio de Vasconcelos (STDS)  
Sandra Maria Costa Barbosa (UECE)  
Sandra Maria Ferreira de Moraes (STDS)  
Sandra Maria Olimpio Machado (Sefaz)  
Sebastião Lopes Araújo (STDS)  
Silviane Torres da Costa (Cidades)  
Sônia Maria Câmara Sisnando Saraiva (Sefaz)  
Suelde Maria Gonçalves Montenegro (Funceme)  
Sulamita Maria Alves de Mesquita Soeiro (Nutec)  
Tânia Maria Cunha Alves (Seinfra)  
Teresa Jacqueline de Mesquita Ciríaco (PGJ)  
Thiago Costa Silva (Uece)  
Thiago Oliveira Tozzi (DPGE)  
Tuiro Camboim Moraes (Seduc)  
Vanessa Rocha de França (Seduc)  
Vera Lucia Teixeira Salgado (Nutec)  
Zirlânea da Silva Gonçalves (Sejus)



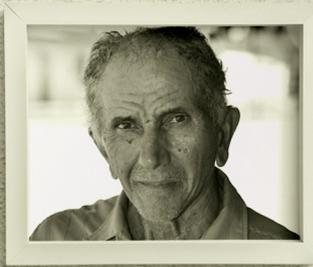
“Agora, uma palavra para a nova equipe que assume comigo a responsabilidade de governar o Ceará... Nas suas mãos estão as vidas de milhões de pessoas, idosos, trabalhadores, jovens e crianças. Por isso, anuncio hoje que não vou distribuir foto minha para as repartições públicas. Os senhores e as senhoras terão em suas salas as fotos de nossos irmãos e irmãs cearenses de todo o Estado, para que sempre lembrem que é para eles e elas que vocês estão trabalhando”.

**CAMILO SOBREIRA DE SANTANA**



# PPA - 2016/2019

## MENSAGEM DO GOVERNO







## MENSAGEM DO GOVERNADOR

MENSAGEM N.º \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

Senhor Presidente,

Submeto à consideração da Augusta Assembleia Legislativa, por intermédio de Vossa Excelência, para fins de apreciação e pretendida aprovação, atendidos os dispositivos que disciplinam o processo legislativo, o incluso Projeto de Lei que “DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL PARA O PERÍODO 2016 – 2019”.

Nas atribuições de comando do Poder Executivo, apresento a esta Assembleia Legislativa do Estado do Ceará - e à Sociedade - o Projeto de Lei que sistematiza e institui o Plano Plurianual – PPA do período 2016-2019, em cumprimento ao que preconiza a Constituição Federal - no §1º do Artigo 165, e a Constituição de nosso Estado, no §1º do Artigo 203.

Tais dispositivos constitucionais determinam: a Lei que instituir o PPA estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital, e outras que delas decorrem, e para os dispêndios relativos aos programas de duração continuada.

As diretrizes estratégicas observadas nesta proposta de Plano articulam-se ao arcabouço da legislação orçamentária de planejamento governamental, que inclui as Leis de Diretrizes Orçamentárias e as Leis Orçamentárias Anuais. Mediante a integração desses instrumentos, busca-se o aprimoramento, a harmonização e o alinhamento entre o planejamento de médio prazo e a implementação das políticas públicas no curto prazo.

Enquanto instrumento do planejamento de médio prazo, o PPA, na medida em que articula a visão estratégica e a atuação tático-operacional -- externada nos programas, suas iniciativas e produtos - representa relevante ferramenta para a Gestão Pública Estadual, que persistirá orientada, na atual gestão, para resultados, mediante a realização das metas germinadas na expectativa da sociedade, na busca contínua das transformações progressistas na realidade social, econômica e ambiental de nosso Estado, e em suas múltiplas determinações.

Construído sobre os sólidos alicerces e princípios da legalidade democrática e da transparência ética, o Plano Plurianual (2016-2019), que submeto à apreciação desta Casa, busca fomentar, nos próximos quatro anos, as mudanças coletivamente inspiradas numa concepção de mundo na qual o nosso Ceará trata de se aproximar do horizonte iluminado pelo desenvolvimento sustentável, com prosperidade, qualidade de vida, equidade social e regional.

Neste prumo, o Plano contém o referido arcabouço no qual os Programas são os instrumentos de organização da atuação governamental no âmbito do Estado do Ceará, na busca da realização dos



resultados socialmente desejados, à medida que perseguem a resolução dos problemas, das demandas ou, ainda, criam ou aproveitam as oportunidades de desenvolvimento.

São Programas que apresentam, nos seus objetivos principais, a melhoria das condições de vida de todos os cearenses e a promoção do desenvolvimento econômico, social e ambiental, mediante a oferta de bens e serviços nas diversas áreas, entre as quais a Educação, Saúde, Segurança Pública, Trabalho e Renda, Habitação, Recursos Hídricos e Meio Ambiente.

Ao encaminharmos essa proposta do PPA 2016-2019, nosso Governo enfatiza e estimula a interação, a integração e o diálogo com o conjunto da sociedade e das instituições do setor público e do setor privado, gestando a ampla articulação e colaboração das parcerias necessárias ao desenvolvimento do nosso Estado, fermentando o debate inteligente e fomentando o evento de novas ideias, elevando o protagonismo social.

Ao aprimorarmos os meios de participação cidadã e de múltiplo e diversificado envolvimento das classes, camadas e categorias, revigoramos a relevância do controle social, imprescindível fundamento da eficiência, eficácia, impacto e efetividade na implementação das políticas públicas.

Além disso, esta proposta de PPA, envolvendo o dinâmico e diversificado entrelaçamento da intersectorialidade e transversalidade, contribuirá para o enfrentamento dos grandes desafios, entre os quais a edificação e disseminação de uma cultura pacífica, construtiva da antítese à violência e à desagregação social, a criativa geração de mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza, a recuperação e o uso sábio e consciente do nosso meio ambiente, antecipando sua preservação para novas gerações e o fomento ao desenvolvimento econômico, social e territorial.

Desse modo, a proposta do PPA 2016-2019 trata de contemplar o processo que abarca planejamento, execução, monitoramento e avaliação em perspectiva das políticas públicas, estruturadas em sete grandes Eixos Governamentais de Articulação Intersetorial, identificados como “7 Cearás”. São eixos idealizados a partir da inspiração e esforço coletivos de pensar o desenvolvimento de forma estrutural, dinâmica, produtiva, integrada e intersetorial, o que demandou e movimentou esforços, conhecimentos e recursos da Sociedade e do Estado.

No Ceará da Gestão Democrática por Resultados buscamos o crescimento constante, equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário, e a redução persistente das desigualdades. A meta consiste em alcançar o resultado estratégico esperado, no qual os serviços públicos estaduais sejam planejados e geridos de forma eficiente, eficaz e efetiva, e as atenções direcionadas às necessidades dos cidadãos, referenciadas na transparência e equilíbrio fiscal.

O Ceará Acolhedor, que se sustenta no respeito à pluralidade e à liberdade individual de escolhas e respeito aos direitos humanos, almeja assegurar a inclusão das pessoas, priorizando a prevenção e combate à vulnerabilidade social.

O Ceará de Oportunidades se delinea na integração dos temas representativos dos fundamentos de sustentação econômica do desenvolvimento, os quais respondem aos desafios da economia estadual mediante duas formulações de inspiração estratégica: (1) fomento ao crescimento econômico com desenvolvimento territorial; e (2) geração e reprodução do emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza.



A implementação dos programas intrínsecos aos temas estratégicos deste eixo, pretende assegurar o desenvolvimento econômico sustentável, inclusivo, solidário e emulativo ou competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, em sintonia com as identidades territoriais.

Quando verificamos que nosso Estado possui 86,8% de seu território encravado no semiárido (um ambiente no qual a prevalência de secas frequentes e prolongadas gera graves dificuldades para a população), valorizam-se as políticas de convivência que atenuam os impactos climáticos, alimentadas pela existência das diversificadas alternativas e estratégias disponíveis desde o aproveitamento do Bioma Caatinga. Neste ambiente, o Ceará Sustentável é o eixo que se valoriza em abrangência e contempla a implementação de uma Política Ambiental pautada na preservação e utilização econômica criativa dos recursos naturais.

O Ceará do Conhecimento provê os alicerces da construção de uma sociedade esclarecida, nos quais se sustentam os pilares de uma economia mais avançada, numa especial estratégia de estímulo a um salto de qualidade no perfil socioeconômico do Ceará. Ergue-se neste eixo a determinação de proporcionar à população uma formação integral de qualidade com ênfase na equidade e protagonismo na inovação -- uma revolução na política de desenvolvimento econômico e social, na democratização da produção científica e tecnológica, da educação superior, da cultura para todas as classes e camadas sociais.

O Ceará Saudável enfatiza os pressupostos da cidadania, garantia de direitos, promoção da saúde, fortalecimento das ações comunitárias, criação de ambientes favoráveis, do desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança de estilos de vida. Com isso, buscamos favorecer a vigência de um Estado que fomenta a cultura de paz e compreende ações articuladas e compartilhadas no espectro das políticas públicas de saúde, esporte e lazer, saneamento básico, educação, habitação, e programas relacionados.

O Ceará Pacífico se dimensiona na concepção de uma Sociedade Justa, Solidária e Pacífica ancorada na compreensão do direito universal à proteção, amparo, defesa e justiça, na qual o Estado, protagonista e fiador desses direitos, conta com a participação da sociedade, como coadjuvante na conquista de uma cultura de paz e num ambiente mais justo e solidário. Neste eixo, não há fronteiras restritivas aos esforços que visam assegurar a toda a sociedade, de forma ampla, qualificada e igualitária, a efetiva segurança cidadã e a justiça dignas de um Estado que aspira a um novo padrão civilizatório.

A realização dos resultados pretendidos em cada um dos “7 Cearás” pressupõe que este Plano Plurianual se orienta por uma gestão participativa que requer uma progressiva articulação entre o Estado e o cidadão, aprimorando a efetividade das políticas públicas no processo de planejamento e monitoramento dos orçamentos e projetos relacionados.

Na construção do Plano, no ano em curso, foram realizadas oficinas regionais de planejamento participativo, promovidas nas 14 novas regiões de planejamento – uma redistribuição geopolítica que reforça o compromisso de promover o desenvolvimento territorial –, nas quais foi publicamente compartilhado o pedagógico desafio de pensarmos políticas públicas integradas às necessidades e às vocações de cada território, incrementando a aproximação entre Governo e Sociedade.

Esse processo de concepção do planejamento participativo possibilitou uma reflexão estruturada e descentralizada da realidade cearense, desvelando um quadro de enormes desafios a serem enfrentados, tendo em vista o grande déficit de políticas ativas de promoção do desenvolvimento, garantia do bem estar e provisão de bens públicos. Assim, um dos pressupostos para elaboração desse Plano foi que o Estado ainda tem dívidas a saldar enquanto provedor de bens públicos, avalista da proteção social e promotor da produtividade e do emprego.



Em sua expressão meramente econômica, o desenvolvimento do Estado nos últimos anos foi caracterizado pelas taxas de crescimento econômico consideravelmente acima das alcançadas pelo Brasil, influenciadas fortemente pela elevada participação dos investimentos públicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, como recursos hídricos, energia e transporte, os quais contribuíram, sem dúvida, para elevar a competitividade da economia cearense e, conseqüentemente, estimular os investimentos privados em diversos setores produtivos do Estado. Certamente, esse ciclo expansivo pode ser expresso no valor que o PIB do Ceará alcançou em 2014, R\$ 109,6 bilhões, consolidando o Estado como a terceira maior economia da região Nordeste do Brasil.

Ao lado desse bom desempenho econômico, observou-se, também, nos últimos anos, importantes avanços na qualidade de vida das pessoas, por conta da redução da pobreza e da desigualdade, aliada ao aumento de renda das famílias e a expansão do crédito, que possibilitaram a ampliação do consumo e a posse de bens duráveis nos domicílios do Estado. Subjacente a essas transformações de natureza social, merece destaque a satisfatória evolução do Estado nas áreas de Educação e Saúde, as quais, certamente, constituíram-se em fatores coadjuvantes valiosos no processo de ampliação dos estoques de capital humano e social do Estado.

Enfim, em termos de sua evolução socioeconômica recente, o estado do Ceará já dispõe de bases satisfatórias para alavancar um processo acelerado de desenvolvimento nos próximos anos. Este quadro socioeconômico atual será o ponto de partida para a estratégia de formulação do PPA, constituindo-se em uma importante base de conhecimento para orientar as iniciativas a serem empreendidas em nossa gestão, cujos princípios já estão definidos no Plano de Governo “7 Cearás”, para que o Estado supere os estrangulamentos e consiga aproveitar eficientemente suas potencialidades.

Em nossa gestão, identificando-se as dificuldades prospectivas, planejamos realizar grandes investimentos em projetos estruturantes e em áreas estratégicas, a exemplo de Recursos Hídricos, Infraestrutura e Mobilidade, Energias e Turismo; e em áreas sociais que ajudarão o Governo do Ceará a promover a qualidade de vida da população -- da Saúde à Segurança Pública, da Educação Básica à Profissional.

Neste sentido, não pouparemos esforços na conquista dos investimentos e de novos mercados e empreendimentos.

Em sintonia com os princípios do Estado Democrático de Direito, o Projeto de Lei do PPA 2016-2019 incorpora e espelha o elevado espírito que reitera o compromisso de respeito à relação harmônica com os demais Poderes e instâncias da Administração Pública.

E, nesta mesma sintonia, se evidencia a convivência com o Poder Legislativo Estadual, que, em especial nas gestões recentes, tem se relacionado com notável espírito republicano e ênfase nas proposições que incrementam a inclusão social, combate à pobreza, geração de empregos e renda, oferta de serviços essenciais a milhões de pessoas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a equidade social em nosso Estado.

No mesmo patamar de relevância, reafirmamos o compromisso do Governo com as práticas de gestão pautadas na integridade, no combate intransigente à corrupção, na competência dos que não se resignam ao papel de “reinventar a roda” como prática de gestão, e na eficiência da realização dos compromissos programáticos estabelecidos com a população, na ampliação da participação e respeito às ideias oriundas de toda a sociedade.

Por fim, agradeço aos que, direta e indiretamente, contribuíram nessa construção coletiva que se reproduz no conteúdo desta proposta de PPA, e reafirmo a expectativa de contar com as senhoras Deputadas e os senhores Deputados na apreciação e implementação desse Projeto de Lei que institui o novo Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019.

PALÁCIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, aos 29 de setembro de 2015.

Camilo Sobreira de Santana  
GOVERNADOR DO ESTADO

À Sua Excelência o Senhor  
Deputado José Jacome Carneiro Albuquerque  
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ







## APRESENTAÇÃO

O Plano Plurianual - PPA é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública do Estado do Ceará, para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no artigo 165 da Constituição Federal de 1988.

Este Plano declara as escolhas pactuadas com a sociedade e contribui para viabilizar os objetivos propostos na consecução dos resultados almejados e estabelece a alocação de recursos para um período de quatro anos. Nesse recorte, se inserem todas as iniciativas de governo, complementadas por aquelas de parceiros públicos e privados.

A atual Gestão do Governo do Estado, eleita para o período 2015-2018, tem uma importante missão: elaborar o Plano Plurianual para o quadriênio 2016-2019, baseado nas diretrizes do Governo Estadual e nos compromissos assumidos perante a sociedade.

Neste sentido, é importante destacar as diretrizes advindas do Plano de Governo, fruto da aproximação e do intenso e produtivo diálogo com os mais diferentes agentes de transformação do Estado, os cenários globais, nacionais e regionais, as perspectivas socioeconômicas para o Ceará, os resultados estratégicos e temáticos e seus respectivos indicadores, e, por fim, as diretrizes regionais, o que delinea, em termos gerais, o Ceará almejado no médio e longo prazos.

Este desafio de planejamento governamental busca consolidar em um Plano a vontade e os interesses de todos os cearenses, orientando, desta forma, a atuação dos gestores públicos e dos agentes sociais na implementação das políticas públicas. Por este motivo é que o ato de planejar representa um papel fundamental na superação dos diversos desafios que o Governo do Estado deverá enfrentar.

O novo Plano Plurianual, para o período de 2016 a 2019, tem suas bases estabelecidas: 1) no modelo de Gestão Pública baseada no alcance dos resultados desejados pela sociedade, executando políticas e programas, privilegiando o foco em resultados, em detrimento da ótica centrada exclusivamente no gasto, priorizando ações e contemplando o senso distributivo na alocação dos recursos públicos; 2) no fortalecimento da participação cidadã na construção, execução, monitoramento e avaliação dos programas e projetos para os próximos quatro anos, promovendo a interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas, em um forte processo de planejamento participativo; 3) na promoção do desenvolvimento territorial, equilibrando a dimensão territorial, superando os desafios e potencializando as oportunidades regionais, a partir, sobretudo, de suas vocações; e 4) na intersetorialidade para a implementação de políticas setoriais articuladas, centradas em territórios, trazendo ganhos para a população, para a organização logística das ações definidas, superando a fragmentação das políticas públicas.



Assim, para ampliar a eficiência e a eficácia na execução das políticas públicas, baseando-se nestas premissas e buscando um contínuo aprimoramento deste processo de planejamento de médio prazo, o Governo do Ceará promoveu melhorias na metodologia para elaboração do PPA 2016-2019 estadual e na estrutura dos programas, sem, contudo, comprometer o alinhamento com os demais instrumentos de planejamento legais, a saber: a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Por fim, há que se levar em consideração que, por se tratar de um instrumento de planejamento de médio prazo, o Plano Plurianual estará sujeito a mudanças e adaptações conforme a concretização, ou não, dos cenários prospectados para o Estado do Ceará, sendo pertinente que se procedam às modificações legais necessárias, durante a elaboração de suas revisões/atualizações legais.

## Estrutura dos livros do projeto de Lei do PPA 2016-2019

### Livro I

- Mensagem do Governador, 27
- Apresentação, 33
  
- I. CONCEPÇÃO DO PPA 2016-2019, 25
  - Premissas e Objetivos
  - Metodologia do Plano
- II. PANORAMA SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVAS, 35
  - Desempenho e perspectivas da Economia Cearense
  - Desenvolvimento Social no período recente
- III. CONDICIONANTES DO CONTEXTO GLOBAL E NACIONAL, 57
  - Megatendências Globais
  - Tendências Nacionais
  - Tendências Regionais
  - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- IV. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS, 68
  - Fundamentos da Política de Desenvolvimento do Estado
  - Os 7 Cearás
    - Ceará da Gestão Democrática por Resultados
    - Ceará Acolhedor
    - Ceará de Oportunidades
    - Ceará Sustentável
    - Ceará do Conhecimento
    - Ceará Saudável
    - Ceará Pacífico
  - Diretrizes Regionais
- V. PPA EM GRANDES NÚMEROS, 159
  - Dispêndios por Eixo e Tema Estratégico
  - Despesas por tipo de Programa
- VI. ESTRUTURA PROGRAMÁTICA DO PLANO, 167
  - Programas Finalísticos por Eixo e Tema Estratégico
- VII. GRANDES METAS POR TEMA ESTRATÉGICO, 176
- VIII. GESTÃO DO PPA 2016-2019

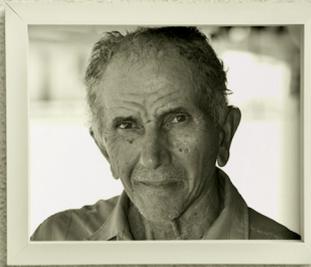


## Livro II

- Projeto de Lei, 27
- ANEXO I – DEMONSTRATIVO DE TEMAS, 33
- ESTRATÉGICOS E PROGRAMAS
- Ceará da Gestão Democrática por Resultados
  - Gestão Fiscal
  - Planejamento e Gestão
  - Transparência, Controle e Participação Social
  - Administração Geral
- Ceará Acolhedor, 66
  - Assistência Social
  - Habitação
  - Inclusão Social e Direitos Humanos
  - Segurança Alimentar e Nutricional
- Ceará de Oportunidades, 85
  - Agricultura Familiar e Agronegócio
  - Indústria
  - Serviços
  - Infraestrutura e Mobilidade
  - Turismo
  - Trabalho e Renda
  - Empreendedorismo
  - Pesca e Aquicultura
  - Requalificação Urbana
- Ceará Sustentável, 114
  - Recursos Hídricos
  - Meio Ambiente
  - Energias
- Ceará do Conhecimento, 130
  - Educação Básica
  - Educação Profissional
  - Ensino Superior
  - Ciência, Tecnologia e Inovação
  - Cultura
- Ceará Saudável, 161
  - Saúde
  - Esporte e Lazer
  - Saneamento Básico
- Ceará Pacífico, 180
  - Segurança Pública
  - Justiça e Cidadania
  - Política sobre Drogas
- ANEXO II – DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS PROGRAMAS POR EIXO E TEMA ESTRATÉGICO, 230
- ANEXO III – DEMONSTRATIVO DE PROGRAMAS POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO, 250
- ANEXO IV – DEMONSTRATIVO DE DIRETRIZES REGIONAIS E PROGRAMAS, 437
- ANEXO V – AGENDAS TRANSVERSAIS, 593

# PPA - 2016/2019

## CONCEPÇÃO DO PLANO





## CONCEPÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2016-2019



### PREMISSAS E OBJETIVOS DO PLANO

O Plano Plurianual – PPA é o documento de médio prazo que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de um período de quatro anos, abrangendo o segundo, terceiro e quarto anos do mandato do governante eleito e o primeiro ano do governo seguinte para garantir a continuidade de ações de um governo para o outro.

O PPA 2016–2019 deve demonstrar todas as ações programadas de forma coordenada e conter a delimitação e a enunciação das diretrizes genéricas e abrangentes, orientado pelas seguintes premissas e objetivos:

#### Premissas do PPA 2016-2019

Representando um dos elementos centrais do Planejamento Governamental do Estado do Ceará, o PPA é orientado pelas seguintes premissas:

- **Gestão Pública por Resultados:** trata-se da execução de políticas e programas que privilegiem o foco em resultados, em detrimento da ótica centrada exclusivamente no gasto, priorizando ações e contemplando o senso distributivo na alocação dos recursos;
- **Participação cidadã:** promoção da interação entre o Estado e o cidadão, com vistas à efetividade das políticas públicas, em um processo de planejamento participativo que extrapola as propostas de campanha;
- **Promoção do desenvolvimento territorial:** equilibrando a dimensão territorial, superando os desafios e potencializando oportunidades regionais; e
- **Intersetorialidade:** traduz a implementação de políticas públicas articuladas, centradas em territórios, trazendo ganhos para a população, para a organização logística das ações definidas, superando a fragmentação das políticas públicas.

#### Objetivos do PPA 2016-2019

O Plano Plurianual - PPA se propõe a atender aos seguintes objetivos:

- Melhorar o desempenho gerencial da administração pública, tendo como elemento básico uma gestão pública baseada em resultados;



- Organizar em programas todas as propostas do Governo que resultem em bens ou serviços para atendimento das demandas da sociedade;
- Dar maior transparência à aplicação dos recursos públicos e aos resultados obtidos;
- Explicitar a distribuição regional das entregas e gastos do Governo;
- Assegurar que os programas estejam alinhados com a orientação estratégica do Governo e compatíveis com a previsão de disponibilidade de recursos;
- Permitir, por meio dos orçamentos anuais, a alocação de recursos compatível com os objetivos e iniciativas estabelecidas no Plano e com o desempenho obtido na execução dos programas; e
- Estimular as parcerias para diversificar as fontes e alavancar os recursos necessários aos programas, com vistas a ampliar seus resultados.



## METODOLOGIA DO PPA 2016-2019

### Aspectos Gerais

O Projeto de Lei do PPA 2016–2019 do Estado do Ceará apresenta duas partes: i) a base estratégica do Plano, com seus princípios e diretrizes gerais; e ii) a programação de governo para os próximos quatro anos.

O Plano Plurianual orienta-se por uma construção coletiva, resultado do trabalho de definição das Diretrizes para o Plano de Governo, realizado com diferentes segmentos da sociedade no período de preparação para o pleito eleitoral, que originou o documento denominado “Os 7 Cearás”. Além disso, o PPA 2016-2019 também se orienta pelos Resultados Estratégicos e Temáticos e seus respectivos indicadores, com os quais os Programas se alinham.

Com base nessas diretrizes, o PPA 2016–2019 está estruturado em Programas Finalísticos, Administrativos e Especiais, os quais compõem a sua base programática.

A análise e consolidação da metodologia foram coordenadas pela Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, num processo compartilhado com todos os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Direta e Indireta, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, facilitando a articulação intersetorial e o enfoque regional.

Para tanto, foram promovidos diversos momentos de discussão com as equipes setoriais envolvidas para a elaboração do conjunto de programas, traduzidos nas seguintes etapas:

- Workshop de apresentação oficial do início dos trabalhos de elaboração do PPA, com a presença do Governador, da Vice Governadora e de todos os Secretários, Titulares, Adjuntos e Executivos, Dirigentes de órgãos vinculados e Coordenadores das Unidades Setoriais de Planejamento;
- Oficinas de discussão e validação dos resultados e indicadores estratégicos dos Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial, os 7 Cearás;
- Oficinas de discussão e validação dos resultados e indicadores dos Temas Estratégicos;
- Treinamento para a identificação dos principais entraves à consecução dos resultados temáticos, utilizando como ferramenta a Árvore de Problemas;
- Oficinas regionais para a promoção da participação cidadã na formulação das Diretrizes Regionais, orientadoras da oferta declarada nos programas. Estiveram presentes a estas oficinas quase 1.100 pessoas; e
- Assessoramento na elaboração dos programas finalísticos.



## Dimensões e Componentes do PPA 2016-2019

O Plano Plurianual – PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas do Governo, declarando as escolhas pactuadas com a sociedade e contribuindo para viabilizar os objetivos propostos na consecução dos resultados almejados.

Nesse sentido, o Plano estrutura-se nas seguintes dimensões:

- **Dimensão Estratégica**

Trata-se das orientações estratégicas de Governo para o período do Plano. Correspondem ao conjunto dos:

- (i) Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial, seus resultados estratégicos e indicadores;
- (ii) Temas Estratégicos, seus resultados temáticos e indicadores; e
- (iii) Cenário econômico-fiscal, que prospecta a execução dos recursos do PPA.

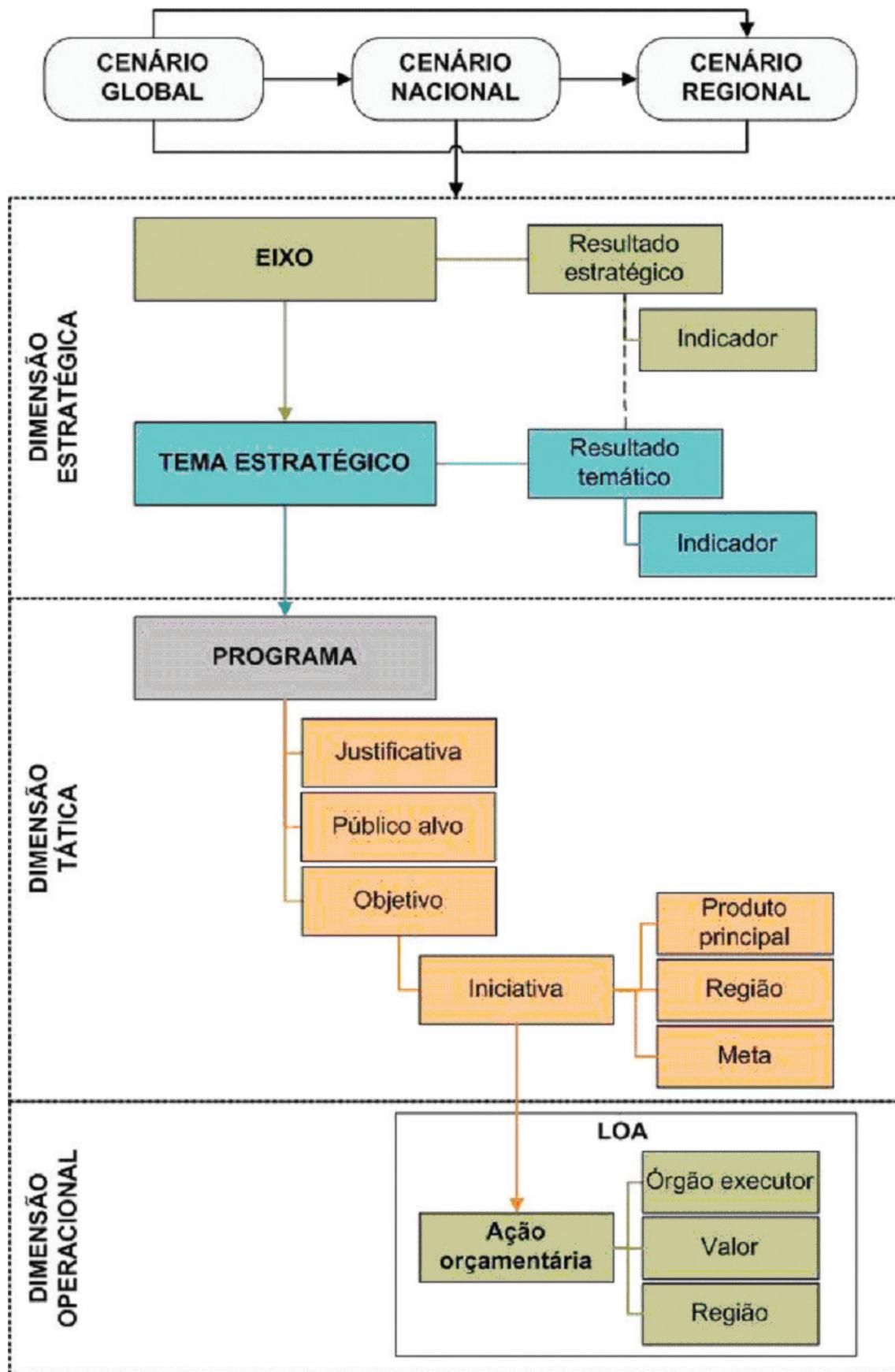
- **Dimensão Tática**

Define caminhos, por meio dos programas e de suas iniciativas voltadas para o alcance dos resultados definidos na dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada. Vincula os Programas para consecução dos resultados pretendidos, estes materializados pelas iniciativas expressas no Plano.

- **Dimensão Operacional**

Relaciona-se com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é especialmente tratada no Orçamento, por meio das ações orçamentárias. Busca a otimização na aplicação dos recursos disponíveis e a qualidade dos produtos entregues.

O PPA 2016–2019 trata essas dimensões conforme ilustrado na figura abaixo, com suas principais categorias descritas na sequência.





A base estratégica do PPA 2016-2019 é definida a partir do **Eixo Governamental de Atuação Intersetorial**, que representa o elemento de planejamento que organiza a atuação governamental, de forma integrada, articulada e sistêmica, com o propósito de atender à complexidade da missão de tornar o Ceará um estado com desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. Cada eixo foi construído de modo a priorizar temas estratégicos, sendo representados pelas diversas áreas de atuação do governo na implementação das políticas públicas.

O **Tema Estratégico** consiste em desdobramento do Eixo, sendo representado pelas diversas áreas de atuação do governo, na implementação das políticas públicas. Estes Temas podem ser classificados em Setorial ou Intersetorial, conforme o envolvimento de uma ou mais setoriais na concretização de seus programas.

Tanto os eixos, quanto os temas estratégicos possuem os seguintes elementos:

- **Resultados:** declaram os efeitos de curto e de médio prazo dos programas sobre a melhoria dos indicadores econômicos e sociais; e
- **Indicadores:** instrumentos que permitem aferir o desempenho do PPA no âmbito de cada eixo e tema, o que gera subsídios para seu monitoramento e avaliação a partir da observação do comportamento de uma determinada realidade ao longo do período do Plano.

Os **Programas** são instrumentos de organização da ação governamental visando ao alcance dos resultados desejados, tanto no nível dos temas, quanto dos eixos. Os programas visam solucionar ou amenizar problemas, atender demandas ou criar/aproveitar oportunidades de desenvolvimento para a população cearense e devem ter a abrangência necessária para representar os desafios, a territorialidade e permitir o monitoramento e a avaliação. Podem ser classificados em: Finalísticos, Administrativos ou Especiais.

Os *Programas Finalísticos* geram bens ou serviços para a sociedade, tendo como componentes a Justificativa, o Público alvo, o Objetivo e as Iniciativas.

A Justificativa declara o que motivou a elaboração do programa, isto é, o problema, a demanda ou oportunidade que justifica sua execução. Deve apresentar o contexto que ensejou a criação do programa.

O Público alvo representa o(s) segmento(s) da sociedade para o(s) qual(is) o programa está sendo construído, ou seja, aquele(s) a serem beneficiados de forma direta pelas entregas do programa.

O Objetivo expressa para que será realizado o programa, com foco no tratamento de um problema específico, atendimento de determinada demanda social ou potencialização de oportunidades, declarando o resultado que o Governo deseja alcançar em certa área das políticas públicas.

A Iniciativa consiste na declaração da entrega à sociedade (ou ao próprio Estado) de bens e serviços (produtos), resultando na execução de um conjunto de ações orçamentárias e não-orçamentárias. Em regra geral, cada iniciativa declara a oferta de um produto principal, com suas respectivas metas distribuídas por região de planejamento. Em casos excepcionais, quando representa uma atividade contínua, a iniciativa declara a oferta de mais de um produto.

Os *Programas Administrativos* são voltados para o funcionamento da máquina administrativa do Estado.

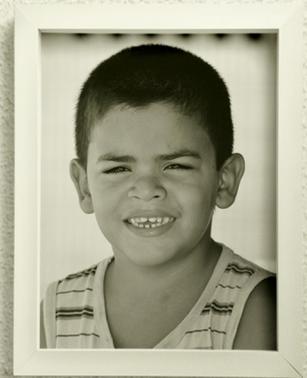
Os *Programas Especiais*, por sua vez, são aqueles que não contribuem, de forma direta, para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, ou seja, não geram produtos à sociedade, nem ao governo.





# PPA - 2016/2019

## PANORAMA SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVAS







## PANORAMA SOCIOECONÔMICO E PERSPECTIVAS

O Estado do Ceará tem se destacado no cenário nacional pelos reconhecidos avanços, seja do ponto de vista econômico, seja na perspectiva social. De fato, a economia cearense conseguiu manter um ritmo de crescimento superior ao registrado pela economia nacional nos últimos anos, permitindo reduzir, embora que lentamente, uma distância histórica com relação ao restante do país. Vale dizer que o PIB do Ceará representa, atualmente, 2,1% do PIB Brasileiro.

Particularmente no período pós-crise de 2008 o Ceará apresentou taxas de crescimento econômico consideravelmente acima das alcançadas pelo Brasil, influenciadas fortemente pela elevada participação dos investimentos públicos em áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado, como recursos hídricos, energia e transporte, os quais contribuíram, sem dúvida, para elevar a competitividade da economia cearense, estimulando, dessa forma, os investimentos nos diversos setores produtivos do Estado. Com isso, o PIB do Ceará alcançou R\$ 109,6 bilhões, em 2014, sendo a terceira maior economia da região Nordeste do Brasil.

Ao lado desse bom desempenho econômico, observou-se, também, nos últimos anos, importantes avanços na qualidade de vida das pessoas, por conta da redução da pobreza e da desigualdade, aliada ao aumento de renda das famílias e a expansão do crédito, que possibilitaram a ampliação do consumo e a posse de bens duráveis nos domicílios do Estado. Do mesmo modo, o Estado evoluiu bastante nas áreas de Educação e Saúde, sendo, portanto, fatores coadjuvantes valiosos no processo de ampliação dos estoques de capital humano e social do Estado. Apesar das conquistas, alguns desafios persistem e exigem do Estado uma atuação qualificada para que se alcance um novo patamar de desenvolvimento.

Do ponto de vista demográfico, observou-se nos últimos anos um rápido estreitamento da pirâmide etária do Ceará, como resultado do efeito combinado de queda de fecundidade e elevação da expectativa de vida. Com isso, a base da pirâmide declina, com uma menor participação de crianças e jovens no total da população, acompanhada de alargamento do topo, evidenciando um movimento de envelhecimento da população cearense. Essa mudança no perfil etário da população cearense, vai também trazer novos desafios para as políticas públicas, especialmente nas áreas de educação e saúde.

Assim, em termos de sua evolução socioeconômica recente, o Estado do Ceará já dispõe de bases satisfatórias para alavancar um processo acelerado de desenvolvimento nos próximos anos. Este quadro socioeconômico atual deve servir de ponto de partida para uma estratégia de longo prazo, que vai orientar um novo esforço para que o Estado supere os estrangulamentos e consiga aproveitar eficientemente suas potencialidades.



A seguir serão apresentados os elementos do panorama socioeconômico e as perspectivas da economia que dão suporte às diretrizes estratégicas do Plano Plurianual e, conseqüentemente, à elaboração dos programas.

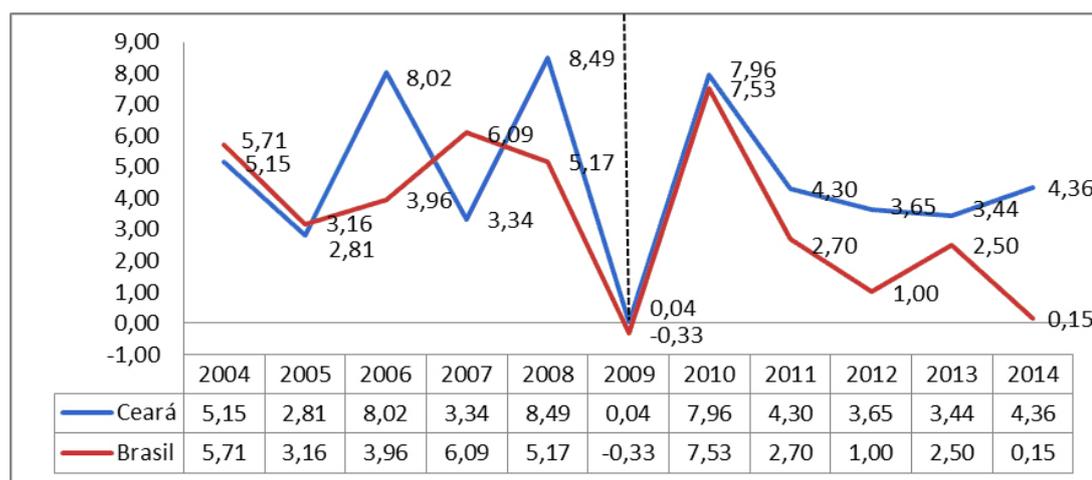
## 1. DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DA ECONOMIA CEARENSE

### 1.1. O Desempenho da Economia Cearense

O Ceará responde pela 13ª economia do País e pela 3ª da região Nordeste. O PIB cearense abrange 2,1% do PIB brasileiro e 15,1% do PIB Nordestino. Sua economia está sustentada principalmente nas atividades ligadas aos Serviços (73,8%), seguidos das atividades da Indústria (22,8%), e da Agropecuária, que participa com, apenas, 3,4%.

Ao se analisar o período de 2004 a 2014 (gráfico 1), verifica-se dois subperíodos distintos em termos do desempenho macroeconômico nacional. O primeiro, que teve início em 2004 e vai até 2008, se caracterizou pelas elevadas taxas de crescimento da economia brasileira, com o PIB brasileiro registrando um incremento anual médio de 4,82%, e o PIB cearense 5,56%, enquanto o segundo, tendo início em 2009, com a crise financeira internacional, iniciada nos Estados Unidos em setembro de 2008, cujos desdobramentos resultaram em um crescimento anual médio do PIB nacional, entre 2009 e 2014, de 2,26%, e de 3,96% do PIB cearense.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento (%) do Produto Interno Bruto (PIB) Ceará x Brasil, 2004-2014



Fonte: IBGE e IPECE

Obs: Os anos de 2011 a 2013 são dados preliminares e podem sofrer alterações quando o IBGE divulgar os dados definitivos tanto para a base do ano de 2002, quanto para a nova base do ano de 2010.

Na realidade, imediatamente após esse choque externo, o Brasil experimentou forte desaceleração macroeconômica, onde se constata que já em 2009 o PIB brasileiro registrou uma queda de 0,33%, com rebatimento importante na economia cearense, uma vez que registrou um crescimento praticamente nulo (0,04%). Pode-se observar também que o PIB do Ceará, no período de 2004 a 2014, cresceu menos do que o Brasil em apenas três anos (2004, 2005 e 2007).

Após 2010, houve uma desaceleração no crescimento da economia cearense, influenciada, principalmente, pela política monetária restritiva, de aumento da taxa de juros, que tem provocado uma diminuição no nível de consumo das famílias e empresas, gerando uma desaceleração no crescimento do setor de serviços, o qual é o setor de maior participação no PIB, respondendo por 73,8%. Essa desaceleração tornou-se forte no primeiro semestre de 2015, tanto para o Brasil quanto para a maioria dos entes da federação, incluindo o Ceará, como mostrado na tabela 1.

Tabela 1 - Taxa Semestral (variação em volume em relação ao mesmo período do ano anterior - %)

Ceará e Brasil - 1º Semestre/2015

Setores/Atividades	1º Semestre /2015	
	Ceará	Brasil
Agropecuária	-1,60	3,00
Indústria	-3,12	-4,10
Serviços	-1,39	-1,30
Valor adicionado a preços básicos	-2,22	-1,70
PIB a preços de mercado	-2,14	-2,10

Fonte: IPECE/IBGE.

Obs: Os dados são preliminares e podem sofrer alterações.

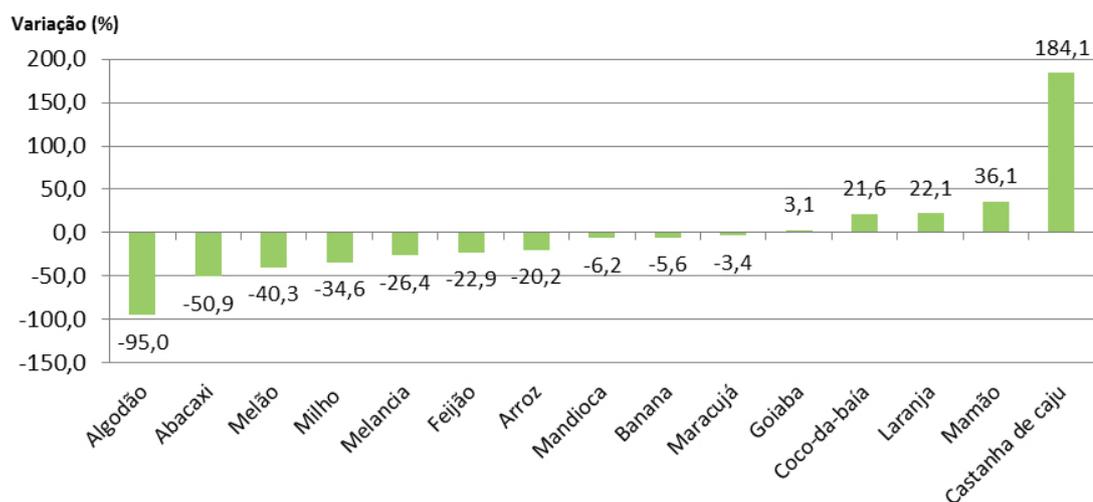
### 1.1.1. O Setor Agropecuário

O setor agropecuário é bastante dependente do período chuvoso, visto que a maior parte do plantio agrícola é de sequeiro. Além da necessidade natural de água que o setor precisa para manter sua produção. Sendo assim, a agropecuária cearense vem sofrendo nos últimos com a seca, em consequência da baixa pluviosidade registrada nos últimos quatro anos, o baixo volume de água armazenada, baixa umidade e degradação do solo.

Diante disso, as estimativas para a safra de 2015 não são favoráveis, indicando uma elevada redução da produção, em virtude da baixa produtividade das lavouras de grãos e da redução da área plantada nos polos de irrigação.



Gráfico 2 - Previsão da safra agrícola (%) – Ceará - 20015/2014



Fonte: IBGE

Apesar do fraco desempenho da produção agrícola em 2015, é importante ressaltar que o Ceará destaca-se como um grande produtor de frutas, devido ao sistema de irrigação desenvolvidos em várias regiões do Estado, totalizando seis polos irrigados. Além da produção de frutas destaca-se também a produção de flores e hortaliças. Isso torna o Ceará o terceiro estado exportador de frutas, com destaque para castanha de caju, melão, melancia, banana e mamão.

Quanto à atividade da pecuária o Ceará vem se destacando na produção de leite, registrando crescendo nos últimos anos, dado as novas técnicas de produção e criação das vacas, elevando assim a produtividade. A criação de aves também está crescendo, com a instalação de granjas no estado. Com relação às demais produções de origem animal, o Ceará destaca-se na produção de ovos e mel.

### 1.1.2. O Setor Industrial<sup>1</sup>

O setor industrial é elemento chave no processo de desenvolvimento de uma economia. Dentro da estrutura econômica, é o setor com maior potencial de gerar inovação e, conseqüentemente, maior capacidade de agregar valor aos bens produzidos, permitindo ganhos de produtividade que se irradiam para todo o sistema. Esta percepção é perfeitamente válida para a realidade cearense e seu desempenho é e continuará sendo importante para o desenvolvimento da economia estadual.

<sup>1</sup> Os dados citados foram extraídos das Contas Regionais 2012, IBGE e da Pesquisa Industrial Mensal-Produção Física (PIM-PF), IBGE.



O setor industrial é composto pelas atividades de extrativa mineral, transformação, construção civil e eletricidade, gás e água (SIUP). Entretanto, a presente seção traz um breve panorama do desempenho das atividades de Construção Civil e de Transformação, que mais se destacaram entre os anos de 2004 e 2015.

Apesar dos diversos problemas de ordens estrutural que a indústria de transformação vem enfrentando especialmente nos anos finais da última década, ela ainda ocupa um lugar de destaque na indústria cearense, respondendo, em 2012, por 43,9% do valor adicionado bruto do setor. No entanto, essa participação vem caindo ao longo dos anos, dado que em 2004, o parque manufatureiro estadual respondia por 55,1% do valor adicionado da indústria como um todo.

Esse desempenho da indústria de transformação cearense revela a perda de importância relativa que ela vem tendo ao longo dos anos para outros segmentos da indústria, tais como a construção civil. De fato, a atividade da construção se destacou entre as que compõem a indústria geral cearense entre os anos observados, preservando taxas anuais de crescimento positivas ao longo do período. Como resultado, a atividade no Ceará registrou um crescimento médio anual de 7,4% no valor adicionado bruto entre os anos de 2004 e 2012.

O ritmo de crescimento da construção civil cearense pode ser explicado por alguns aspectos principais. Dentre estes, a atividade foi beneficiada por programas federais de incentivo a aquisição de moradias e os estímulos decorrentes na construção de imóveis residenciais. Soma-se a este ponto o próprio aquecimento do mercado imobiliário na capital cearense e os investimentos realizados pela iniciativa privada, como a construção e expansão de centros comerciais, motivada pela expansão do comércio varejista local. Adicionalmente, e em especial, a construção civil cearense foi positivamente afetada pelos investimentos conduzidos pelo governo do Estado, voltados a requalificar e ampliar a infraestrutura econômica e urbana no Ceará.

A indústria de transformação, como visto, é o segmento mais importante da indústria cearense e seu comportamento exerce forte influência no crescimento e no poder de competição de toda a economia. Entre 2004 e 2012, a atividade apresentou um crescimento médio anual de apenas 2,2% em seu valor adicionado bruto, um desempenho inferior ao observado pela construção civil. O resultado para o período é especialmente influenciado pelos anos de 2009 e 2011, nos quais a atividade se sentiu da grave crise internacional e de seus desdobramentos que assolaram a economia mundial a partir dos meses finais de 2008.

Nos anos seguintes a 2012, a indústria ensaiou uma recuperação em 2013 que veio a se mostrar insustentável em 2014, ano em que a produção industrial voltou a registrar queda. Desta vez, as causas do mau desempenho recaem sobre problemas estruturais de competitividade que afetam todo o parque fabril nacional e questões conjunturais

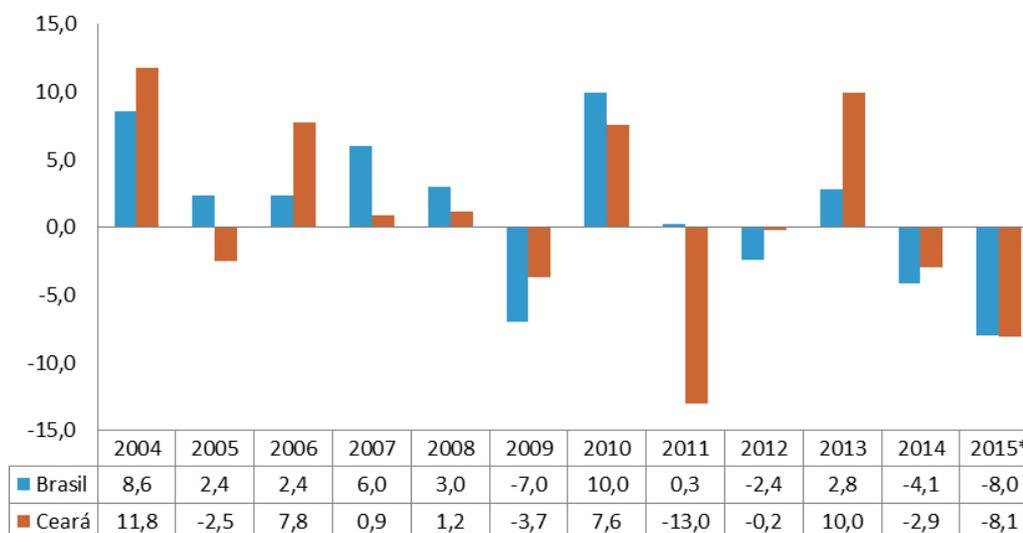




decorrentes de instabilidades do ambiente macroeconômico nacional que acabam por agravar os problemas enfrentados pelo setor. Em 2015, no acumulado até o primeiro semestre, tem-se um quadro caracterizado O momento atual não só pela manutenção do movimento de queda da produção industrial como também por sua maior intensidade. De fato, neste período, indústria de transformação cearense registrou uma diminuição de 8,0% na produção, resultado praticamente igual à média nacional (-8,1%).

Os Gráficos 3 e 4, a seguir, ilustram a análise a partir dos movimentos da produção física da indústria de transformação.

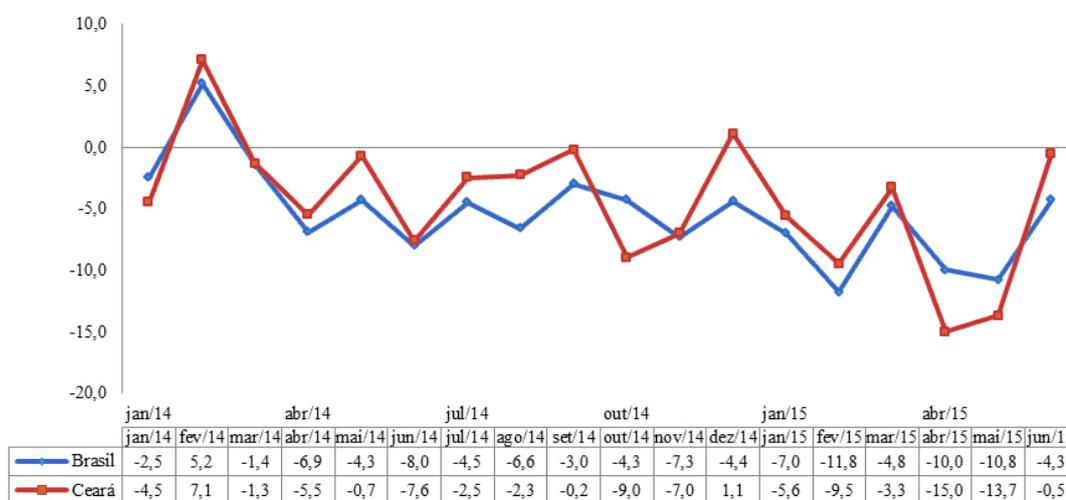
Gráfico 3 - Evolução (%) da Produção Física Industrial Ceará e Brasil 2004 - 2015(\*)



Fonte: PIM-PF/IBGE. Elaboração IPECE. Nota: (\*)

Para o ano de 2015 os percentuais refletem o resultado acumulado para o primeiro semestre.

Gráfico 4 - Evolução Mensal (%) da Produção Física Industrial Ceará e Brasil - Jan./2014 - Jun./2015



Fonte: PIM-PF (IBGE). Elaboração: IPECE.

Nota: Variação em relação ao mesmo mês do ano anterior.



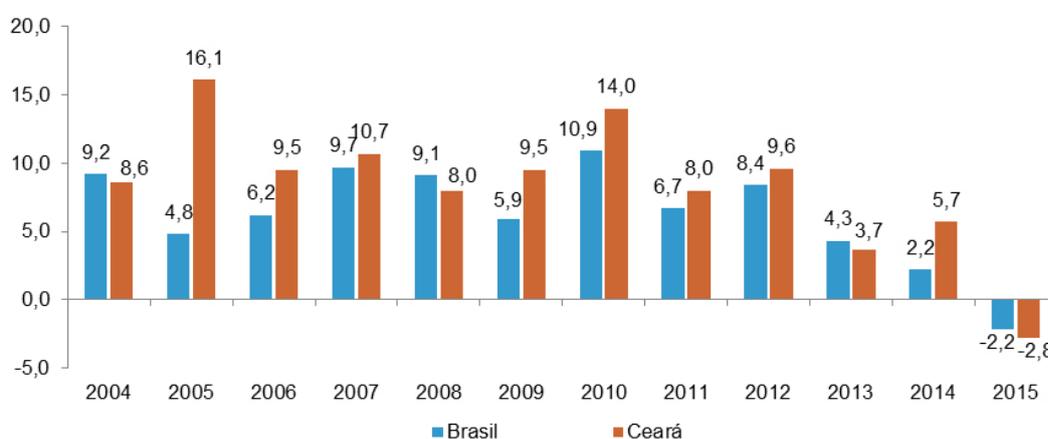
### 1.1.3. O Setor de Serviços

Historicamente, o Ceará tem vocação forte para o comércio, haja vista que em sua colonização lhe foi dada a tarefa de abastecer, de produtos básicos, as regiões, ditas como nobres, sobretudo as produtoras de cana-de-açúcar. Com isso, inicia-se a participação dos Serviços na economia estadual.

Dentre as atividades que compõe os Serviços, o maior destaque é dado ao Comércio, que registra uma participação no PIB estadual de 16,0%. A Administração Pública, ainda tem papel relevante na composição dos Serviços, com 22,3%; seguida pelas Atividades Imobiliárias (8,3%); Intermediação Financeira (5,8%); Transportes e Correios (4,6%); e Alojamento e Alimentação (2,5%), que mostra a tendência do Turismo, para destacar as atividades mais tradicionais dos Serviços.

Dada a elevada participação das vendas do varejo nos Serviços este acaba por influenciar de maneira bastante decisiva o comportamento desse setor. Nota-se pelo gráfico 5 que a partir de 2010, o varejo comum cearense vem apresentando uma trajetória de desaceleração de sua taxa de crescimento, passando a registrar queda pela primeira vez no acumulado do primeiro semestre do ano de 2015, acompanhando o comportamento das vendas nacionais.

Gráfico 5 - Variação do volume de vendas do comércio varejista comum - Brasil e Ceará - 2004 a Acum. até Junho/2015

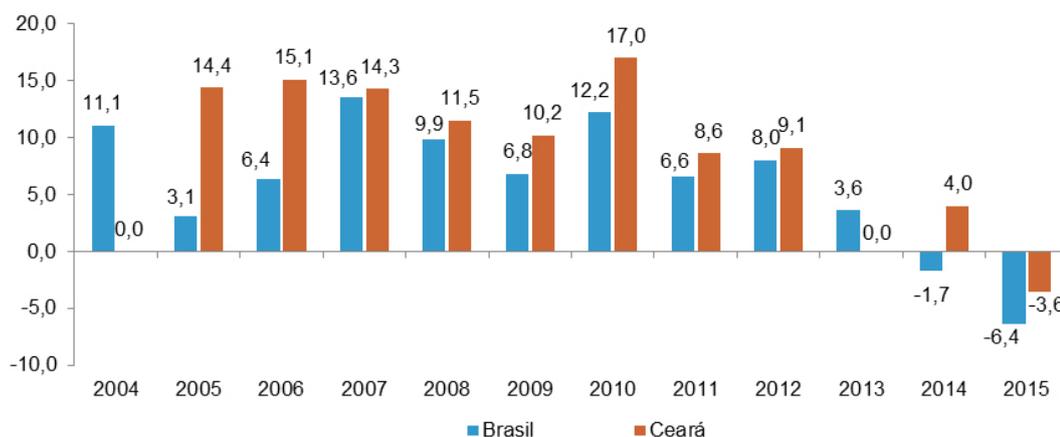


Fonte: PMC/IBGE.

Pela análise do varejo ampliado que inclui também as vendas de Veículos e de Materiais de Construção, é possível observar um ritmo de desaceleração nas vendas muito mais intenso, principalmente em função da forte redução nas vendas de Veículos. Todavia, a queda registrada no varejo ampliado cearense quase metade da taxa registrada no varejo nacional.



Gráfico 6 - Variação do volume de vendas do comércio varejista ampliado Brasil e Ceará 2004 a Acum. até Junho/2015



Fonte: PMC/IBGE.

Pela análise setorial, nota-se que dos treze setores investigados na pesquisa mensal do comércio do IBGE, apenas quatro apresentaram variação positiva no acumulado do primeiro semestre de 2015: Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (9,9%); Tecidos, vestuário e calçados (7,0%); Material de construção (7,0%); e Outros artigos de uso pessoal e doméstico (2,1%). As maiores quedas ficaram por conta de Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-25,8%); Livros, jornais, revistas e papelaria (-14,2%); Veículos, motocicletas, partes e peças (-8,2%); Eletrodomésticos (-7,2%); Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-5,3%); Móveis (-4,2%) e de Combustíveis e lubrificantes (-2,0%).

As possíveis explicações passam pela piora da macro conjuntura nacional, cujos reflexos da elevação da taxa básica de juros, aumento de preços, expansão do endividamento das famílias afetaram diretamente a decisão de compra dos indivíduos.

#### 1.1.4. O Comércio Exterior

O Comércio Exterior cearense, ao longo dos anos 2000 até períodos mais recentes, vêm refletindo a atividade econômica do estado. Nesse período, o auge do setor ocorreu entre 2007 e 2014, quando as exportações alcançaram valores superiores a US\$ 1,15 bilhão e as importações já ultrapassavam US\$ 1,4 bilhão em 2007. Já em 2014, esses valores passaram para US\$ 1,47 bilhão e US\$ 3,0 bilhões, respectivamente.

A pauta de exportações em 2007 era composta principalmente por *castanha de caju, couros e peles, calçados, têxteis, melões e ceras vegetais*. Devido à crise financeira

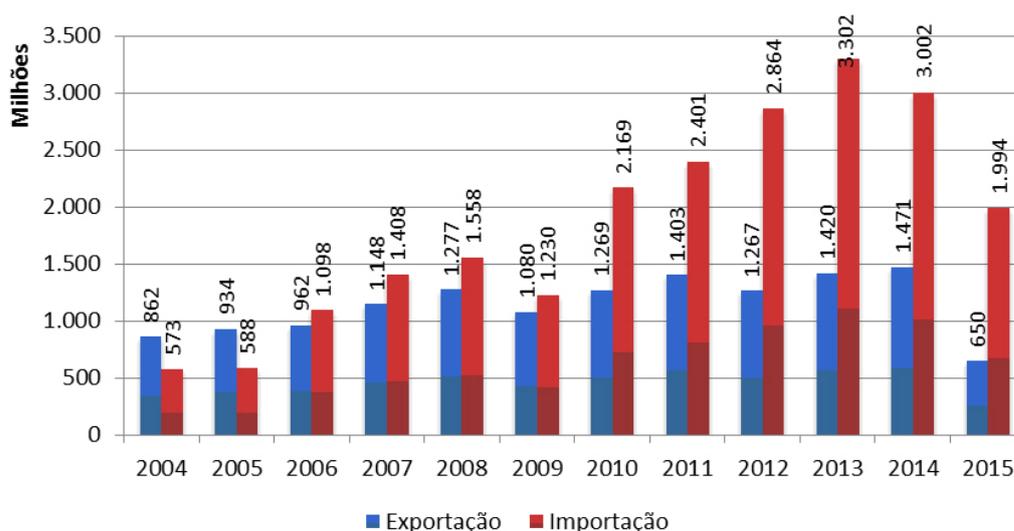


internacional, alguns produtos reduziram suas vendas e outros obtiveram uma importância maior, havendo uma mudança nas participações em 2014. Esta estava composta principalmente por Óleo Diesel (*fuel oil*; esse produto não faz parte da produção cearense, ocorrendo um transbordo de outros estados brasileiros para o Ceará devido à sua localização estratégica); *couros e peles, calçados, melões, castanhas e ceras vegetais*.

Já a balança comercial cearense em 2015 (até agosto) vem sofrendo as consequências da baixa atividade econômica estadual. No período de jan-ago/2015, as exportações reduziram 36,66% e as importações, 8,65%, em relação ao mesmo período de 2014.

Dessa forma, o comércio exterior cearense está acompanhando a conjuntura econômica nacional. Para contornar essa situação, é fundamental que haja uma maior diversificação da pauta exportadora, buscar novos mercados para consumo e aumentar a competitividade dos produtos cearenses no mercado externo.

Tabela x: Evolução das exportações e importações cearenses (US\$ milhões - FOB) - 2004 - jan.ago/2015



Fonte: MDIC/SECEX

No contexto regional, a Grande Fortaleza concentra a maior parte das exportações estaduais, em torno de 61,02%, principalmente por causa do Município de Fortaleza, que responde por mais 18,09%, de janeiro a agosto/2015, quando exportou US\$ 125,22 milhões. A seguir, estão destacados os produtos mais exportados conforme as regiões de planejamento:

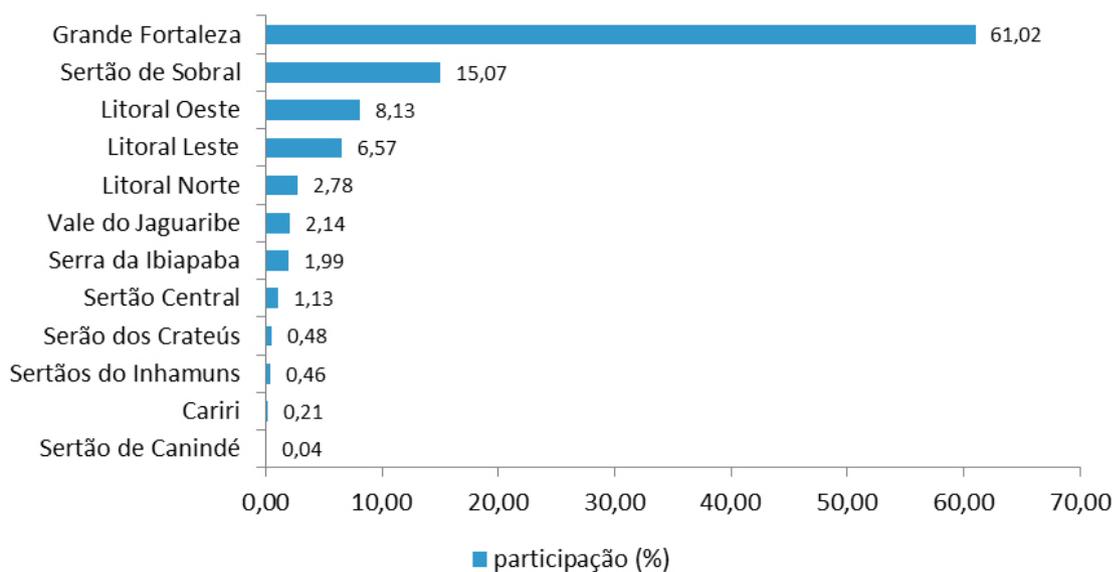
- Grande Fortaleza: couros e peles; cocos; castanha de caju; ceras vegetais, óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos; desperdícios e resíduos, de cobre; consumo de bordo; crustáceos; pedras de cantaria ou de construção (exceto de ardósia); sucos e extratos vegetais; ceras vegetais; têxteis;



produtos semimanufaturados de ferro ou aço não ligado; mel natural; carbonato de magnésio natural (magnesite) e outros.

- Litoral Leste: melões; melancias; mamões; ceras vegetais; crustáceos; bananas frescas; sumos de frutas (incluídos os mostos de uvas) ou de produtos hortícolas, águas, incluídas as águas minerais e as águas gaseificadas, redes de malhas com nós, entre outros.
- Litoral Norte: ceras vegetais; calçados e suas partes; crustáceos; peixes congelados, entre outros.
- Litoral Oeste: calçados e suas partes; sumos de frutas (incluídos os mostos de uvas) ou de produtos hortícolas; cocos, castanha do Brasil e castanha de caju, frescos ou secos, mesmo sem casca ou pelados, entre outros.
- Sertão dos Crateús: Granito, pórfiro, basalto, arenito e outras pedras de cantaria ou de construção e calhaus, cascalho, pedras britadas, dos tipos geralmente usados em betão (concreto).
- Serra da Ibiapaba: preparações alimentícias; plantas, partes de plantas, sementes e frutos, das espécies utilizadas principalmente em perfumaria, medicina ou como inseticidas, parasiticidas e semelhantes; frutas, não cozidas ou cozidas em água ou vapor, congeladas, entre outros.
- Sertão Central: calçados e suas partes; ferro-ligas; escórias (exceto escória de altos-fornos granulada) e outros desperdícios da fabricação de ferro fundido, ferro ou aço, entre outros.
- Sertão de Canindé: partes de calçado (incluídas as partes superiores, mesmo fixadas a solas que não sejam as solas exteriores).
- Sobral: calçados e suas partes; preparações alimentícias; quartzo (exceto areias naturais); granito, pórfiro, basalto, arenito e outras pedras de cantaria ou de construção entre outros.
- Vale do Jaguaribe: ceras vegetais; bananas frescas, entre outros.
- Sertão do Inhamuns: Minérios de ferro e seus concentrados.
- Cariri: calçados e suas partes; máquinas de costura, entre outros.

Gráfico 7 - Participação das exportações por regiões administrativas – Ceará – Jan.-ago./2015



Fonte: MDIC/SECEX

### 1.1.5. O Mercado de Trabalho

A economia cearense registrou saldo positivo de novos empregos com carteira de trabalho assinada até o ano de 2014, tendo alcançado valor recorde de geração de novos postos de trabalho no ano de 2010 com um total de 87.552 novas vagas.

Todavia, a perda de dinamismo observada nos três grandes setores da economia vem contribuindo fortemente para o fechamento de vagas no referido estado quando até julho de 2015 acumulou um saldo negativo de 14.136.

Tabela 2: Evolução do saldo de empregos gerados com carteira assinada Ceará 2004 - Acum. até Julho/2015

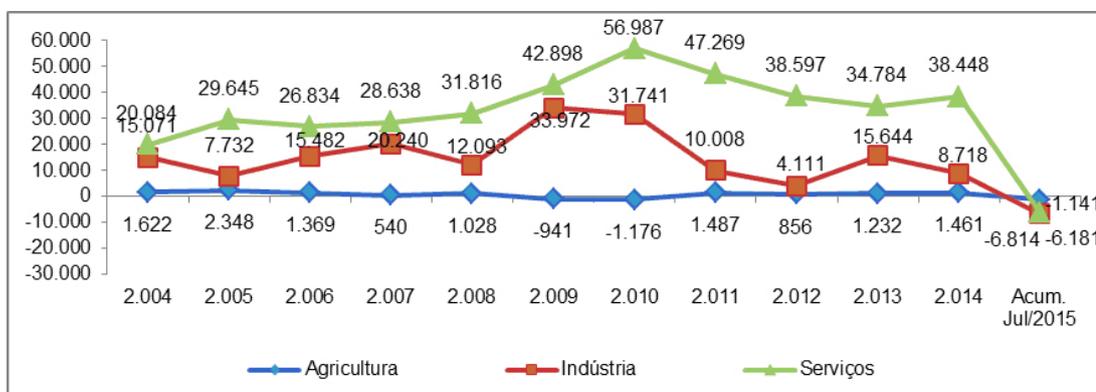
Anos	Saldo de Empregos
2004	36.777
2005	39.725
2006	43.685
2007	49.418
2008	44.937
2009	75.929
2010	87.552
2011	58.764
2012	43.564
2013	51.660
2014	48.627
2015	-14.136
<b>Acumulado 2004 a 2015</b>	<b>566.502</b>

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/MTE.  
 (\*) O saldo de empregos gerados corresponde a soma de 47 declarações dentro e fora do prazo.



O gráfico 8 abaixo, apresenta a dinâmica na geração de novos postos de trabalho com carteira assinada na economia cearense entre os anos de 2004 e o no acumulado até julho de 2015. O setor de Serviços, que tradicionalmente é considerado o grande motor de geração de novos postos de trabalho na economia cearense, registrou pela primeira vez, queda de 6.181 vagas de trabalho no acumulado do último ano da série. Por outro lado, foi a Indústria que mais fechou postos de trabalho celetistas no mesmo período, um total de 6.814 vagas. Por fim, a Agricultura também apresentou perda de 1.141 vagas de emprego.

Gráfico 8 - Evolução do saldo de empregos gerados com carteira assinada - Ceará - 2004 - Acum. até Julho/2015



Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/MTE.

(\*) O saldo de empregos gerados corresponde a soma das declarações dentro e fora do prazo.



O principal responsável por esse resultado foi o setor de comércio que fechou 5.906 vagas, seguido pelos serviços de administração técnica profissional (-2.357 vagas); Transporte e Comunicações (-1.045 vagas); e Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, e comunicação (-294 vagas) (Tabela3).

Já no setor da indústria, a indústria de transformação foi o grande responsável pelo fechamento de vagas de trabalho, principalmente as indústrias de calçados, têxtil e de alimentos e bebidas. Outro setor da indústria que também fechou vagas foi a extrativa mineral (-166 vagas) (Tabela 3).

Tabela 3 - Evolução do saldo de empregos gerados com carteira assinada por setores -

Ceará - Acum. até Julho/2015

SETORES	Acum até Julho/2015
AGRICULTURA	-1.141
INDÚSTRIA	-6.814
EXTRATIVA MINERAL	-166
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	-7.423
Indústria de Calçados	-3.478
Indústria Têxtil	-2.557
Alimentos e Bebidas	-469
Material de Transporte	-334
Indústria Química	-327
Indústria Mecânica	-275
Borracha, Fumo, Couros	-275
Papel e Gráfica	-264
Madeira e Mobiliário	-74
Elétrico e Comunicação	-71
Indústria Metalúrgica	344
Prod. Mineral não Metálico	357
SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA	599
CONSTRUÇÃO CIVIL	176
SERVIÇOS	-6.181
COMÉRCIO	-5.906
Comércio Varejista	-5.063
Administração Técnica Profissional	-2.357
Transporte e Comunicações	-1.045
Comércio Atacadista	-843
Alojamento, Alimentação e Comunicação	-294
Instituição Financeira	-110
Administração Pública	361
Médicos, Odontológicos, Veterinários	926
Ensino	2.244
Total	-14.136

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)/MTE.

(\*) O saldo de empregos gerados corresponde à soma das declarações dentro e fora do prazo.





## 1.2. Perspectivas da Economia Cearense para 2016-2019

Em 2015 a economia brasileira está sendo afetada por um ajuste fiscal das contas públicas federal via aumento da carga tributária, com o objetivo de aumentar as receitas, e via redução das despesas orçamentárias. Pelo lado monetário há um nível de juros altos na tentativa de reduzir a taxa de inflação que se encontra consideravelmente acima do limite do teto da meta. Nesse ambiente o mercado encontra-se instável, dado o nível de incerteza quanto ao sucesso do ajuste fiscal, prejudicando novos investimentos, bem como encarecendo o crédito e conseqüentemente o nível de consumo das famílias, assim o nível de atividade econômica do Brasil encontra-se em ritmo de queda.

A situação macroeconômica do Brasil está afetando as economias estaduais, e em relação à economia cearense uma grande parte do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) está sendo afetada pela redução do consumo das famílias por meio da atividade do comércio, influenciando consideravelmente o setor de serviços que corresponde a 73,8% do PIB do Ceará. A queda do consumo das famílias também está diminuindo o ritmo de produção industrial, que somado a alta dos juros, dificulta a realização de novos investimentos do setor. Já a Agropecuária vem sofrendo pelas constantes secas verificadas nos últimos anos.

Dentro dessa configuração, não só o Brasil, como a maioria dos estados da federação, incluindo o Ceará, registrarão crescimento negativo para o ano de 2015. A expectativa é que os principais pontos do ajuste fiscal do Governo Federal sejam votados no segundo semestre de 2015, e que as contas públicas federal comecem a convergir para o equilíbrio em 2016, fazendo com que a economia brasileira retome um ritmo de crescimento positivo a partir de 2017.

Diferentemente do Brasil e de grande parte dos Estados, o Ceará apresenta equilíbrio em suas contas públicas, sendo a relação (DCL/RCL) (Dívida Consolidada Líquida (DCL) dividida pela Receita Consolidada Líquida (RCL)) igual a 34%, estando entre as mais baixas dos entes da federação. Isso mostra que o Estado apresenta uma boa margem para novos investimentos via empréstimos nacionais e internacionais.

Diante da situação econômica desfavorável em 2015, o Governo do Ceará vem tomando medidas para a retomada de crescimento no Estado, e a aplicação de investimentos em infraestrutura torna-se um dos principais instrumentos para aquecer a economia estadual e assim retomar uma trajetória de crescimento desejável. Dentre as obras de infraestrutura para o período 2016-2019, encontram-se: linhas do Metrofor, linhas de trens, construção e manutenção de rodovias, ampliação do Porto do Pecém, Cinturão das Águas, Acquario Ceará, unidades de saúde, unidades de educação infantil e profissional. Esses investimentos tem grande rebatimento na cadeia produtiva,

dinamizando a economia como um todo e favorecendo o crescimento econômico do Ceará. Além das obras citadas, em 2015 o governo está realizando estudos técnicos de viabilidade para preparar um pacote concessão de equipamentos públicos para a iniciativa privada, dinamizando assim os investimentos privados.

Diante do exposto, a economia do Ceará, após uma previsão de queda de atividade econômica em 2015, irá iniciar um processo de crescimento a partir de 2016, como apresentado na tabela 4.

Tabela 4 - Projeções do Produto Interno Bruto (PIB) - Ceará - 2016-2019

Indicadores/Períodos	2016	2017	2018	2019
Taxa de crescimento do PIB (%)	1,0	1,5	2,0	2,0
PIB a preços de mercado (R\$ milhão)	125.130	133.992	144.189	155.162

Fonte: IPECE

Obs: Projeções realizadas com o IPCA em 9,28% em 2015 e 5,5% para os anos seguintes.

## 2. DESENVOLVIMENTO SOCIAL NO PERÍODO RECENTE

Nesta seção apresentaremos o panorama recente das condições sociais do Ceará. Com uma breve análise dos principais indicadores sociais, mostra-se o comportamento recente da dinâmica populacional, das condições de saúde, segurança alimentar e nutricional, educação, emprego, pobreza e desigualdade. Dessa forma acredita-se que a análise desses seja coerente com a ideia de o Estado além de almejar o crescimento de sua economia o mesmo seja traduzido em qualidade de vida para a população cearense.

### 2.1. Demografia

Conhecer os aspectos demográficos da população do estado é essencial para construir políticas voltadas a atender de forma eficiente a demanda socioeconômica dessa sociedade. Em 2013, a população do Estado do Ceará foi estimada pela Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar- PNAD do IBGE em cerca de 8,7 milhões de pessoas. Em comparação a 2012, o crescimento em números absolutos foi em torno de 70 mil pessoas a mais no Estado do Ceará. Em termos de densidade demográfica, o Estado registrou um valor de 59,12 hab./km<sup>2</sup>.

Vale ressaltar, que a distribuição da população no território cearense não se dá de forma uniforme. Na Região Metropolitana de Fortaleza, que corresponde apenas 3,9% da área total do Ceará, residia 43,1% da população, o que representa uma densidade demográfica nessa região de 655,86 hab./km<sup>2</sup>.





Em relação à taxa de urbanização, que consiste na proporção de pessoas que residem na área urbana em relação à população total, verificou-se que no Ceará, em 2013, registrava uma taxa de 73,0%, sendo a menor comparada ao nordeste e Brasil (o Brasil apresentou taxa de urbanização de 84,8% e o Nordeste de 73,4%).

Quanto à distribuição da população segundo a Razão Sexo, que representa o número de homens na população para cada grupo de 100 mulheres, verificou-se pelo resultado da PNAD que no Ceará, em 2013, a cada 100 mulheres havia pelo menos 93 homens no Estado, percentual menor que a média nacional e do Nordeste. Em números absolutos, são mais de 274 mil mulheres a mais que homens.

Outra constatação muito importante a ser verificada é o crescimento mais elevado da população mais idosa com relação aos demais grupos etários. A participação das pessoas com 60 anos ou mais de idade no total da população no Ceará vem crescendo. Em 2003, este grupo representavam 9,5% da população total, enquanto que em 2013 eles eram 13,3% do total da sociedade cearense.

## 2.2. Saúde

Na área de saúde, o Estado do Ceará apresentou uma melhora significativa nos últimos anos. Isso pode ser identificado no aumento da expectativa de vida, indicador calculado pelo IBGE. Em 2013, a esperança de vida ao nascer da população residente no estado foi de 73,2 anos, enquanto em 1980 era apenas de 59 anos. A taxa de mortalidade infantil (até 1 ano de idade) em 2013 ficou em 16,6 enquanto em 2002 era de 35,1 para cada mil nascidos vivos.

Na Primeira edição da Pesquisa Nacional de Saúde, realizada em convênio com o Ministério da Saúde o IBGE divulgou dados em três perspectivas: percepção do estado de saúde, estilos de vida e doenças crônicas para todas as unidades da federação em 2013. No Ceará 60,6% da população do estado com idade igual ou superior a 18 anos declarou-se com saúde boa ou muito boa.

Na investigação do estilo de vida a pesquisa analisou os hábitos de consumo alimentar através de indicadores marcadores de padrões saudáveis e não saudáveis. Foram considerados marcadores de padrão saudável de alimentação o consumo recomendado de frutas, legumes e verduras e o consumo regular de feijão. O percentual da população adulta no Ceará que consumiam cinco porções diárias de frutas e hortaliças foi de 27,7% taxa inferior à encontrada nacionalmente de 37,3%. Quanto ao consumo regular (em cinco ou mais dias da semana) de feijão foi referido por 76,1% das pessoas taxa superior a do Brasil de 71,9%.



Já dentre os marcadores de padrão alimentar não saudável estão o consumo regular de refrigerantes, de leite integral, de carnes com excesso de gordura (gordura aparente e frango com pele) e o consumo de sal.

A proporção de pessoas que referiram consumo de carne ou frango com excesso de gordura foi de 30% no Estado. Além disso, quase  $\frac{1}{4}$  (20,2%) dos adultos consumiam regularmente refrigerantes. Outro hábito de alimentação considerado não saudável foi o de consumo regular de alimentos doces, como bolos, tortas, chocolates, balas, biscoitos ou bolachas doces em cinco dias ou mais na semana. No Estado, o percentual de pessoas que referiram esse hábito foi de 21,4%, ou seja, proporção bem parecida à encontrada ao consumo dito saudável de frutas e hortaliças (27,7%).

Por último a pesquisa observou a incidência de doenças crônicas. A investigação traz as questões de saúde coletiva como: quais os limites e as sobreposições do papel do indivíduo, como responsável pela própria saúde, e das políticas públicas, como reguladoras de questões ambientais. O Ceará se posicionou, em termos absolutos, entre as unidades da federação com as maiores incidências dessas (hipertensão arterial, diabetes, colesterol alto e doenças no coração) dentre a população adulta. Em termos de taxas obteve da população adulta 18,7% com diagnóstico médico de hipertensão arterial, 4,9% diabetes, 10,3% colesterol alto e 2,6% doenças no coração.

Sobre a abordagem da alimentação nutricional como prevenção de doenças a PNAD 2013 investigou em caráter suplementar a questão da segurança alimentar e nutricional. Com base nas pesquisas anteriores (2004 e 2009) a insegurança alimentar no Ceará vem diminuindo. Em 2004 pouco mais da metade dos domicílios apresentavam algum tipo de insegurança (55,6%) em 2013 não chegou a 36%.

O caso mais grave, ou seja, quando membros dos domicílios passaram por situação de fome (insegurança alimentar e nutricional grave) também vem diminuindo significativamente (14,3% em 2004 para 5,1% em 2013). Todavia vale salientar que apesar dessa melhora significativamente, no comparativo com demais Estados, o Ceará para último ano da pesquisa, apresentou o 8º maior percentual e, o 5º maior da região nordeste, em termos de domicílios particulares com algum tipo de insegurança alimentar.

### 2.3. Condições dos domicílios

A análise das condições domiciliares constitui importante forma de avaliar o acesso da população aos serviços elementares de uma moradia adequada. Aqui se destaca a situação dos domicílios quanto à forma de abastecimento de água e de esgotamento



sanitário, de coleta de lixo, energia elétrica fornecendo um panorama da situação do Estado pela ótica domiciliar.

Com base nos dados da PNAD divulgados anualmente pelo IBGE, foi possível evidenciar uma melhora significativa da condição dos domicílios particulares e permanentes<sup>2</sup> em 2013 em comparação a 2003.

A cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, por meio de rede geral distribuição foi de 77,3% em 2013. Já o percentual de domicílios permanentes ligados à rede geral de esgotamento sanitário, que apesar de vir apresentando melhora (2003 era de 43,0% e em 2013 foi 49,1%) ainda observamos uma taxa muito inferior a média nacional de 78,1%.

No caso do percentual de domicílios atendidos diretamente por serviços de coleta adequada houve um crescimento de 7,6 pontos percentuais, passando de 71,3% em 2003 para 78,9% no ano de 2013. No que diz respeito à cobertura de energia elétrica, o percentual de domicílios que possuíam energia elétrica aumentou de 94,2% para 99,6% entre esses anos o que caracteriza uma quase universalização do serviço.

#### 2.4. Educação

Na área de educação, os dados mais recentes da PNAD indicaram melhora da taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais no Estado. Em 2003, o Ceará possuía uma taxa de analfabetismo de 22,6%. Já em 2013, o Estado apresentou um total de 16,7% da sua população acima de quinze anos de idade analfabeta, o que representou uma queda de 5,9 pontos percentuais na taxa.

Ainda pelos dados da PNAD de 2013 observou-se que a evolução da média de anos de estudos da população de 25 anos ou mais, que é um dos indicadores utilizado internacionalmente para medir o nível de escolarização de um país, vem apresentando tendência positiva. A escolaridade média da população cearense acima de 25 anos de idade, que era de 4,7 anos em 2003, passou para 6,4 em 2013, indicando essa tendência.

Em relação ao percentual da faixa etária da referida pesquisa que concluía nível superior completo é possível observar a grande disparidade deste nível de ensino entre diferentes regiões no Brasil. Enquanto no Brasil 12,6% das pessoas de 25 anos ou mais

<sup>2</sup> São domicílios particulares e permanentes são os domicílios construídos para servir exclusivamente à habitação e que, na data de referência, tinham a finalidade de servir de moradia a uma ou mais pessoas.



de idade já concluíram o ensino superior, em 2013, no Nordeste e no Ceará apenas 8% e 7,6%, respectivamente, concluíram este nível de escolaridade.

Os resultados referentes àqueles que completaram pelo menos o ensino médio não é muito diferente dos demais indicadores. Os valores apresentados pela Região Nordeste e o estado do Ceará são muito próximos e bem abaixo da média nacional. Conhecida como etapa final da educação básica no Brasil, o ensino médio é, em tese, uma das etapas mais importantes para a formação do indivíduo. É neste período que o jovem se prepara para entrar no mercado de trabalho ou ingressar no ensino superior. Porém, apesar de sua importância, o Estado fracassa com a grande missão de reduzir a evasão, pois é nessa fase, que a maioria dos jovens, deixam precocemente os estudos, muitos deles em busca de trabalho e renda.

## 2.5. Emprego e rendimentos do trabalho

Os resultados referentes ao mercado de trabalho, tomando como base os dados divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, disponibilizados no site do IBGE, indicaram que, em termos de Rendimento Nominal Mensal Domiciliar per capita da população residente em 2014 o estado do Ceará deteve o terceiro menor rendimento (R\$ 616,00) comparativo aos demais.

No 1º trimestre de 2012 o Ceará possuía 6,74 milhões de habitantes com idade de trabalhar, passando esse total para 7,02 milhões em 2015. Todavia, o estado do Ceará registrou o menor avanço de apenas 0,88% na comparação dos dois períodos passando de 3,73 milhões de pessoas, em 2012, para 3,76 milhões de pessoas em 2015, revelando nítida perda de participação no total da força de trabalho nacional, passando de 3,90% para 3,75%, e na força de trabalho nordestina passando de 15,55% para 14,90%, bem diferente do ocorrido com a participação do Nordeste no país que passou de 25,11% para 25,14% na mesma comparação. Sendo assim, é possível observar que está ocorrendo um fenômeno bastante interessante no estado do Ceará, a decisão muito mais intensa de ficar fora do mercado de trabalho na comparação com as demais regiões.

Além disso, o estado do Ceará registrou queda no contingente de ocupados<sup>3</sup> de 0,84% na comparação dos dois períodos analisados. Enquanto o total de pessoas na força de trabalho aumentou em 33 mil pessoas, o total de pessoas ocupadas caiu em 28 mil pessoas, ambos na mesma comparação. Isso resultou em aumento do desemprego

<sup>3</sup> Segundo IBGE a população ocupada na semana de referência é formada por aquelas que trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.



e nítida perda de participação no total de pessoal ocupado no mercado de trabalho nordestino e nacional.

Quanto a Evolução da taxa de participação na força de trabalho que é dado pelo quociente entre a força de trabalho e a população em idade de trabalhar multiplicado por 100 verificou-se que o estado do Ceará apresentou o comportamento mais oscilante nesse indicador apresentando tendência de queda a partir do 2º trimestre de 2014, finalizando a série com taxa de participação de 53,6% no 2º trimestre de 2015. Isso pode ser um claro indício de desalento no mercado de trabalho, quando parte da população em idade ativa opta por vontade própria não participar da força de trabalho.

## 2.6. Pobreza e desigualdade

No referente aos indicadores de pobreza e desigualdade, o Estado do Ceará também apresentou avanços. Dados da PNAD mostram que enquanto em 2003 21,1% da população vivia em situação abaixo da linha de pobreza (definição baseada na linha utilizada pelo Plano Brasil sem Miséria) em 2013 marcou 8,3% (queda de 12,8 pontos percentuais). Todavia ainda nesse último ano o Estado contou ainda com número de 695.454 pessoas vivendo nessa situação, o que merece atenção do Estado em termos de política de combate a pobreza extrema e cuidados com essa população.

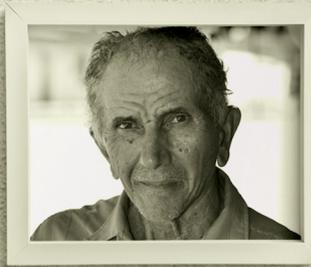
Na análise da desigualdade medida pelo índice de Gini, um dos mais conhecidos na literatura, verificou-se que o Estado também apresentou melhora. Em 2013 foi de 0,513 em 2013 enquanto em 2003 foi de 0,568.

Por outra ótica de medir o nível de desigualdade temos o cálculo da Razão entre a renda média dos 20% mais ricos e os 20% mais pobres. Esse também vem apresentando melhoras, todavia o grau ainda é bastante elevado, pois ainda em 2013 a razão foi de 16,4%, ou seja, os mais ricos ganham em média 16 vezes acima que os mais pobres.

E por último a desigualdade medida pela diferença a proporção da renda acumulada por percentis da população. Em 2013 enquanto os 50% dos mais pobres no Estado detinham 17,3% o grupo dos 1% mais ricos detinham 12,2% do total da renda gerada.

# PPA - 2016/2019

CONDICIONANTES DO  
CONTEXTO GLOBAL  
E NACIONAL





## CONDICIONANTES DO CONTEXTO GLOBAL E NACIONAL

## CONDICIONANTES DO CONTEXTO GLOBAL E NACIONAL

É do conhecimento de todos que existem muitos desafios a serem enfrentados na busca de um desenvolvimento de forma integrada e intersetorial do estado do Ceará e, que todos os esforços, conhecimentos e recursos da sociedade e do Governo devem ser direcionados para um único objetivo comum: construir uma sociedade livre, democrática, inclusiva, igualitária, segura e justa.

No momento em que o Governo do Ceará se organiza para definir suas estratégias e políticas para a promoção da oferta de seus bens e serviços à sociedade, oferta esta que, no espaço de médio prazo, ou seja, para o próximo período de quatro anos, deverá estar declarada no instrumento de planejamento Plano Plurianual – PPA 2016-2019, não se pode deixar de levar em consideração alguns aspectos estratégicos mais amplos.

Neste sentido, relaciona-se neste capítulo algumas das principais características deste ambiente externo a nosso Estado, representadas aqui em termos de tendências de influência dos cenários global (mais amplo), nacional e regional.

### 1. MEGATENDÊNCIAS GLOBAIS

As chamadas Megatendências Globais<sup>1</sup> são tendências de longo prazo, altamente interligadas e cujos efeitos são diferenciados para os vários países/regiões. Diante delas, os governos devem utilizar suas políticas, estratégias, estruturas e aptidões para ter boas práticas de liderança no futuro.

Estas megatendências, agrupadas nos três grandes eixos – População, Globalização Econômica e Meio Ambiente –, devem ser consideradas com especial atenção no momento de formulação e implementação do planejamento governamental.

No primeiro caso, ou seja, no eixo População, observa-se a mudança do perfil demográfico, com o envelhecimento da população devido ao aumento da expectativa de vida e com a redução das taxas de natalidade. Como consequências diretas, observam-se o aumento dos gastos com serviços de saúde, pressão sobre os sistemas públicos de aposentadoria e pensões, além do aumento do número de jovens para serem inseridos no mercado de trabalho.

No que diz respeito ao processo de envelhecimento da população, os governos devem ajustar suas políticas para acomodar os impactos disto, sobretudo estruturando melhor os serviços de saúde e de atendimento social e comunitário, além de avançar na infraestrutura de acessibilidade.

No que diz respeito ao aumento de jovens no mercado de trabalho, é fundamental que sejam

<sup>1</sup> Fonte: O Estado Futuro 2030: as megatendências globais que moldam os governos. KPMG, 2013.





pensadas e implementadas políticas de incentivo ao investimento privado, levando à criação de postos de emprego, além de desenvolver estratégias de formação de capital humano que melhorem a empregabilidade dessa população no longo prazo.

Avanços na educação, saúde e tecnologia da informação e comunicação também estão ocorrendo em larga escala, o que gera maiores expectativas por parte da população, rapidez na difusão das informações, criação de oportunidades, impacto sobre a produtividade, além de mais cobranças por efetividade das ações do poder público.

Quanto ao que se chama ascensão do indivíduo, os governos poderão precisar tomar algumas medidas, dentre as quais: 1) avaliar ou reavaliar os sistemas fiscais progressivos, diminuindo a desigualdade de renda; e 2) integrar estruturas internas para se concentrar na prestação de serviços públicos de forma mais eficiente.

A Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC tem transformado as sociedades, principalmente nos últimos 20 anos, contribuindo também para o avanço da pesquisa, do desenvolvimento e o progresso das tecnologias em muitos outros campos, como saúde, transporte, indústria e serviços sociais. Isto cria um ambiente favorável para que os governos possam avançar na interlocução com os cidadãos, utilizando tecnologias novas e emergentes, inclusive as mídias sociais, e na melhoria da orientação para a tomada de decisão e da prestação de serviços.

A Globalização Econômica é evidenciada pela crescente integração e aumento nos níveis de comércio internacional e no fluxo de capitais, surgindo relações mais complexas de negócios. Neste contexto, a dívida pública tem se tornado um fator restritivo para que os governos possam atender todas as demandas da população e fiquem mais expostos aos riscos e com menor capacidade para lidar com os choques nos mercados globais. Por outro lado, a redução dos níveis de pobreza nos países emergentes, como é o caso do Brasil, tem possibilitado que os mesmos passem a exercer mais influência sobre a economia global.

Quanto a esta interligação econômica, é possível observar já um aumento contínuo do comércio exterior e dos investimentos, de forma mais complexa, além de uma redução nas barreiras comerciais, o que, conseqüentemente, gera mais risco de contágio internacional. Neste aspecto, os governos poderão precisar alinhar seus regimes regulatórios, aos regimes internacionais, além de desenvolver maiores aptidões para promover o alinhamento de suas políticas com base em acordos internacionais.

Ainda em relação ao eixo Globalização Econômica, registra-se a megatendência global relativa às mudanças no poder econômico de países emergentes, tendo como conseqüências, dentre outras: a existência de uma ordem mundial multipolar emergente e a ampliação da base de consumo gerando oportunidades econômicas. Com isto, os governos devem estar preparados e implementar estratégias para atrair investimentos, ampliar sua participação em acordos internacionais de comércio e formar aptidões na modelagem econômica de médio e de longo prazos.



Finalmente, as mudanças climáticas, pressão sobre os recursos naturais e crescente urbanização têm afetado de maneira irreversível o meio ambiente. Os impactos negativos sobre os ecossistemas, ampliação de fenômenos, tais como aumento da temperatura média, secas e enchentes, têm afetado a oferta de alimentos, acelerado o esgotamento das fontes e recursos renováveis e não-renováveis e potencializado as disputas e conflitos.

O aumento das emissões de gases, que têm agravado consideravelmente os impactos na camada de ozônio, causando o tão conhecido efeito estufa, está gerando mudanças no clima e promovendo transformações imprevisíveis, além de sobrecarregar a resistência dos sistemas naturais e artificiais. Isto, por consequência, gera a necessidade de uma cooperação global, pressão sobre os governos para se adaptarem aos efeitos do aquecimento global e reforçar o papel das cidades neste cenário.

A associação desta questão das mudanças climáticas, ao crescimento da população e ao poder econômico, tem como consequência preocupante para os governos, e para a sociedade de forma geral, a pressão sobre os recursos, ou seja, a pressão pela produção de alimentos, a maior demanda por água e por energia e a maior competição por metais e minerais. Isto promove a necessidade de os governos implementarem estratégias no sentido de reduzir a procura e aumentar a oferta de recursos, aprimorando mecanismos de monitoramento e controle de indicadores relacionados a alimentos, água, energia e demais recursos naturais, reforçando as parcerias, principalmente com a sociedade, criando uma infraestrutura pública adicional para respaldar os esforços contra as mudanças climáticas, dentre outras ações estratégicas.

Por fim, relacionada ao eixo Meio Ambiente, verifica-se a megatendência da urbanização que, em sentido global, está criando oportunidades para o desenvolvimento social e econômico, assim como para uma vida mais sustentável. Por outro lado, há pressões sobre a infraestrutura e sobre os recursos, principalmente a energia, e aquelas associadas à pobreza urbana e ao crescimento do número de pessoas que vivem em assentamentos urbanos informais e precários, muitas vezes em localidades inadequadas ou em áreas de risco.

Estes fatores demandam que os governos atuem, principalmente, no desenvolvimento de planos integrados de infraestrutura urbana, na melhoria da administração eficiente da urbanização e em estratégias que assegurem que o aumento da população residente nas cidades seja acompanhado pelo crescimento econômico e pela capacidade de prestação de serviços públicos.



## 2. TENDÊNCIAS NACIONAIS

Antes de serem apresentadas as tendências no âmbito nacional, é importante delinear o atual quadro macroeconômico nacional, que vem sendo caracterizado por uma rápida deterioração dos fundamentos econômicos que vinham impulsionando o crescimento da economia nos últimos anos.

Nesta linha de raciocínio, merece destaque acontecimentos internos importantes, que alteraram profundamente o quadro macroeconômico, como foi o caso da aceleração inflacionária, conjugada com o desequilíbrio fiscal da União, levando à necessidade de um forte ajuste das contas públicas. Por conta disso, o crescimento estimulado pelo consumo será mais difícil, tendo em vista a menor expansão da renda e maior endividamento das famílias. A retomada do crescimento deverá ocorrer pela expansão do comércio externo e recuperação dos investimentos privados.

Portanto, o quadro econômico atual evidencia o esgotamento do arranjo de crescimento que vinha sendo utilizado nos últimos anos, por dois grupos de fatores restritivos:

- 1) Restrições macroeconômicas representadas pelo aumento de pressões fiscais e inflacionárias; e
- 2) Redução da competitividade sistêmica, traduzida por:
  - Crescimento econômico apoiado na demanda agregada, especialmente consumo e gastos públicos, com crescimento modesto da produtividade;
  - Aumento do Custo Brasil: logística, energia e estrutura tributária;
  - Redução da eficiência do setor público e ausência de reformas; e
  - Regulação inadequada.

---

**Consequência:** O País vem perdendo competitividade.

---

Diante disso, é possível que após o atual período de ajuste sobressaia um novo modelo de crescimento, apoiado por investimentos públicos e privados em áreas estratégicas da economia, com modernização e ampliação da estrutura produtiva e, conseqüentemente, recuperação e melhoria da competitividade nacional. Duas fontes possíveis de crescimento que precisam ser priorizadas pelo Governo são:

- 1) Expansão dos investimentos privados, com a recuperação da confiança dos empresários na economia; e
- 2) Recuperação das exportações da cadeia de recursos naturais (agrícola, minérios, metais e petróleo).

A partir de uma análise objetiva deste diagnóstico, é possível dividir as tendências nacionais em dois blocos:

- Curto prazo:
  - Retomada do equilíbrio macroeconômico, com a reorganização das contas públicas, sem comprometimento dos gastos sociais.
- Longo prazo:
  - Economia – tendência de reconcentração econômica no Sudeste do País (projeções de investimentos em infraestrutura, expansão produtiva e gastos em ciência e tecnologia mostram essa tendência);
  - Mercado de trabalho – manutenção da política de valorização do salário mínimo e ampliação dos níveis de produtividade média do trabalho. Continuidade do processo de formalização da economia;
  - Comércio interno – ampliação dos fluxos comerciais inter-regionais, a partir da ampliação da modernização da malha ferroviária e rodoviária, e do próprio dinamismo das macrorregiões do País;
  - Desenvolvimento social – a atual crise econômica vai repercutir negativamente nas tendências de redução dos índices de pobreza e desigualdade e ampliação das melhorias no padrão de educação e serviços de saúde;
  - Infraestrutura – novo padrão de financiamento, com maior presença do setor privado (concessões públicas, contratos de Parcerias Público-Privadas e investimento direto), principalmente nas áreas de infraestrutura viária e hídrica;
  - Ciência e tecnologia – tendência de se ampliar o nível de inovação tecnológica nas empresas e de maior articulação entre o sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação – CT&I e sistema produtivo. Aumento, também, das tecnologias voltadas para a inclusão produtiva;
  - Setor rural – maior apoio à agricultura familiar e fortalecimento do agronegócio voltado para a produção de grãos e minérios, com redução dos entraves infraestruturais;
  - Território – fortalecimento da rede urbana, com o maior dinamismo das cidades médias, especialmente no interior do País, com impactos na organização dos espaços rurais, que se diversificam e ampliam as relações cidade-campo;
  - Centros urbanos – fragilidades nas estruturas de serviços de uso coletivo e deficiências na mobilidade. Nos municípios menores, devem se agudizar os problemas de gestão e financiamento;





- Demografia – mudança na estrutura etária da população vai influenciar no padrão de consumo (nova classe média, aumento da renda, maior nível de exigência por serviços públicos acessíveis e de qualidade). Já o envelhecimento vai exigir políticas sociais específicas para esse novo estrato social; e
- Meio ambiente – avanço das mudanças climáticas, com risco de ampliação da desertificação e ocorrência de eventos extremos, como enchentes. Avanço do aparato institucional e reforço das políticas públicas voltadas para a conservação e fiscalização ambiental.

### 3. TENDÊNCIAS REGIONAIS

No que diz respeito à Região Nordeste, é possível afirmar que, em uma dinâmica recente, houve um padrão de desenvolvimento centrado na relação de dependência e complementaridade em relação ao Sudeste. Em um contexto de integração nacional, observam-se algumas características:

- Região cresce via estímulos do resto do país;
- Indústria incentivada é extrarregional;
- Relevância das fontes públicas para financiamento do investimento privado (BNDES, FNE, FNDE, incentivos fiscais etc.);
- Estado tem um papel relevante no crescimento regional; e
- Tímida inserção internacional do Nordeste – débil base exportadora.

Nesta perspectiva, inferi-se que a dinâmica da Região Nordeste está muito associada ao desempenho do resto do país.

A partir disso, são apresentadas as tendências no âmbito regional, que exercem uma influência muito forte no âmbito estadual, e que devem também ser levadas em consideração no momento da formulação dos programas constantes no PPA 2016-2019.

Quanto ao crescimento econômico, verifica-se já um ritmo superior ao da economia nacional, por conta da entrada em operação de diversos empreendimentos, com tendência à continuidade da atração de novos investimentos, à conclusão de grandes obras de infraestrutura e à ampliação do poder de compra das camadas mais pobres da população. Há, ainda, uma tendência de concentração produtiva no litoral da região.

No campo da Agropecuária, pode-se vislumbrar a expansão das lavouras cultivadas com alta produtividade nos Cerrados e no Semiárido. Na agropecuária de pequeno porte, a produção orgânica e agroecológica se expandirá e serão ampliados os programas de convivência com a

seca.

No setor da Indústria, será percebida uma modificação na estrutura produtiva regional, com a entrada em operação de grandes e renovados empreendimentos em locais como Camaçari (BA), Pecém (CE), Suape e Goiana (PE), além da elevação da produtividade, com a realização de empreendimentos estruturadores nas áreas de Petróleo e Gás, Automobilística e Siderurgia.

No caso do setor de Serviços, verificar-se-á a consolidação das atividades relacionadas à tecnologia da informação e comunicação e à economia criativa, ao mesmo tempo em que se verificará a redução do peso da informalidade na composição do produto setorial regional. Os serviços especializados voltados para a produção, como logística, assistência técnica, advocacia, engenharia, arquitetura e serviços de saúde e educação, ganharão importância relativa e tenderão a se localizar também no interior.

No comércio interno, continuará o déficit nas relações interestaduais de comércio, devido à sustentação do ritmo de crescimento regional em patamar superior ao nacional e consequente avanço das importações de consumo (duráveis e não duráveis) das regiões mais industrializadas do país.

Por seu turno, o comércio externo tende a observar uma ampliação da corrente de comércio, com crescimento das importações, sobretudo de insumos industriais e bens e capital, bem como ampliação das exportações, cuja pauta se diversificará em virtude da incorporação de produtos petroquímicos, farmoquímicos e automotivos.

No que diz respeito à Infraestrutura, há uma tendência de ampliação da infraestrutura regional, a partir da conclusão da ferrovia Transnordestina e da interligação do São Francisco às bacias do Nordeste Setentrional. Na infraestrutura ferroviária será promovida uma melhoria, sobretudo com a entrada em operação de obras como a Ferrovia Oeste Leste (FOL), Ferrovia Nova Transnordestina (FNT) e Ferrovia Norte Sul (FNS). Por outro lado, persistirão os gargalos no sistema rodoviário regional, por conta da precariedade das estradas federais e estaduais e das dificuldades do setor público para expandir e gerenciar a oferta existente.

No campo da Energia, será observada uma ampliação da participação da energia eólica na matriz de oferta regional de energia. A região também deverá participar da tendência à crescente presença da geração de energia solar.

Por fim, quanto à questão da Demografia, assim como no que foi mencionado nas tendências globais e nacionais, no Nordeste, há uma tendência forte de envelhecimento da população, o que vai exigir o fortalecimento das políticas públicas nas áreas de saúde, educação, assistência e previdência social, e de aumento da população jovem, exigindo dos governos ampliação da promoção de serviços de formação profissional e alocação no mercado de trabalho.





#### 4. OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Além dessas tendências mundiais, nacionais e regionais, o Governo do Estado, para fins de elaboração e implementação das políticas públicas, refletidas no PPA 2016-2019, deve levar em consideração, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS<sup>2</sup>, que substituirão os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, uma vez que estes últimos têm um prazo final para o cumprimento das metas do milênio em 2015.

Com o novo horizonte temporal para 2030, estes futuros ODS podem ser traduzidos em macrodesafios de longo prazo, que devem ser perseguidos por todos os governos, sendo eles:

1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia, para todos.
8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.
9. Construir infraestruturas resistentes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles.
11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12. Assegurar padrões de produção e consumo sustentáveis.
13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e dos recursos marinhos, para o desenvolvimento sustentável.

<sup>2</sup> Fonte: [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=134&catid=100&Itemid=433&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=134&catid=100&Itemid=433&lang=pt-BR)

15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra, e estancar a perda de biodiversidade.
16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Baseadas no desempenho socioeconômico e nas perspectivas da economia cearense para os próximos quatro anos, aliados às tendências de médio e longo prazos em nível global, nacional e regional, a seguir, serão apresentadas as diretrizes estratégicas que orientaram a elaboração dos programas do Plano.



# PPA - 2016/2019

## DIRETRIZES ESTRATÉGICAS





## DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

### FUNDAMENTOS DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

Para a construção das Diretrizes Estratégicas que orientaram a elaboração dos programas contidos no PPA 2016-2019, considerou-se não só esses elementos estratégicos de médio e longo prazos, componentes dos cenários externos, e o panorama socioeconômico para o Estado do Ceará, os quais influenciam a consecução da visão de futuro, como também, e de forma principal, o modelo de gestão pública que se orienta pelo alcance de resultados, o qual direciona tanto as atividades de planejamento, quanto as de implementação das políticas públicas.

Contudo, além da observação destes elementos, é fundamental promover a reflexão acerca dos fundamentos da política de desenvolvimento do Ceará, os quais contribuirão para o alcance dos principais desafios para a concretização da visão de tornar o Ceará um **Estado com Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida**, que são:

- Garantir maior equidade social e regional;
- Construir uma cultura de paz e qualidade de vida;
- Gerar mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza;
- Recuperar e usar com sabedoria o nosso meio ambiente, preservando-o para as futuras gerações; e
- Promover o crescimento econômico com desenvolvimento territorial.

Repensar as políticas de desenvolvimento do Ceará pressupôs, inicialmente, trazer à reflexão temas básicos que, articulados, são elementos fundamentais para compreensão da atual estrutura socioeconômica estadual: a dinâmica demográfica e a territorialidade.

O modelo de desenvolvimento econômico historicamente adotado no Estado, apoiado principalmente, na industrialização incentivada, com urbanização, tem determinado o padrão de mobilidade espacial da população cearense, caracterizado por processos migratórios que moldaram o território em áreas de atração e expulsão de população.

Tal modelo acabou por estimular a criação de subespaços privilegiados de crescimento econômico, propícios à atração de contingentes de migrantes pelo mercado de trabalho, em que se destaca notadamente a Região Metropolitana de Fortaleza.

O reconhecimento dessa realidade orientou o Governo Estadual a aprofundar o entendimento de território e a adotar essa institucionalidade como unidade de gestão da política de Governo. A estratégia está embasada na política federal de Desenvolvimento Territorial (Ministério





do Desenvolvimento Agrário), assumida pelo Estado com a assinatura do Pacto pela Territorialização do Ceará. Nesse sentido, o conceito adotado considera território um espaço físico, geograficamente definido, caracterizado por critérios multidimensionais – o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e onde se distinguem fatores como identidade e coesão social, cultural e territorial.

A redefinição das diretrizes governamentais se fundamentou igualmente em elementos estruturantes como a realidade do Semiárido e do Bioma Caatinga, os desafios da economia estadual, a relação Estado, Governo e Sociedade Civil, a cultura e a ciência, inovação e tecnologia para o desenvolvimento.

Cumprido, portanto, destacar, que o Semiárido é entendido como um espaço social complexo, portador de três atributos interligados, complementares e indissociáveis: (1) é espaço de produção e de atividades econômicas diversificadas e intersetoriais; (2) é espaço de vida, de organização social e de produção cultural; e (3) é espaço de relação com a natureza, o que determina as condições e as possibilidades de sustentabilidade ambiental e de preservação dos recursos naturais existentes.

Coerente com essa abordagem, o Governo elegeu como questão central, a agenda transversal da Convivência com a Seca, acreditando que somente com políticas intersetoriais, inovações em tecnologias sociais, técnicas e estratégias qualificadas e universalizadas construir-se-á um território com melhor nível de renda e da qualidade de vida da população que atualmente, sofre com os desafios da seca.

Além disso, a preocupação com a preservação da diversidade genética da Caatinga permitirá adaptar-se e utilizar-se dos consideráveis potenciais desse Bioma, além da sua importância para outros recursos naturais como solo, água e fauna, sem desconsiderar o valor extrativista desse ecossistema, crucial para a vida nesse espaço.

No que tange à economia cearense, o grande desafio é continuar, a um só tempo, crescendo, aumentando e diversificando a sua capacidade produtiva para garantir desde o atendimento às demandas sociais prementes, como educação, saúde e habitação, às infraestruturas e demais condições que propiciam a realização dos investimentos estratégicos.

Por seu turno, o Estado possui potencialidades a serem aproveitadas, além dos recentes investimentos de grande monta em infraestrutura realizados em áreas como a de recursos hídricos, energia, transportes e logística e turismo (muitos em andamento), cujo impacto sobre a economia se fará sentir somente ao longo dos próximos anos.

Sob o ponto de vista da estrutura setorial da economia, a despeito da vulnerabilidade às características do Semiárido, abrem-se para o setor da Agropecuária, com o respaldo da pesquisa, novas possibilidades em áreas como: agricultura irrigada, com a exploração da fruticultura e outras culturas de alto valor agregado, piscicultura, avicultura, ovinocaprinocultura, apicultura, turismo rural, entre outras.



A Indústria cearense, formada de um parque de média dimensão, composto, em maior medida, por ramos tradicionais, como calçados, têxteis, alimentos e bebidas deverá ter mudança em seu perfil. O Complexo Industrial Portuário do Pecém – CIPP e a Zona de Processamento de Exportação – ZPE, em curso, que integrará o polo metalmeccânico a partir da siderurgia, serão decisivos para o processo de ampliação e diversificação da economia em período próximo.

No setor de Serviços, entre as atividades econômicas, tem destaque o Turismo, com ações governamentais bem estruturadas de promoção e marketing, pelo forte efeito multiplicador do emprego e renda, a atratividade exercida pelo Estado e o potencial representado pelo Centro de Eventos do Ceará.

Com a posição geográfica privilegiada do Ceará, o Comércio Exterior se configura uma das grandes oportunidades a ser bem aproveitada com a expansão/diversificação econômica em andamento. Já o comércio entre os estados, atualmente mais forte com os estados circunvizinhos, dada a localização do Ceará no Nordeste, será mais bem explorado, com intensificação do intercâmbio na região.

Cumprido ressaltar, que a política de atração de investimentos do Estado, constituindo-se na principal estratégia de expansão e diversificação da economia cearense, tornará os fatores como o ambiente de negócios, a qualificação da mão de obra e a infraestrutura diferenciais estratégicos, com destaque para os transportes e a logística, bem como a infraestrutura hídrica e energética.

Os progressos em recursos hídricos e energia, em execução nos dois últimos decênios, como o projeto de Integração do São Francisco, conjugado com o Cinturão das Águas do Ceará – CAC, proporcionarão segurança hídrica tanto para o consumo humano quanto para o setor produtivo. No caso da energia, as usinas termelétricas do CIPP e a implantação de projetos de energia eólica deixarão o Estado autossuficiente nesse insumo.

Por sua vez, os investimentos já realizados e a se realizarem em transportes e logística, as redes rodoviária, ferroviária e aeroportuária (inclusive aeroportos regionais) são estruturantes para o desenvolvimento pretendido no Estado. A proximidade do CIPP dos grandes mercados da Europa e dos Estados Unidos e as vantagens que advirão com o alargamento do Canal do Panamá para o comércio com o mundo asiático propiciam à economia cearense uma plataforma logística de desenvolvimento que permitirá o Estado avançar nos próximos anos.

As políticas propostas induzirão o aumento e a diversificação da capacidade produtiva, acompanhados de uma desconcentração do produto e da renda, minimizando o fenômeno da macrocefalia de Fortaleza, com a interiorização do desenvolvimento e distribuição dos resultados econômicos em todo território estadual.

Associado a isto, e observando um contexto de acirrada competição, é imprescindível o incremento da produtividade para assegurar a expansão e diversificação, determinantes para o crescimento econômico. No âmbito estadual, a rede formada pelo Instituto Centro de



Ensino Tecnológico – Centec, as Escolas Estaduais de Educação Profissional e o Centro de Treinamento Técnico do Ceará – CTTC, aliada à reconhecida contribuição do Sistema “S”, são suportes da política para atacar um dos principais óbices ao desenvolvimento do Estado, a formação profissional, e, portanto, para superar o nível de rendimento e grau de formalização do trabalho, situados entre os mais baixos dentre os estados brasileiros.

É fato consensual que nas sociedades modernas, o Conhecimento é o fator mais importante na construção do desenvolvimento econômico, tanto por sua contribuição na criação quanto na distribuição da riqueza, gerando inclusão social.

Os efeitos da produção do conhecimento e de sua ampla difusão vão do aumento da produtividade nas atividades econômicas à melhoria da prestação de serviços pelo Estado e ao aprimoramento do exercício da cidadania, para a apropriação mais equânime e generalizada dos bens culturais e da riqueza material.

Neste sentido, o primeiro passo para a construção de uma sociedade do conhecimento no Estado já foi dado com a melhoria significativa da qualidade da Educação Básica. As missões decisivas e desafiadoras que envolvem a construção do conhecimento na sociedade abrangem um amplo espectro que vai do ensino básico à pesquisa científica, à inovação, passando pela cultura, a economia da cultura e pela educação profissional e a qualificação do trabalhador.

Registre-se o progresso ocorrido nos últimos anos no Estado do Ceará, decorrentes de iniciativas tanto do Governo do Estado quanto do Governo Federal, como o aprimoramento do sistema de fomento à pesquisa científica e à inovação, e a expansão e interiorização de universidades no Estado, que agora dispõe de três universidades federais, além de quatro campi avançados da Universidade Estadual do Ceará – Uece. Alie-se a isso, a expansão da rede de instituições técnicas universitárias do Instituto Federal do Ceará – IFCE.

Os avanços citados, a rede universitária e sua capilaridade no interior do Estado garantem a base para a proposta de política neste Plano apresentada: a determinação clara de um projeto para o Ceará baseado na educação e capacitação de sua população, em todos os níveis do conhecimento e na utilização decisiva desse conhecimento no processo de geração de riquezas.

Por possuir reconhecido potencial na economia e impacto no emprego, e por ser tratada como um catalisador da política dos setores governamentais, integrando os elementos do conhecimento, a Cultura deverá se tornar um setor ainda mais competitivo e mais dinâmico, por intermédio de três estratégias fundamentais: Cultura como fator de desenvolvimento durável e sustentável; Cultura como vetor qualitativo, em termos de emprego e indicadores econômicos; e Cultura como vetor fundamental de coesão territorial, que possibilita a integração e a redução das desigualdades.

Em sentido mais amplo, o que se destaca é a colocação do homem e da capacitação humana no centro e na base do processo de desenvolvimento do Estado. O que se propõe como política de estado, que não se encerra num mandato de governo, é o compromisso de lançar bases firmes,

políticas, institucionais e operacionais para a construção da sociedade do conhecimento no Estado.

Relacionado a todos estes e outros avanços e desafios nas diversas políticas públicas, o Plano Plurianual – PPA traduz a relevância da relação democrática do Estado, Governo e Sociedade para a convergência de diversas visões de políticas e conciliação de interesses dos cidadãos e organizações da sociedade. Desta forma, o PPA é resultado do diálogo, da participação e da pactuação em torno das prioridades que compõem a agenda de governo e da geração de capital social em bases amplas.

No contexto de uma gestão pública baseada no alcance de resultados, o PPA parte do reconhecimento da necessidade de uma visão de planejamento de longo prazo, em que os resultados estratégicos estão definidos para além de um período de governo, com o olhar no futuro.

Desta forma, o Governo organiza as prioridades eleitas pela sociedade, e com base na análise das informações demográficas, econômicas e sociais, projeta melhorias para o futuro capazes de assegurar a liberdade, buscar a igualdade e realizar a justiça, criando um ambiente de competição e colaboração que estimula o desenvolvimento individual e a riqueza social.

O desafio é o de uma gestão democrática capaz de equilibrar e estruturar um conjunto de grandes escolhas no presente para formular cenários futuros, num contexto de incertezas. Isso implica em aperfeiçoar os canais de participação e engajamento cívico abertos aos indivíduos e grupos, construindo uma estratégia que equilibre Estado, Governo e Sociedade Civil na formulação e execução das políticas do Estado.

## OS 7 CEARÁS

O “Ceará que queremos”, traduzido neste Plano, é a visão de futuro que o presente Governo construiu de forma participativa. Os espaços de participação garantiram um debate qualificado, com o engajamento de técnicos, lideranças e sociedade civil, fortalecendo uma cultura democrática e gerando compromissos fundamentais entre os diferentes atores deste diálogo. A convocação à participação, ainda em trabalho de campanha eleitoral, foi feita de forma ampliada, onde o cidadão estava convidado a opinar, sugerir, analisar e questionar temáticas setoriais. Os muitos “Cearás” puderam se manifestar das mais diversas maneiras, com a expressiva representação da sociedade civil organizada, o que se deu ainda, com a busca ativa de agentes reconhecidos por sua capacidade de transformação e como referenciais nas áreas objetos de debates.

A complexidade da missão de fazer avançar o processo de desenvolvimento do Ceará requereu seu desdobramento em 7 (sete) perspectivas, os sete Eixos Governamentais de Atuação Intersetorial: Ceará da Gestão Democrática por Resultados, Ceará Acolhedor, Ceará de Oportunidades, Ceará Sustentável, Ceará do Conhecimento, Ceará Saudável e Ceará Pacífico.



Estas visões de futuro constituíram-se nos eixos ou vetores estratégicos na elaboração do Plano Plurianual. Partiu-se da consciência de que pensar o desenvolvimento de forma integrada e intersetorial remete a desafios que demandam esforços, conhecimentos e recursos da sociedade e do Estado.

A abordagem se baseia na ideia de articular e integrar as políticas públicas no território, focando a transversalidade no planejamento e na execução destas políticas, com participação cidadã, controle social, sustentabilidade socioambiental, por meio de uma gestão democrática, ética e eficiente. Tudo isso, sem desconsiderar a urgência de romper com o pensamento – e, conseqüentemente, com o planejamento e a ação – fragmentados, setorializados e unidimensionais.

Em consonância com essa abordagem, levando em consideração as necessidades e as desigualdades territoriais na priorização de ações e projetos, o processo de formulação das Diretrizes e Programas que integram o PPA basearam-se ainda nas contribuições advindas das oficinas de planejamento participativo, realizadas nas 14 Regiões de Planejamento do Estado, que resultaram na apresentação de objetivos e estratégias de desenvolvimento territoriais, segundo o enfoque dos 7 Cearás.





## 1. CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

O Ceará da Gestão Democrática por Resultados tem como política principal a garantia do crescimento constante, equilíbrio financeiro, fiscal e orçamentário e redução persistente das desigualdades.

Com base no consenso construído pela sociedade em torno do melhor modelo que alcance os objetivos estratégicos e as metas que tornarão possível o desenvolvimento sustentável, o ponto de partida deste eixo assenta-se na necessidade do planejamento estratégico, democrático, inclusivo e participativo e na contratualização de resultados, claros, objetivos, precisos, mensuráveis e transparentes.

A implementação de um modelo de gestão que adota a contratualização de resultados é extremamente desafiador, exigindo do Governo Estadual uma mudança na postura dos gestores públicos e o entendimento de que os compromissos contratados condicionam todo ciclo de planejamento, orçamento e gestão estadual. A administração estadual tem consciência de que o êxito da implementação desse modelo pressupõe a integração de definições estratégicas; o alinhamento de processos, recursos, programas/produtos com os resultados; e a utilização de mecanismos de monitoramento intensivo e avaliação permanente.

Isso posto, para assegurar o desenvolvimento de estratégias voltadas ao atendimento das expectativas da sociedade, a agenda governamental foi estruturada com base no aperfeiçoamento institucional, na intersetorialidade e no desenvolvimento regional sustentável. O funcionamento adequado das instituições favorece uma administração ética e eficiente e gera efeitos em todo sistema social; a transição de iniciativas setoriais para arranjos multissetoriais e transversais garante melhor desempenho dos atores públicos e autonomia para a alocação técnica e meritória de recursos; enquanto o planejamento regionalizado e descentralizado cria as condições para a construção de matrizes econômicas interdependentes, corredores dinâmicos de atividades, fortalecimento das aptidões regionais, aumento da eficiência sistêmica, para romper o ciclo gerador de pobreza e desigualdade.

O Plano Plurianual, de conformidade com o modelo de Gestão por Resultados, iniciou-se por duas tarefas fundamentais: definir os objetivos, traduzidos em resultados estratégicos e temáticos, e em seguida, indicadores, segundo os quais serão aferidos, assumidos por toda a administração pública.

A formulação da nova estratégia de planejamento e implementação estarão presentes, nos próximos quatro anos, no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Com a contratualização de resultados, se buscará unir eficiência administrativa, por meio da coordenação intragovernamental e participação democrática na tomada de decisão, maximizando, assim, os resultados e os benefícios da ação de Governo.

De par com a política federal, o Governo Estadual reconhece que o fortalecimento das



instituições públicas, com participação e controle social, transparência e qualidade da gestão são exigências para o efetivo funcionamento do Estado. A qualificação da gestão pública com avanço na racionalização dos processos, melhoria do cumprimento de suas funções e o adequado atendimento à população permitirá ao Estado cumprir seu papel na promoção do desenvolvimento e superação das desigualdades.

A realização de diálogo entre governo e sociedade, para assegurar a participação no processo decisório e na gestão das políticas públicas, enseja maior transparência, requerendo qualificação na produção, melhoria do acesso e disponibilização da informação, bem como, sua divulgação. Cabe, portanto, destacar que nessa estratégia de aproximação do Governo com a sociedade dois instrumentos de controle social assumem, cada vez mais, papel essencial nesse processo: o Portal da Transparência e a Lei de Acesso à Informação. O estímulo e a facilitação do controle social influenciam positivamente o Governo, contribuindo para a efetividade das políticas e o pleno exercício da cidadania.

O Estado se propondo a ser, sempre mais, transparente e comprometido com a participação social fortalecerá sua capacidade de realizar uma gestão fiscal e a racionalização e o controle da qualidade dos gastos, como condição para o Governo cumprir suas funções obrigatórias e as ações finalísticas, entre as quais, a execução dos empreendimentos prioritários. Por sua vez, o Governo se qualificará para melhorar seu desempenho na área de planejamento e gestão aprimorando o processo de monitoramento e avaliação.

### Resultado Estratégico

Serviços públicos estaduais planejados e geridos de forma eficiente e efetiva, atendendo as necessidades dos cidadãos, com transparência e equilíbrio fiscal.

#### INDICADORES ESTRATÉGICOS

Descrição	Unidade	Ano Referência	Valor Referência
Despesa de Pessoal do Poder Executivo / Receita Corrente Líquida	percentual	2014	44,09
Despesa finalística empenhada/Despesa Total	percentual	2014	37,5
Índice de concentração regional dos investimentos	índice	2014	(1)
Investimento/Receita Corrente Líquida	percentual	2014	23,8
Nível de endividamento (Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida)	proporção	2014	0,31

Fontes: Seplag/Ipece/Sefaz.

(1) Valor de referência em apuração pelo Ipece.

Este Eixo Governamental de Articulação Intersetorial terá como desdobramentos os Temas Estratégicos: **Gestão Fiscal, Planejamento e Gestão e Transparência, Controle e Participação Social**, cujos programas foram elaborados com base nas diretrizes apresentadas a seguir.

Além destes três temas, compõe o Ceará da Gestão Democrática por Resultados um tema especial chamado **Administração Geral**, que agrega os programas administrativos de **Gestão e Manutenção** de todos os órgãos e entidades do Estado e os programas especiais, a saber: Previdência Estadual, Encargos Gerais do Estado e Reserva de Contingência.

### Principais Diretrizes

- Instituição da participação cidadã e do controle social do desenvolvimento como método de gestão;
- Desenvolvimento da cultura de planejamento participativo de forma descentralizada, que fortaleça as identidades regionais e promova a integração das diversas políticas públicas nestes territórios;
- Apoio à constituição de novas institucionalidades, por meio de conselhos, fóruns, consórcios, oficinas de desenvolvimento, redes de cooperação, acordos de parceria, planos, pactos, agendas de desenvolvimento;
- Fortalecimento do volume de investimentos realizados no Estado, para garantir a oferta de novos e melhores serviços para a sociedade, contribuindo para o crescimento do PIB estadual;
- Articulação das políticas integradas com a União e com os municípios, visando à descentralização econômica do Estado, de forma a possibilitar um maior equilíbrio na participação do PIB estadual;
- Avanço na realização de ações integradas e compartilhadas, com foco na otimização da aplicação dos recursos e no fortalecimento institucional em busca dos grandes resultados do Governo; e
- Promoção do equilíbrio das contas públicas para suprir a manutenção dos novos equipamentos públicos, especialmente nas áreas da Saúde e Educação, entre outras medidas, por meio de controle dos gastos e monitoramento dos indicadores fiscais.





## 2. CEARÁ ACOLHEDOR

O Eixo Ceará Acolhedor fundamenta-se num conjunto de políticas públicas pautadas na inclusão social dos segmentos vulneráveis, no respeito à pluralidade e à liberdade de escolhas dos indivíduos e na garantia dos direitos humanos.

Ao adotar a noção de Acolhimento na concepção e fortalecimento de uma ação pública, o Governo assume o compromisso de proporcionar ao cidadão uma vivência e uma convivência pessoal, familiar e comunitária: segura, inclusiva e garantidora de direitos sociais. Essa política se conjuga ao propósito de ampliar o acesso aos bens e serviços, ao conhecimento, ao lazer, à renda e ao trabalho.

É nessa perspectiva que se afirma o acolhimento como um dos principais eixos de política de Governo, como condição para se avançar no desenvolvimento econômico, político, socioambiental e sustentável do Estado do Ceará. Portanto, para a política governamental acolher é potencialmente um ato de respeito, diálogo e compartilhamento que se transformam no compromisso de dar respostas às necessidades e de garantir os direitos dos cearenses.

A presente gestão, em parceria com os governos municipais e a esfera federal, com entidades, categorias profissionais, organizações e segmentos sociais, orientará suas ações com o objetivo de avançar no reconhecimento do lastro de lutas deixado pelo processo de redemocratização do país, de conquista de direitos sociais, fortalecendo as estruturas de participação existentes na sociedade, tais como Conselhos Tutelares, de Políticas Públicas, Conselhos Municipais, fóruns de participação e outros, e ampliando os mecanismos de acesso aos direitos constitucionais.

Desta forma, o Eixo Ceará Acolhedor abrange as Políticas Públicas da **Assistência Social, Habitação, Inclusão Social e Direitos Humanos e Segurança Alimentar e Nutricional.**

### Resultado Estratégico

Inclusão social e direitos humanos assegurados para a população cearense, priorizando os segmentos vulneráveis.

#### INDICADORES ESTRATÉGICOS

Descrição	Unidade	Ano Referência	Valor Referência
Déficit habitacional	número de domicílios	2012	248.296
Percentual de domicílios com insegurança alimentar	percentual	2013	35,5
Percentual de extremamente pobres (< R\$ 70 per capita)	percentual	2013	8,3

## INDICADORES ESTRATÉGICOS

Descrição	Unidade	Ano Referência	Valor Referência
Percentual de jovens de 15 a 29 anos que não estudam e não trabalham	percentual	2013	24,6
Percentual de pobres (<1/2 sal. min. per capita)	percentual	2013	46,9

Fontes: PNAD-IBGE/ Cidades/Fundação João Pinheiro.

### 2.1. ASSISTÊNCIA SOCIAL

No contexto do Eixo Ceará Acolhedor, são apresentadas as propostas das políticas públicas da Assistência Social para o período 2016-2019, com base em princípios e diretrizes, que norteiam as iniciativas dos programas, com vistas a superar o cenário de vulnerabilidade e risco pessoal, familiar, comunitário e social.

Como modelo de gestão para este tema, a Política Nacional de Assistência Social, aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social em 2004, instituiu o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), definindo como funções para as três esferas de Governo, afiançar e garantir as seguintes seguranças:

1. De acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a permanência de indivíduos e famílias, em períodos de curta, média e longa duração;
2. De renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social, em situações de vulnerabilidade decorrente do ciclo de vida e/ou incapacitados para a vida independente e para o trabalho;
3. De convívio ou vivência familiar, comunitária e social: por meio da oferta pública de rede continuada de serviços garantidores de oportunidades que favoreçam a criação e retomada de vínculos familiares e sociais, bem como as condições para o exercício de atividades profissionais;
4. De desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social: pela superação das causas das vulnerabilidades e riscos sociais;
5. De apoio e auxílio: pela garantia de sobrevivência das famílias e indivíduos em situações de riscos circunstanciais, emergenciais e temporários.

As ações da proteção social estão organizadas em dois níveis: a proteção social básica, que atende às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, prevenindo situações de risco e fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, tendo como unidade de atendimento



o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS; e os serviços de proteção social especial, de média ou alta complexidade, que objetiva proteger famílias e indivíduos em situações de risco pessoal e social, cujos direitos tenham sido violados, com ou sem rompimento dos laços familiares e comunitários, decorrentes de abandono, maus-tratos físicos e/ou psíquicos, abuso e exploração sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras, que tem como unidade de referência para oferta de seus serviços, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.

### Principais Diretrizes

- Consolidação da Política Estadual de Assistência Social;
- Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;
- Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial beneficiário das demais políticas públicas;
- Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária,
- Garantia da igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equidade às populações urbanas e rurais; e
- Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como, dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

### 2.2. HABITAÇÃO

O tema Habitação, relacionado ao Eixo Acolhedor, em função da descentralização das políticas, tem a execução dos seus programas e projetos sob a responsabilidade dos estados e municípios, com a parceria com o Governo Federal.

A questão habitacional no Ceará, refletindo a realidade brasileira, se caracteriza pela existência de déficit habitacional e inadequação dos domicílios em nível expressivo. Os componentes do déficit habitacional são classificados como: domicílios precários (improvisados e rústicos, inservíveis ou inadequados para a moradia ou localizados em áreas de risco); coabitação familiar (famílias conviventes em um mesmo domicílio, embora tendo intenção de constituir domicílio exclusivo); ônus excessivo (famílias com renda de até três salários mínimos despendendo valor igual ou superior a 30% da renda familiar com aluguel); adensamento excessivo de domicílios alugados (número médio de moradores por dormitório acima de três). Por sua vez,

a inadequação domiciliar se constitui em: domicílios carentes de serviço de infraestrutura; domicílios sem unidade sanitária domiciliar exclusiva; e adensamento excessivo em domicílios próprios.

A Política de Habitação expressa no PPA, em premissas, diretrizes e iniciativas, foi estabelecida com vistas ao enfrentamento do déficit habitacional e à inadequação domiciliar no Estado do Ceará. Nesta perspectiva, as diretrizes traçadas consideram duas linhas de atuação:

- A necessidade de incremento e de reposição de unidades habitacionais; e
- A necessidade de adequação de unidades habitacionais existentes.

A ausência de regularidade documental dos imóveis residenciais, sendo uma situação recorrente, principalmente em imóveis ocupados por famílias de menor renda, para efeito da política, é tratada como mais uma inadequação domiciliar.

### **Principais Diretrizes**

- Atuação primordial no provimento da habitação de interesse social para enfrentamento do déficit habitacional e da inadequação domiciliar;
- Instituição do conceito de moradia digna como o conjunto de meios que viabilizem o abrigo, a convivência familiar, a relação comunitária e a inserção urbanística sustentável;
- Produção de unidades habitacionais de interesse social de qualidade, classificadas no conceito de moradia digna;
- Cofinanciamento para produção, melhoria e regularização de habitação de interesse social;
- Promoção da intersetorialidade na aplicação da política habitacional de interesse social, envolvendo as demais políticas públicas;
- Incentivo ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias construtivas nos projetos de habitação de interesse social;
- Criação de mecanismos de apoio aos municípios na instituição e execução de programas de melhorias habitacionais; e
- Promoção da regularização fundiária do estoque de imóveis produzidos pelo Governo do Estado.



### 2.3. INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

O tema Inclusão Social e Direitos Humanos garante o acolhimento à dignidade da pessoa humana como direito constitucional. Nos últimos oito anos, o Governo do Estado procurou alinhar seus esforços às estratégias nacionais, imprimindo aos direitos humanos uma condição de políticas especiais em conformidade com as necessidades e demandas de diversos segmentos populacionais.

Nesta perspectiva, o Estado do Ceará, seguindo a União, garantiu na sua organização político-administrativa o atendimento constitucional das diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos. Neste esforço, o Governo do Estado fortaleceu e reorganizou a Secretaria de Justiça e Cidadania, e criou as Coordenadorias Especiais no âmbito do Gabinete do Governador, tratando os segmentos especiais como tema transversal das políticas setoriais.

O Governo Estadual definiu alternativas de política para acolher os segmentos de crianças e adolescentes, mulheres, étnico-raciais, idosos, pessoas com deficiência, LGBT e minorias sociais (contingentes populacionais vulneráveis).

#### Principais Diretrizes

- Fortalecimento da educação, promoção e defesa dos direitos humanos para fomentar a difusão, a conscientização, o aprendizado e a prática habitual dos direitos humanos na estrutura social, além da busca pela superação de obstáculos socioculturais e político-ideológicos que impedem a vivência pessoal, familiar e comunitária;
- Proteção às crianças e adolescentes, garantindo seus direitos, buscando o cumprimento da legislação existente e utilizando ferramentas adequadas para elidir qualquer forma de exploração, abandono, maus-tratos e violência sexual;
- Estímulo à garantia dos direitos da mulher, por meio de campanhas e estratégias culturais e educativas, como também da eliminação da discriminação sexista no lar, no trabalho, na vida político-social, no sistema prisional e, sobretudo, da violência de gênero;
- Fomento a uma cultura inclusiva, sem discriminação por razão de etnia, cor e origem, fortalecendo mecanismos de geração de igualdade de oportunidades;
- Acolhimento às minorias populacionais como quilombolas, além de outras, promovendo o sincretismo e a diversidade religiosa, como forma de respeito ao multiculturalismo e à tolerância entre os mais diversos credos e culturas;
- Garantia e promoção do pleno exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais às pessoas com deficiência, sem quaisquer tipos de discriminação,

garantindo uma política pública transversal na defesa de seus direitos;

- Implementação de políticas públicas transversais de garantia e promoção de direitos das pessoas idosas com base no Estatuto do Idoso;
- Eliminação do preconceito e da violência à população LGBT por razões de orientação sexual, contribuindo com a tolerância e o respeito à diversidade;
- Democratização do acesso à terra e ao etnodesenvolvimento; e
- Promoção do desenvolvimento socioeconômico em assentamentos, reassentamentos e comunidades tradicionais, como forma de inclusão social e garantia de direitos das famílias residentes nestes ambientes.

## 2.4. SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Segurança Alimentar e Nutricional – SAN é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam sustentáveis do ponto de vista: ambiental, econômico e social.

De conformidade com esse conceito, a SAN tem como premissa a intersetorialidade, o que requer o envolvimento tanto das esferas de governo quanto da sociedade civil organizada, em seus diferentes setores – saúde, educação, trabalho, agricultura, desenvolvimento social, meio ambiente, dentre outros – e em diferentes linhas de ação – produção, comercialização, controle de qualidade, acesso e consumo alimentar.

Ressalte-se que a institucionalização da Política de Segurança Alimentar e Nutricional foi um dos mais expressivos ganhos observados nas políticas sociais brasileiras dos últimos anos, em especial, no tocante à temática da fome, pela urgência e necessidade de superá-la.

O Estado do Ceará, por meio de sua Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan e do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional do Ceará – Consea-CE, vem cumprindo seu papel no Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, de fortalecer o debate em torno do tema e cumprindo o compromisso assumido de atender as urgências relacionadas ao combate à fome e à miséria, em parceria com o Governo Federal.

Como política pública garantidora de oferta e do acesso de alimentos para toda a população, o Governo construiu uma agenda na área da Segurança Alimentar e Nutricional, adotando as premissas básicas da SAN, em que se destaca a intersetorialidade. O conjunto de ações envolve a continuidade das políticas em implementação: ampliação do acesso aos alimentos com aumento dos empregos e transferência de renda; ampliação das tecnologias sociais de acesso



à água para consumo humano e produção; expansão da cobertura da vigilância alimentar e nutricional e programas de promoção da saúde; ampliação dos programas voltados para o fortalecimento da agricultura familiar por meio de crédito, seguro, assistência técnica, ações de cooperativismo e extensão rural; expansão das compras públicas de alimento da agricultura familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Associe-se a essas ações, a incorporação dos desafios de executar programas de SAN envolvendo a dimensão ambiental e territorial, combate ao uso de agrotóxicos, estratégias de enfrentamento aos transgênicos e condições de fiscalização sanitária, garantindo agrobiodiversidade e controle produtos que envolvam risco à saúde, educação alimentar e nutricional, tendo como foco principal crianças e adolescentes e monitoramento de indicadores consubstanciados nas dimensões do tema.

### Principais Diretrizes

- Promoção da universalidade e garantia de equidade no acesso à alimentação adequada, às populações urbanas e rurais;
- Promoção do respeito à dignidade e à autonomia das pessoas, assegurando consideração aos hábitos alimentares e à preservação cultural;
- Participação social na elaboração, execução e controle social da política, plano, programas e projetos, no âmbito de SAN;
- Transparência e divulgação ampla dos programas, projetos, ações de SAN e dos recursos disponibilizados, quer públicos ou privados, e dos critérios para sua concepção e atendimento dos usuários; e
- Expansão da política de aquisição e distribuição de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional.

### 3. CEARÁ DE OPORTUNIDADES

Ceará de Oportunidades como eixo estratégico promove a integração dos temas que representam as bases de sustentação econômica do desenvolvimento do Ceará. As políticas preconizadas neste eixo respondem aos desafios da economia estadual por meio de duas estratégias gerais: 1 – Promover o crescimento econômico com desenvolvimento territorial; e 2 – Gerar mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza.

A estratégia de crescimento econômico pressupõe a manutenção do ritmo de desempenho da economia cearense acima da média da economia nacional. Torna-se premente diminuir a defasagem evidenciada que reside no fato de o Estado possuir aproximadamente 4,5% da população brasileira, enquanto a sua economia representa apenas 2,21% do total do PIB do país.

Por sua vez, o reconhecimento de que o atual modelo de promoção de crescimento econômico, baseado na atração de empresas e alocação de grandes projetos, concentrados em especial na Região Metropolitana da Fortaleza, tende a ampliar a desigualdade regional, e evidencia outro desafio: garantir maior equidade social e regional.

É neste sentido, portanto, que a promoção do crescimento econômico vinculado fortemente ao desenvolvimento territorial, levou o Governo Estadual a adotar as 14 Regiões de Planejamento na priorização das estratégias de política e na regionalização dos programas do PPA.

A segunda estratégia, a de gerar mais emprego, trabalho emancipado, renda e riqueza, procura ampliar a ação de Governo para todo o conjunto das forças econômicas que conformam a economia cearense.

Como primeiro foco dessa estratégia, encontra-se a geração de emprego formal por meio da ampliação do número e porte das empresas mais intensivas em capital.

O segundo foco é a geração de trabalho emancipado. O termo reflete a concepção de trabalho preconizada e praticada pelo movimento de economia solidária, representando um diferencial em termos das relações sociais de produção. O trabalho emancipado apresenta dois aspectos importantes na estratégia de sustentação econômica do desenvolvimento: um circuito curto e direto de geração e distribuição de renda e um mecanismo de geração desconcentrada de riqueza.

O terceiro foco é a geração de renda. A análise recente em termos do crescimento da economia cearense, principalmente a partir de 2007, mostra um avanço da relação entre PIB do Ceará e PIB brasileiro e, em consequência dessa mesma relação, da relação observada na variável PIB per capita.

Considerando-se os investimentos públicos, variáveis-chave no processo de expansão da renda e na criação de novos empregos, é importante frisar o impulso conferido pelo Governo do Ceará, a partir de 2007, a esses investimentos, colocando o Estado em posição de destaque no



país. Sobressaem, dentre outros, os projetos de infraestrutura: as linhas do Metrô de Fortaleza, do Cariri e de Sobral, as rodovias, os aeroportos e aeródromos, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém, o projeto Luz para Todos, os projetos de requalificação urbana dos rios Maranguapinho e Cocó, dentre outros.

A política estadual do Ceará de Oportunidades se desdobra nos temas: **Agricultura Familiar e Agronegócio, Indústria, Serviços, Infraestrutura e Mobilidade, Turismo, Empreendedorismo, Trabalho e Renda, Pesca e Aquicultura e Requalificação Urbana.**

### Resultado Estratégico

Desenvolvimento econômico sustentável, solidário e competitivo alcançado nos espaços rurais e urbanos, considerando as identidades dos territórios cearenses.

#### INDICADORES ESTRATÉGICOS

Descrição	Unidade	Ano Referência	Valor Referência
Índice de Gini	índice	2013	0,513
Participação do Ceará nas exportações brasileiras	percentual	2014	0,65
Participação PIB Ceará/PIB Brasil	percentual	2014	2,16
PIB per capita (R\$)	R\$	2014	13.231
Razão de empregos formais do Interior/ Grande Fortaleza	proporção	2014	0,4561
Razão entre a renda domiciliar per capita rural e a renda domiciliar per capita total	percentual	2013	56,58
Razão PIB Interior/Grande Fortaleza	proporção	2012	0,527
Razão PIBpc CE/ PIBpc Brasil	proporção	2014	0,4948
Taxa de crescimento do PIB	percentual	2014	4
Valor das exportações cearenses	US\$ milhão FOB	2014	1.471,1

Fontes: Ipece/IBGE/MTE/MDIC.

### 3.1. AGRICULTURA FAMILIAR E AGROEGÓCIO

O Governo do Estado vem atuando para o desenvolvimento da agropecuária, mediante o apoio à agricultura familiar, com a intensificação das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural – Ater, com foco no combate à pobreza rural, na garantia da segurança alimentar e nutricional e

no apoio à transição agroecológica e convivência com o Semiárido.

A relação de parceria entre o Governo do Estado e a sociedade rural cearense ficou mais estreita e evidente a partir da construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PDRSS, que define as bases estratégicas para as políticas de fortalecimento da Agricultura Familiar no âmbito do Estado do Ceará. Tal plano se consubstancia nos valores e concepções do desenvolvimento humano, da agroecologia, da socioeconomia solidária, da ética, da sustentabilidade ambiental e da convivência criativa com o Semiárido, da mesma forma como os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), outro instrumento norteador e que encerra as diretrizes estratégicas para o Ceará Rural, se apoiam na gestão social sustentável, baseada na experiência do planejamento participativo, e preconizam a agroecologia como uma opção sustentável para a Agricultura Familiar no Semiárido.

A política orientadora das ações para o período do PPA está apoiada na continuidade da implementação desses planos.

No que se refere ao setor do Agronegócio cearense, o Governo Estadual, como estratégia de gestão, estimulou a sua organização em câmaras setoriais, podendo ser citadas as do caju, camarão, carnaúba, flores, fruticultura, leite, mel, ovinocaprinocultura e tilápia.

A política governamental para o setor se orienta pela importância para a economia cearense de fortalecer as vantagens competitivas do Estado que se comprovaram nos últimos anos. A fruticultura cearense vem crescendo expressivamente em período recente e alcançando lugar de destaque no cenário nacional. As exportações de frutas frescas do Ceará saltaram de menos de dois milhões de dólares para mais de cento e dez milhões de dólares, em menos de 15 anos; o Ceará é, atualmente, o terceiro maior exportador de frutas do Brasil, o que faz do Porto do Pecém o terminal que mais exporta frutas no país, concentrando quase a metade de toda fruta exportada, em que o melão é o grande destaque.

O Ceará continua a ser o maior exportador nacional de produtos da castanha de caju, o segundo produto em participação nas exportações cearenses. A importância socioeconômica da cajucultura para o Ceará é traduzida nos expressivos números representados por uma área plantada superior a 386 mil hectares, com uma participação de mais de 57 mil produtores em cinco polos no Estado.

O Ceará é, hoje, um polo de alta tecnologia e de produção de culturas de alto valor agregado. Por sua vez, a cera de carnaúba é considerada uma das principais atividades extrativas do Estado, estando entre os 10 produtos mais exportados. A cera de carnaúba está presente em vários componentes e produtos industriais, tais como cosméticos, remédios e eletroeletrônicos. Esse produto se destina, prioritariamente, ao mercado externo, que absorve em torno de 90% da sua produção, tendo como principais importadores a Europa, o Japão e os Estados Unidos.

O setor da floricultura no Ceará tinha um viés basicamente exportador, no entanto, a Câmara Setorial de Flores vem trabalhando para fomentar também o consumo de flores e plantas



ornamentais no mercado local.

O leite, por seu turno, constitui-se na sexta maior renda, entre os 15 principais agronegócios do Ceará.

Por fim, o mel cearense, oriundo quase que exclusivamente da produção de abelhas africanizadas (*Apis mellifera L.*), é um produto de reconhecida qualidade e de grande procura no mercado internacional, principalmente pelos países da Comunidade Europeia e Estados Unidos.

### Principais Diretrizes

- Universalização do serviço de Assistência Técnica e de Extensão Rural, de forma gratuita e continuada, tendo como referência a Agência Nacional de ATER – Anater e a Política Nacional de Assistência Técnica e de Extensão Rural – Pnater; do acesso aos serviços de sanidade agropecuária; da política de regularização fundiária e de fortalecimento do reordenamento agrário, que inclua os povos e comunidades tradicionais;
- Instituição, em parceria com o Governo Federal, Governos Estaduais do Nordeste e Governos Municipais, de uma política para a Convivência com o Semiárido, consonante com a realidade, saberes e cultura local, apropriados ao Bioma Caatinga;
- Reestruturação do Sistema Estadual de Agricultura, de forma a assegurar a capacidade de planejamento, integração, articulação e execução da política de desenvolvimento agrário do Ceará;
- Ampliação e consolidação da política de erradicação da pobreza rural com inclusão produtiva e geração de renda;
- Desenvolvimento de ações para a estruturação de um sistema sustentável, justo e equitativo de produção, tendo como referência a agroecologia como matriz tecnológica;
- Instituição do Programa Estadual da Agroindústria Familiar, promovendo a regularização sanitária e ambiental, inspeção e certificação com fins de qualificação e sustentação da produção e a organização da produção para o mercado;
- Ampliação da participação dos produtos da agricultura familiar e não familiar de pequeno porte, no abastecimento dos mercados, especialmente nas compras governamentais;
- Desenvolvimento e fortalecimento, com o apoio da pesquisa agropecuária e da extensão rural, de uma política de irrigação na agricultura familiar e não familiar de pequeno porte com a promoção da oferta de energia trifásica e/ou alternativa, adequada à demanda da produção de alimentos e recursos forrageiros;

- Incentivo e garantia de investimentos e tecnologias para a produção, uso e reuso de água, nas unidades familiares e dos pequenos produtores;
- Promoção da infraestrutura social, produtiva e ambiental necessária para o desenvolvimento dos assentamentos da reforma agrária e do crédito fundiário, contribuindo para uma vida digna no campo e garantindo a reprodução social e a soberania alimentar;
- Fortalecimento da economia não agrícola, pelo reconhecimento da pluriatividade e multifuncionalidade da vida no campo;
- Promoção de políticas de inclusão digital para a população do campo, voltadas à realidade local;
- Incremento da produção dos grandes e médios produtores, dos agricultores não familiares de pequeno porte com atenção especial para as cadeias produtivas de grande importância econômica e social no Estado do Ceará, nomeadamente: agricultura irrigada e de sequeiro, floricultura, fruticultura, mandiocultura e pecuária: apicultura, aquicultura, bovinocultura leiteira e ovinocaprinocultura;
- Estímulo à manutenção do crescimento sustentável da fruticultura cearense, com baixo impacto ambiental, na perspectiva do segmento ser um importante veículo de desenvolvimento econômico e social para a região semiárida, custos competitivos e frutos de melhor qualidade para conquistar, cada vez mais, mercados consumidores, dentro e fora do Brasil;
- Estímulo à organização dos pequenos produtores e da Agricultura Familiar, visando a agregação de valor à produção para o atendimento das demandas por produtos agrícolas no CIPP;
- Apoio ao crescimento sustentável do agronegócio cearense, com baixo impacto ambiental; e
- Estímulo ao agronegócio como veículo de desenvolvimento econômico e social para a região semiárida.





### 3.2. INDÚSTRIA

Nas últimas décadas, a economia cearense registrou uma forte expansão da capacidade instalada da indústria, com reflexo no crescimento do produto industrial, fruto de reformas estruturais, implantação de projetos estruturantes e aplicação de uma política de incentivo e atração de investimentos externos.

Segundo o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – Ipece, tal desempenho foi influenciado, especialmente, pelos desempenhos da Construção Civil e das atividades industriais de utilidade pública de eletricidade, gás e água, seguida da Indústria de Transformação.

A Construção Civil cearense foi positivamente afetada pelos investimentos conduzidos pelo Governo do Estado, distribuídos principalmente, em construção de escolas, hospitais, equipamentos turísticos, infraestrutura rodoviária, portuária, hídrica e aeroportuária.

A Indústria Extrativa Mineral, a despeito de possuir a menor participação na composição da indústria cearense, revela sua importância para a economia estadual, guardando relações importantes tanto com a Construção Civil como com a Indústria de Transformação no fornecimento de insumos para os seus respectivos processos produtivos. O crescimento médio anual negativo desse ramo de atividade, evidenciado nos últimos anos, pode, no entanto, ser explicado pela redução na produção de petróleo observada.

A Indústria de Transformação, por sua vez, o mais importante segmento da indústria cearense, exerce forte influência no crescimento e no poder de competição de toda a economia.

As propostas da política governamental objetivam imprimir nova dinâmica e desenvolvimento tecnológico à indústria cearense com a superação dos desafios, que podem ser assim sintetizados:

- incremento da produtividade da indústria cearense a partir da superação da baixa diversificação, da concentração industrial em segmentos tradicionais, intensivos em mão de obra e de baixo conteúdo tecnológico;
- elevação do nível de qualificação da mão de obra industrial na perspectiva do incremento da inovação e da produtividade do setor; e
- superação das fragilidades identificadas em termos do ambiente de inovação como:
  - a) ausência de foco em áreas selecionadas de tecnologia e atividades econômicas com maior potencial de impacto no desenvolvimento;
  - b) ausência de uma visão clara e conjunta sobre a contribuição da inter-relação academia, governo e setor privado;
  - c) relacionamento entre os atores do Sistema Estadual de Inovação – SEI sem assegurar a transferência de tecnologia entre eles;
  - d) atividades de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D concentradas em instituições públicas, baseadas na demanda dos pesquisadores e sem preocupação com o impacto ou relevância para a atividade produtiva;
  - e) esforços individuais desconectados e com dificuldades para se desenvolverem;
  - f) transferência de tecnologia movida pela oferta com pouca coerência com a expectativa do setor produtivo.

## Principais Diretrizes

- Potencialização dos investimentos a partir da efetivação de políticas públicas de infraestrutura;
- Qualificação da população em áreas de baixo dinamismo industrial;
- Incentivo às atividades econômicas dinâmicas com maior potencial de agregação de valor;
- Estímulo à expansão, de forma descentralizada, da base industrial do Estado;
- Promoção da geração de emprego e renda em todas as regiões, com o apoio na pesquisa e na inovação para a sustentabilidade do desenvolvimento do Ceará;
- Definição de uma política de atração de investimentos para a área da ZPE;
- Valorização dos minérios cearenses não metálicos, fertilizantes, metálicos e de alta tecnologia;
- Inovação tecnológica no setor mineral;
- Aproveitamento econômico sustentável dos minérios;
- Priorização do desenvolvimento de um programa de aproveitamento econômico sustentável dos minérios da área de influência do entorno do CIPP; e
- Incentivo aos investimentos públicos e privados em inovação tecnológica no setor mineral, enfatizando a utilização de minérios industriais ocorrentes no Estado.

### 3.3. SERVIÇOS

Nas últimas décadas, mudanças profundas foram operadas na sociedade brasileira, com o avanço do processo democrático, o controle inflacionário, e a retomada da trajetória de crescimento, apoiada, sobretudo, no aumento da demanda por produtos brasileiros no mercado nacional e internacional.

Neste ambiente, a rede de proteção social trouxe resultados significativos, permitindo a um novo estrato social protagonizar um importante papel na expansão do consumo no mercado interno: “a nova classe média brasileira”. Esse novo contingente de consumidores foi responsável pelo crescimento sem precedentes das atividades comerciais e de serviços, reforçando a liderança do Setor de Terciário na economia do Estado, em termos de produto, emprego e, conseqüentemente, contribuição fiscal.





Em nosso estado, o setor de Serviços<sup>1</sup> responde por mais de 72% do PIB do Estado, o que revela a importância que a atividade tem assumido nos últimos anos para economia cearense. Dentre as atividades que compõem este setor, merecem destaque a Administração, saúde e educação públicas e seguridade social e para a atividade de Comércio.

Se a participação da administração pública na geração de valor adicionado pela economia cearense, por um lado reflete a ampliação da oferta de serviços públicos e do crescimento da máquina pública no Estado e em seus municípios, por outro, indica uma economia ainda pouco diversificada onde boa parte das atividades econômicas detém participações pouco expressivas.

Por seu turno, a atividade do Comércio, em especial o Comércio varejista, tradicionalmente se destaca diante das demais atividades, e tem apresentado nos últimos anos crescimento, o que é algo positivo para a economia do estado do Ceará.

No entanto, a participação elevada destas duas atividades, mostra um quadro de fragilidade do setor produtivo local, visto demonstrar sua pouca diversificação, com as demais atividades possuindo diminuta expressão. Tal situação é ainda mais grave quando se observa que, dentre as atividades com menor participação, estão os serviços com maior poder de agregação de valor, como serviços de informação e outros especializados.

Sendo assim, é importante que se promova o desenvolvimento de novas atividades capazes de ampliar a competitividade do setor e reduzir sua dependência do comércio varejista tradicional e da administração pública.

### Principais Diretrizes

- Fomento ao investimento privado na perspectiva da competitividade, da geração de empregos qualificados, e da rentabilidade econômica;
- Promoção da diversificação e do fortalecimento das atividades com maior valor agregado;
- Promoção de uma nova racionalidade na Administração Pública, como um dos principais segmentos do setor de Serviços, para o Estado atuar de forma proativa, como agente de desenvolvimento local; e
- Foco na melhoria dos serviços públicos essenciais, como Saúde, Segurança, Educação e Assistência Social.

<sup>1</sup> Estratégia de Desenvolvimento Econômico para o Estado do Ceará a partir do Fortalecimento do Setor Produtivo, apoiada em Inovação e com foco na Formação de Capital Humano.

### 3.4. INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

O Estado do Ceará tem sido preparado para liderar um processo de desenvolvimento de grande envergadura no Nordeste. O núcleo central deste projeto são os investimentos em infraestrutura, sobretudo em logística de transportes, energia, água, mobilidade urbana e social, garantindo ao Ceará uma posição de destaque na esfera sub-nacional.

A estratégia aplicada tem sido assegurar que o binômio Água e Energia, propulsores do crescimento sustentável, estejam disponibilizados em quantidade suficiente para permitir a atração de investimentos. Neste aspecto, se relacionam o Cinturão das Águas, a Transposição do São Francisco, o Eixão das Águas, a Termoelétrica MPX, o Terminal de Regasificação, a Usina Solar de Tauá e os diversos parques eólicos.

Com um ambiente de negócios favorável aos investimentos privados e públicos, o Estado do Ceará vem conseguindo viabilizar a Zona de Processamento de Exportações e a Siderúrgica. Isto em virtude da expansão do Porto do Pecém e da ferrovia Transnordestina.

Aliando-se a isso o conjunto de obras na área de estradas e transportes, vislumbram-se as possibilidades de dinamização da economia cearense em direção a um novo ciclo de industrialização.

O Governo Estadual objetiva com essa política de investimentos duradoura, a integração com as economias mais dinâmicas dos mercados interno e externo, assim como reverter o ciclo de reprodução do perfil atual da indústria, pela incorporação da tecnologia e inovação no processo produtivo, com conseqüente exigência de maior qualificação profissional. É neste ambiente que o Complexo Industrial e Portuário do Pecém destaca-se no cenário brasileiro e internacional com grande oportunidade para ganhos decorrentes da disponibilidade efetiva de infraestrutura e da sua posição estratégica.

Em que pese aos volumes consistentes de recursos investidos, ainda existem grandes desafios e riscos ao desenvolvimento sustentável. É reconhecendo os avanços e analisando os impactos resultantes dos investimentos públicos e privados na área de infraestrutura e no CIPP, que o planejamento para as próximas décadas avançará com foco na inclusão social e no equilíbrio econômico-ambiental.

Por seu turno, a questão da Mobilidade Urbana tem sido, nos últimos anos, alvo de debate que vem se intensificando cada vez mais, em virtude das dificuldades que a maior parte das grandes cidades do país, e do Estado do Ceará, também, vem encontrando para diminuir a quantidade de congestionamentos ao longo do dia e de acidentes de trânsito.

Além do aspecto social, esta também tem sido vista como uma importante questão ambiental, pois o excesso de veículos trafegando nas ruas gera mais poluição, gerando problemas climáticos e naturais.

O que se observa é que uma das principais causas dos problemas relacionados à Mobilidade



Urbana tem relação direta com o aumento do uso de transportes individuais em detrimento da utilização de transportes coletivos.

Quanto a isto, o Governo Estadual visa promover a ampliação dos investimentos nesta política para estimular a utilização de transportes coletivos públicos, como o metroferroviário, por meio da implantação das diversas linhas do Metrô de Fortaleza, e dos trens de passageiros do Cariri e de Sobral. Além disso, deverá incentivar a utilização de bicicletas, principalmente com a construção de ciclovias, e intensificar a gestão e o disciplinamento do trânsito para promover a redução significativa do número de acidentes e de vítimas fatais.

### Principais Diretrizes

- Ampliação e fortalecimento das ações e projetos de melhorias e expansão da infraestrutura de transporte e logística, de modo a permitir o maior crescimento e o desenvolvimento da economia cearense e de suas regiões;
- Integração dos diferentes modais de transporte;
- Ampliação da presença do Estado no CIPP;
- Estruturação da rede de empreendedores e fornecedores para fortalecer a articulação com as empresas do CIPP;
- Desenvolvimento de intervenções que garantam o ordenamento urbano da área de influência do CIPP;
- Incentivo às oportunidades de negócios a serem gerados com a instalação do complexo siderúrgico;
- Implantação da infraestrutura de suporte ao Complexo Industrial e às áreas urbanas e rurais dos municípios do entorno, a partir do planejamento de curto, médio e longo prazo, buscando atender as principais demandas;
- Implementação de plano de mobilidade urbana para a região do CIPP, incluindo a acessibilidade e infraestrutura de ciclovias;
- Implementação de um Plano Metropolitano de Mobilidade Urbana, com foco no Transporte Intermunicipal de Massa; e
- Incentivo ao crescimento do transporte ferroviário e VLT para o deslocamento urbano metropolitano.



### 3.5. TURISMO

O produto turístico cearense se compõe essencialmente dos segmentos de sol e praia, eventos e negócios, e religiosidade, enquanto os componentes científico e cultural e compras são considerados de cunho transversal ou complementar. Em que pese possuir potencialidades naturais e atrativos culturais, o Governo vem atuando com a consciência de que transformar a imagem do Estado, de uma região seca, agrícola, em moderna e, sobretudo, turística, só se dá em longo prazo.

A missão governamental passou a ser transformar o Ceará em um destino turístico consolidado, mediante reestruturação econômica, marketing promocional, implantação de infraestrutura urbana e turística e, especialmente, qualificação de mão de obra e captação de negócios e de investimentos turísticos para o Estado.

A importância do turismo é traduzida pelo efeito multiplicador em diversos setores integrantes da sua cadeia produtiva, como: alojamento, alimentação, transporte, entretenimento, agenciamento, locação de veículos, câmbio de moedas, aquisição de produtos de conveniência e *souvenirs*, recepção, organização de eventos, intérprete e tradução simultânea, serviço de guia, informações turísticas, planejamento e consultoria turística, entre outros, envolvendo essa malha multissetorial a movimentação de um grande número de pequenas e médias empresas formais e informais no Estado.

O Turismo no Ceará mostrou comportamento ascendente, nos últimos anos, na geração de emprego e no nível de renda da população. O fluxo turístico via Fortaleza, mostrou um crescimento de 6,2% ao ano, e o nível de empregos nos setores produtores de bens e serviços de consumo turístico (alojamento e alimentação) no Estado registrou crescimento de 2,5% ao ano. A participação da renda gerada pelo turismo no Produto Interno Bruto da economia (PIB) passou de 9,4% para 10,9%, entre os anos de 2006 a 2013.

Apresentam-se como desafios a serem tratados nas estratégias de políticas para o desenvolvimento do Turismo no Estado: fortalecer a atividade como política setorial voltada à consolidação do Ceará como um destino turístico de referência, por meio da qualificação de espaços e de pessoas; e incentivar o empreendedorismo e a responsabilidade social nas regiões turísticas a partir da mobilização da sociedade e da participação da comunidade.

#### Principais Diretrizes

- Potencialização do uso dos produtos e equipamentos turísticos;
- Interiorização do Turismo como produto de qualidade;
- Política de Turismo a serviço do desenvolvimento sustentável regional e local;



- Desenvolvimento turístico sustentável com inclusão social e a promoção da gestão territorial participativa, como modelo de gestão pública; e
- Planejamento e implementação da política do Turismo como atividade associada à diversão, ao esporte, ao acesso à cultura e à natureza.

### 3.6. TRABALHO E RENDA

A globalização da economia e a modernização tecnológica, aliadas ao nível de escolaridade da população estadual, têm se constituído barreiras à inserção no mercado de trabalho, cada vez mais exigente e competitivo, quando não gera exclusão dos trabalhadores.

Para fazer face a essa realidade, presente em diversos países, o Governo tem o importante e indelegável papel de formular e executar políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e social, assegurando a empregabilidade dos cearenses.

Os investimentos públicos e incentivos estatais para ampliação do setor produtivo, tornando o Estado competitivo e com maior potencial econômico, são políticas essenciais, mas não devem se constituir nas principais alternativas para combater as desigualdades sociais e assegurar trabalho e renda.

As transformações no quadro existente no Estado dependem das políticas intersetoriais de investimento em educação, qualificação profissional, programas de incentivo à permanência na escola e à inserção de jovens no mercado de trabalho, inserção produtiva de famílias de baixa renda por meio de incentivos e fortalecimento da Agricultura Familiar e dos Arranjos Produtivos Locais – APL. Associam-se ainda, as diretrizes de desenvolvimento integrado reunindo as políticas de Desenvolvimento Social, Segurança Alimentar e Nutricional e Trabalho e Renda, para a inserção social e produtiva da população em situação de vulnerabilidade social, como estratégia de superação da pobreza e melhoria da qualidade de vida.

O Governo elegeu ainda como prioridade o desenvolvimento de projetos de qualificação profissional, oportunizando a interiorização das ações e o atendimento às demandas por profissionais qualificados apresentadas pelos setores produtivos nas regiões estaduais.

#### Principais Diretrizes

- Ampliação da geração de emprego e renda para a população, com olhar para a interiorização das oportunidades;
- Intensificação das políticas e ações estaduais voltadas a expandir a oferta de mão de obra qualificada com formação inicial, técnica e superior, viabilizando a melhoria do nível de empregabilidade de profissionais no setor privado;



- Fortalecimento e ampliação de ações para permitir ao jovem o seu primeiro emprego formal;
- Promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres, bem como a equidade de gênero, raça e etnia nas relações de trabalho;
- Fortalecimento da gestão e reestruturação da rede de atendimento ao trabalhador, no âmbito das políticas públicas de trabalho, emprego e renda, como forma de contribuir com a estruturação e o aprimoramento de ações voltadas ao mercado de trabalho, à qualificação social e profissional e à inclusão econômica e produtiva do trabalhador cearense;
- Criação de oportunidades de inclusão produtiva e geração de renda, notadamente para os segmentos em situação de maior vulnerabilidade, buscando a garantia da autonomia econômica e social dessas pessoas;
- Criação e efetivação, em interface com a Assistência Social, medidas de enfrentamento ao trabalho infantil e ao trabalho análogo ao escravo e degradante;
- Fortalecimento e desenvolvimento das políticas públicas do trabalho e do Sistema Público de Emprego para redução das desigualdades sociais;
- Promover a intersetorialidade com as demais políticas públicas na ampliação das ações de qualificação do artesão cearense, com vistas à estruturação dos processos produtivos e a renovação da produção artesanal;
- Estruturação das bases de apoio à comercialização dos produtos artesanais cearenses com a ampliação dos canais de comercialização, assegurando o acesso a diferentes mercados consumidores no Brasil e no Exterior; e
- Promoção do Artesanato como uma das grandes vocações produtivas do Estado, possuindo um elevado potencial de geração de trabalho e renda e de desenvolvimento sustentável.

### 3.7. EMPREENDEDORISMO

O Empreendedorismo no Estado experimentou avanços importantes com a criação de uma estrutura de apoio e fomento ao Empreendedor e implementação dos benefícios do Estatuto das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a partir do advento da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas em 2006, além de oportunizar o crescimento dos pequenos negócios a partir das políticas públicas voltadas para incentivar os micro e pequenos empreendimentos.

Os desafios que se apresentam no tema conformam as estratégias de políticas que visam assegurar a sustentabilidade dos empreendimentos e proporcionar condições para que os



novos empreendimentos se estabeleçam e prosperem com o atendimento de suas necessidades, por meio da simplificação do marco legal, desoneração tributária, formalização simplificada e desburocratizada, orientação técnica e gerencial, formação empreendedora, acesso ao crédito, incorporação de tecnologias atuais e comercialização da produção.

Assim, criar uma política pública moderna, realista, socialmente inclusiva, criativa, inovadora, sustentável e integrada para dar suporte aos empreendedores, especialmente aos microempreendedores individuais e às microempresas e a elaboração de um plano estadual de apoio ao empreendedorismo, abrangendo todas as fases do ciclo de criação e consolidação dos empreendimentos, é o grande desafio que o Governo assume pelos próximos quatro anos.

### Principais Diretrizes

- Ampliação e fortalecimento das ações voltadas ao aprimoramento do ambiente de negócios e os marcos regulatórios, desoneração tributária, redução da burocracia, estimulando o investimento privado, a criação de novos negócios e a sustentabilidade dos existentes;
- Estímulo e fortalecimento das políticas de atração e desenvolvimento de novos negócios, com diversificação da estrutura econômica cearense, ampliando a quantidade de empresas, em especial, as de base tecnológica e mais voltadas à inovação;
- Aperfeiçoamento da política de desenvolvimento do empreendedorismo rural, por meio de apoio às iniciativas individuais e coletivas focadas na criação de ovinos e caprinos, produção de mel de abelha, piscicultura intensiva, indústria de calçados, móveis, floricultura, fruticultura, entre outros;
- Criação de mecanismos para o desenvolvimento das exportações estaduais, estimulando uma cultura de exportação nas atividades produtivas das pequenas e médias empresas;
- Estimulo e favorecimento ao surgimento, desenvolvimento e competitividade das micro, pequenas e médias empresas cearenses, empreendedores individuais e empreendimentos solidários, sejam agrícolas, industriais ou de serviços;
- Promoção do adensamento dos arranjos produtivos locais mais competitivos;
- Estruturação da rede de empreendedores e fornecedores para fortalecer a articulação com as empresas do CIPP;
- Ampliação dos recursos públicos destinados à inovação e ao empreendedorismo, reconhecendo o papel do Estado como agente incentivador;
- Apoio aos microempreendedores individuais, garantindo a expansão e instituição de espaços plurais para a sua formação;

- Desenvolvimento, ampliação e efetivação de ações de apoio ao cooperativismo e demais empreendimentos da economia solidária, assegurando sua implementação como estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável;
- Estímulo ao empreendedorismo com orientação técnica e gerencial, formação empreendedora, acesso ao crédito e incorporação de tecnologias atuais; e
- Apoio ao empreendedor e o empreendimento, em todas as suas fases e necessidades.

### 3.8. PESCA E AQUICULTURA

O tema da Pesca e Aquicultura integra o Eixo Ceará de Oportunidades como importante alternativa econômica, para pequenos, médios e grandes produtores.

Notadamente, a pesca beneficia as famílias de menor renda. No que toca à aquicultura, ressalte-se o aspecto de que o consumo anual de camarão no Brasil ainda se situa em apenas 0,55 kg per capita, comparado com 55 kg per capita das carnes vermelhas e 44 kg per capita de aves, o que torna oportuna a disseminação de campanhas de incentivo ao consumo desse crustáceo, por seus os benefícios para a saúde dos consumidores.

Como estratégia de gestão dos setores de agronegócio cearense, o Governo estadual estimulou a sua organização em câmaras setoriais, como às ligadas ao tema: a do Camarão e da Tilápia.

No Ceará, 180 fazendas atuam no segmento de produção de camarão, gerando aproximadamente 10 mil empregos diretos nos polos de produção de Acaraú, Coreaú, Mundaú-Curu, Baixo e Médio Jaguaribe.

A produção de tilápia no Ceará é favorecida pelo clima quente ao longo do ano. O açude Sítios Novos é o maior produtor, com aproximadamente 350 toneladas por mês, enquanto, estão ganhando destaque pelo volume produzido, os açudes Olho d'Água e o Rosário.

Os reservatórios Castanhão e Orós têm os maiores potenciais de produção, mas ainda sub-explorados. A produção do setor poderá crescer com a regularização de novos parques aquícolas, pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.

#### Principais Diretrizes

- Definição de políticas de pesca e aquicultura como alternativas de combate às desigualdades sociais e à pobreza;
- Estímulo à cadeia produtiva da lagosta-viva, atuns e afins;
- Implantação da infraestrutura para o desenvolvimento da cadeia produtiva da pesca e





aquicultura (água, luz, estrada e saneamento);

- Fortalecimento da Assistência Técnica Pesqueira e Aquícola – Atepa e melhoria do sistema de estatísticas pesqueira e agrícola estaduais;
- Finalização do Zoneamento Ecológico Econômico na região costeira, visando à expansão da carcinicultura marinha e da maricultura;
- Apoio à iniciativa de pesquisa de empresas âncoras, que efetivamente estejam comprometidas com a transferência de tecnologia, capacitação e ampla integração com os micros, pequenos e médios produtores de camarão;
- Viabilização de análises de alimentos, patógenos e qualidade de água e solo direcionados ao setor da aquicultura;
- Controle e melhoramento genético da tilápia cearense; e
- Apoio à implantação de infraestrutura de higienização, processamento do pescado e fábricas de gelo nos polos de produção.

### 3.9. REQUALIFICAÇÃO URBANA

A política de desenvolvimento urbano é tratada no Plano Plurianual numa visão intersetorial envolvendo temas que se articulam e concorrem para o cumprimento das funções sociais da cidade, o equilíbrio ambiental e uma gestão democrática, quais sejam - mobilidade urbana, requalificação de espaços públicos, saneamento básico e habitação.

Torna-se importante também salientar que a implementação de estratégias e ações efetivas no âmbito de cada um dos temas devem se respaldar em planos setoriais e municipais com diretrizes, indicadores e projetos que assegurem a organização e o desenvolvimento das áreas urbanas, prevenindo cenários futuros indesejados.

É com base nessa assertiva que o desenvolvimento da capacidade institucional dos governos municipais assume um papel central para o planejamento e gestão do desenvolvimento das cidades.

Por seu turno, cabe ao Governo estadual uma visão integrada dos municípios em função das necessidades e das questões de interesses comuns, além da proximidade geográfica, objetivando otimizar os recursos de investimentos e promover o desenvolvimento regional. As regiões metropolitanas requerem políticas especiais de planejamento urbano, econômico e de mobilidade, como também, de fortalecimento de suas centralidades em função da polarização que exercem no contexto do Estado.

O tema Requalificação Urbana, além das interfaces com os temas Infraestrutura e Mobilidade,

Saneamento Básico (Ceará Saudável) e Habitação (Ceará Acolhedor), guarda relação com o eixo Ceará da Gestão por Resultados, em especial com o tema Planejamento e Gestão, que abriga o Programa de Desenvolvimento Institucional dos Municípios.

Para definir as diretrizes na gestão do PPA, a política para o tema parte do reconhecimento de avanços contabilizados nos últimos anos como: elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico, estabelecendo diretrizes, objetivos e metas para curto, médio e longo prazo; implantação dos programas de saneamento básico; realização de melhorias urbanas – regularização fundiária, construção de unidades habitacionais, obras de urbanização, saneamento e controle de cheias e inundações em áreas habitacionais, reduzindo disparidades socioeconômicas entre a capital e as demais cidades do interior do Estado; e investimentos em mobilidade urbana como a implantação de linhas de transporte metroferroviário em Fortaleza, Cariri e Sobral.

### Principais Diretrizes

- Capacitação e fortalecimento das Gestões Municipais para desenvolver propostas de transformação urbana e ambiental das cidades;
- Desenvolvimento de estratégias de fortalecimento regional de desenvolvimento econômico, urbano e social integradas;
- Requalificação dos espaços públicos, garantindo acessibilidade e equipamentos de atividade física para os idosos e melhoria da iluminação pública;
- Planejamento urbanístico, de gestão e manutenção de áreas verdes públicas e de proteção e preservação ambiental em regiões estaduais; e
- Melhoria da infraestrutura das cidades com implantação e reforma das praças públicas, para promoção de prática esportiva e de lazer, para maior atratividade e convivência da comunidade.

## 4. CEARÁ SUSTENTÁVEL

O Ceará possui 86,8% de sua área inserida na região do Semiárido brasileiro. Este perfil sugere um risco de seca mais significativo (maior que 60%), prolongado, refletindo-se sobre toda a população, requerendo medidas para aprimorar a convivência com o ambiente e minimizar os impactos ambientais, sociais e produtivos. Deve-se então considerar as múltiplas alternativas e estratégias voltadas ao acesso dos recursos naturais e bens fundamentais articulados aos consideráveis atributos potenciais do Bioma Caatinga.

No Semiárido, os solos se apresentam rasos com rocha matriz que dificulta a infiltração, os rios



correm de modo intermitente, as elevadas temperaturas repercutem nas intensas insolação e evaporação. No território estadual, 75% dos seus terrenos estão sobre o cristalino, limitando a acumulação de água no subsolo e a formação dos aquíferos. As águas subterrâneas acumulam-se em fraturas das rochas, têm baixa produtividade e grande teor de sal.

Apesar desse quadro restritivo, no qual as populações sofrem também com as desigualdades sociais, são múltiplas as alternativas e estratégias possíveis, algumas construídas por elas próprias, adequadas à efetivação do acesso aos recursos naturais e bens fundamentais. Inovações em tecnologias sociais, técnicas e estratégias de convivência com o Semiárido devem ser qualificadas e universalizadas para se converter em possibilidade efetiva de melhoria da renda e da qualidade de vida de milhões de pessoas que sofrem com os desafios da seca.

Somente com o fortalecimento de políticas públicas de convivência com o Semiárido, o Estado do Ceará conseguirá adaptar-se e utilizar-se dos consideráveis potenciais do Bioma Caatinga e da sua ampla e única biodiversidade funcional -- forrageira, medicinal ou madeireira.

### Resultado Estratégico

Meio ambiente protegido, com utilização racional dos recursos naturais.

#### INDICADORES ESTRATÉGICOS

Descrição	Unidade	Ano Referência	Valor Referência
Índice de qualidade do meio ambiente (IQE)	índice	2014	60,40
Número de Reservatórios com Aplicação da Metodologia do IQAR	número	2014	(1)
Participação das energias alternativas na matriz energética do Ceará	percentual	2014	(2)
Percentual de cobertura vegetal	percentual	2014	(3)
População cearense com destinação final adequada de resíduos sólidos	percentual	2014	44,28

Fontes: Cogerh/Seinfra/Sema/Funceme/Ipece/Cidades/IBGE.

(1) Valor de referência em apuração pela Cogerh.

(2) Valor de referência em apuração pela Seinfra.

(3) Valor de referência em apuração pela Sema/Funceme.

### 4.1. RECURSOS HÍDRICOS

A ação de Governo no âmbito dos Recursos Hídricos corresponde a uma política implementada no Estado do Ceará por mais de duas décadas. Tal ação se constitui num aspecto fundamental

na vida da população cearense, e contribui para o incremento das atividades produtivas do Estado.

O processo de construção dessa política priorizou o atendimento às demandas com a melhor distribuição de água no território e a gestão democrática dos Recursos Hídricos disponíveis.

O desafio para os próximos anos é a busca da qualidade da água consumida pelas pessoas e a universalização do seu uso, com a inclusão de todas as camadas da população no processo de abastecimento hídrico.

Esse arcabouço de política exige novos programas de saneamento voltados para um progressivo número de comunidades urbanas e rurais do Ceará, bem como a integração de bacias hídricas, a requalificação do sistema de adutoras e do tratamento de água e esgoto.

### Principais Diretrizes

- Fortalecimento da infraestrutura hídrica do Estado, para dar segurança ao setor produtivo no que tange à viabilidade dos investimentos e à continuidade da geração de emprego e renda;
- Ampliação do Programa Estadual de Segurança Hídrica para melhoria da qualidade de vida da população cearense e no sentido de assegurar o desenvolvimento integrado e sustentável do Estado nos próximos 20 anos;
- Estímulo ao desenvolvimento de uma política de Gestão da Demanda, fundamentada no pleno conhecimento dos múltiplos usos, no uso mais eficiente da água, na redução das perdas de água nos sistemas, e na incorporação proativa e consciente dos usuários da água;
- Ampliação das ações para Convivência e Adaptação ao Semiárido, no rumo de uma Política Estadual de Convivência com o Semiárido Cearense, com enfoque na Gestão de Eventos Críticos, considerando a necessidade de uma efetiva política de Estado voltada para as sequelas das mudanças climáticas;
- Implementação de estudos e ações que incentivem o uso de novas fontes d'água (reuso, dessalinização de água do mar, dentre outros), em razão da crescente demanda nas diversas regiões do Ceará;
- Promoção do fortalecimento institucional do Sistema de Recursos Hídricos, enfatizando a sustentabilidade na gestão da água; e
- Fortalecimento da participação social na gestão dos Recursos Hídricos, na tomada de decisão em relação ao uso, controle e conservação da água.





## 4.2. MEIO AMBIENTE

A implementação de uma Política Ambiental no Estado inclui o compromisso de garantias efetivas na produção, desenvolvimento e controle social destas políticas, segundo a lógica de uma sociedade igualitária, socialmente justa, ambientalmente saudável e sustentável, fundada em um espectro permanente de uma cultura de paz.

A política ambiental deve articular-se de modo intrínseco aos territórios, aos seus espaços de discussão nos Comitês de Bacias Hidrográficas, fortalecendo-os enquanto instrumentos de gestão e desenvolvimento do meio ambiente regional e local, assegurando uma maior aproximação da sociedade ao enfrentamento dos problemas pertinentes à sustentabilidade.

O Governo Estadual não se alinha com a lógica produtiva e exploratória indiscriminada dos recursos ambientais, que acentua o agravamento do clima, a deterioração dos recursos ainda disponíveis nos oceanos, nas florestas, nos solos, nos recursos hídricos e nos aglomerados humanos. E valoriza a necessidade do desenvolvimento sustentável do Estado do Ceará com a participação e controle da sociedade.

O Estado do Ceará busca o fortalecimento do Sistema Estadual de Unidades de Conservação, de acordo com as diretrizes internacionais de proteção, estimulando os avanços na sua implementação. Destacam-se duas grandes unidades enraizadas em berçários naturais produtivos e com grande vocação ao ecoturismo: Zona do Mundaú (Municípios de Trairi e Itapipoca) e Zona de Icapuí. Além disso, observa-se a necessidade de efetivação do Parque Estadual da Risca do Meio, em especial quanto à implantação do seu plano de manejo e fortalecimento da gestão.

Ressalta-se, ainda, a urgência de ações para recomposição do meio físico natural, melhorando o solo, protegendo as nascentes e encostas, minimizando o assoreamento dos cursos e mananciais hídricos e promovendo melhorias substanciais no microclima local e regional.

### Principais Diretrizes

- Reformulação e fortalecimento do Sistema Estadual de Meio Ambiente, adequando-o às recentes diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente, reformulando e fortalecendo o órgão executor da Política Estadual de Meio Ambiente e elegendo como principal objetivo a proteção, conservação e desenvolvimento das potencialidades do Bioma Caatinga, com a incorporação de uma visão territorial e intersetorial (Recursos Hídricos, Meio Ambiente e Agricultura, principalmente);
- Efetivação dos Planos Estaduais e Municipais de Saneamento Básico e Resíduos Sólidos, compatibilizando-os com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS;
- Implementação dos planos de gestão de resíduos sólidos, conferindo valor comercial

na forma de novas matérias-primas ou novos insumos, de modo a reduzir o consumo dos recursos naturais e impactos ambientais negativos decorrentes da sua disposição inadequada, proporcionar a abertura de novos mercados e gerar trabalho, emprego e renda, e, em consequência, inclusão social;

- Fortalecimento das potencialidades do semiárido e da caatinga como espaços de cultura, trabalho, renda e vida;
- Fomento ao uso sustentável dos recursos naturais, considerando-se a microbacia hidrográfica unidade espacial de planejamento, enfatizando-se o aumento da recuperação, preservação e conservação da água e do solo; e
- Promoção da utilização, por parte da agricultura familiar, de alternativas tecnológicas ambientalmente apropriadas, compatíveis com os distintos sistemas culturais em sintonia com a dimensão econômica e social do desenvolvimento agrícola e rural – enquanto alternativas de renda e ocupações que assegurem melhores condições de saúde e qualidade de vida.

### 4.3. ENERGIAS

Os combustíveis fósseis representam o principal vetor de geração de energia, mas já ocorre uma acentuada expansão das energias renováveis, motivada pela busca da segurança energética e pela ameaça do aquecimento global. Esta tendência amplia as oportunidades de inovação tecnológica, com elevado potencial de redução de custos.

As energias renováveis surgem como alternativa ao acesso às fontes energéticas em áreas e comunidades remotas do país. Servem à inclusão social e ao combate à pobreza na medida da sua estratégica contribuição ao desenvolvimento socioeconômico – de acordo com sua produção, uso local e benefícios ambientais.

Além desse aspecto ambiental, pode-se afirmar que este tema possui um importante papel na expansão da economia no meio rural, uma vez que a carência de eletrificação, sobretudo do tipo trifásica, neste espaço tem se demonstrado um entrave à produção rural.

#### Principais Diretrizes

- Definição de uma matriz energética prioritária para o Estado do Ceará com fundamento nas fontes alternativas de maior potencial – vinculadas à presença constante do sol e do vento;
- Fomento aos estudos e pesquisas interinstitucionais sobre energias alternativas e renováveis, em especial a fotovoltaica e a eólica, que se encontram em fase mais



avançada do ponto de vista da utilização e expansão; e

- Criação de um programa estadual de Energia Limpa e incorporação das fontes dessas matrizes alternativas e renováveis como beneficiárias do Fundo de Investimento para Energia Solar.

## 5. CEARÁ DO CONHECIMENTO

O conhecimento apropriado por uma sociedade é admitido como determinante para o seu desenvolvimento econômico – compreendido em especial como a inclusiva distribuição da riqueza pelas camadas historicamente excluídas da sociedade. Em outras palavras, por desenvolvimento econômico designa-se o crescimento da riqueza associado à diminuição da desigualdade.

Nas sociedades modernas, o conhecimento é um dos aspectos mais relevantes nessa construção – enquanto fator eficaz e imprescindível na criação da riqueza e na inclusão social.

A missão de governo é, portanto, a de assegurar as condições para a produção da riqueza e sua distribuição na sociedade. E o compromisso central do Plano Plurianual é lançar bases sólidas para a construção de uma sociedade do conhecimento no Ceará.

Esta medida visa introduzir de forma efetiva no Estado os pilares de uma economia nova e moderna, do século XXI, com a certeza de que esta é uma forma especial de dar um salto de qualidade no perfil econômico do Ceará, aumentando a participação do Estado no PIB do país, estacionado na casa dos 2% há algumas décadas.

Esse propósito representa uma revolução na política de desenvolvimento econômico e social, disponibilizando o conhecimento, a cultura e a educação para todas as classes e camadas sociais.

As ações que envolvem a construção do conhecimento possuem um amplo espectro -- do ensino básico à pesquisa científica e à inovação, passando pela cultura, a economia da cultura, pela educação profissional e qualificação do trabalhador. Os efeitos da produção do conhecimento e de sua ampla repercussão alcançam praticamente todos os aspectos da vida social: do aumento da produtividade nas atividades econômicas à melhoria da prestação de serviços pelo Estado; do aprimoramento do exercício da cidadania a uma apropriação mais equânime e generalizada dos bens culturais e da riqueza material.

Trata-se aqui, portanto, da determinação clara de um projeto para o Ceará baseado na educação e capacitação do seu povo, em todos os níveis do conhecimento e da sua utilização decisiva no processo de geração e distribuição da renda e da riqueza.

O primeiro passo para a construção de uma sociedade do conhecimento está na **Educação Básica** de qualidade. Isso significa, nessa dimensão, um desafio que juntos enfrentaremos.

Outras tarefas, igualmente decisivas, estão relacionadas à **Ciência, Tecnologia e Inovação**, ao **Ensino Superior**, à **Educação Profissional** e à **Cultura** – todas relacionadas ao desempenho da tarefa fundamental relativa à Educação Básica.

Apresenta-se aqui, desse modo, uma estratégia para a construção de um Ceará mais próspero e mais justo, trilhando o caminho do Conhecimento para uma nova economia.

## Resultado Estratégico

População com formação integral de qualidade, com ênfase na equidade e produção do conhecimento e inovação.

### INDICADORES ESTRATÉGICOS

Descrição	Unidade	Ano Referência	Valor Referência
Diferença da escolaridade média entre os 25% mais ricos e os 25% mais pobres da população de 15 anos ou mais	anos de estudo	2013	7,229
Escolaridade média das pessoas de 15 anos e mais de idade	anos de estudo	2013	7
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) da Rede Estadual do Ensino Médio	índice	2013	3,3
Percentual de estudantes egressos das escolas estaduais de educação profissional inseridos no mercado de trabalho	percentual	2013	22,9
Participação de graduados no mercado de trabalho formal	percentual	2014	18,8
Taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos e mais de idade	percentual	2013	16,7

Fontes: Inep-MEC/PNAD-IBGE/Seduc/MTE.

## 5.1. EDUCAÇÃO BÁSICA

A Educação, em uma concepção mais ampla, é compreendida além da aprendizagem, no nível de competências que forma pessoas mais aptas a assimilar mudanças, mais soberanas em suas escolhas, que respeitem as diferenças e mostrem a capacidade de superar a fragmentação social com mais estudo e protagonismo, num ambiente pedagógico fortalecido, mais solidário na superação coletiva e exitosa das dificuldades.

Educação Básica universal de qualidade é o fundamento na construção de uma sociedade





mais justa, social e economicamente mais desenvolvida, o eixo principal na edificação de uma sociedade do conhecimento.

Segundo o Ipece, o Ceará foi o estado brasileiro que mais reduziu a desigualdade quanto ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb das escolas públicas e particulares nas séries iniciais entre 2005-2011. O Ideb é medido a cada dois anos e apresentado numa escala que vai de zero a dez. A meta é alcançar o índice 6. Este é o resultado obtido pelos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, quando se aplica a metodologia do Ideb a suas avaliações educacionais (6,0 foi a nota obtida pelos países que ficam entre os 20 mais bem colocados no mundo).

A evolução das notas obtidas no Ideb permite a comparação das escolas privadas com as escolas públicas também no Estado do Ceará – onde o primeiro grupo evoluiu 68% ante 11% do segundo, reduzindo-se significativamente a distância entre ambos. Em 2005, a nota da escola privada era superior em 93% à nota da escola pública. Em 2011, essa diferença declinou acentuadamente, ficando em 27%. A evolução de 68% no período 2005-2011 foi superior à evolução no Nordeste (48%) e no Brasil (30%).

Todavia, apesar dos recentes avanços obtidos no campo da Educação Básica, ainda há muitos desafios a enfrentar, para potencializar a contribuição deste importante tema para a construção de um Ceará do Conhecimento.

### Principais Diretrizes

- Consolidação do regime de colaboração e cooperação com os municípios, ampliando a assistência pedagógica, técnica e financeira, de modo a fortalecer a Educação básica pública, com equidade;
- Implementação de políticas de incentivos às melhores práticas na Educação no Estado do Ceará, possibilitando o intercâmbio de experiências e ideias;
- Criação de uma política intersetorial (assistência social, educação, cultura, saúde e segurança) para dar atenção diferenciada às escolas situadas em zonas de vulnerabilidade social;
- Estruturação de um programa educacional de assistência pedagógica às escolas com indicadores educacionais em situação crítica, com ênfase na melhoria da aprendizagem e promoção da equidade;
- Aprimoramento da estrutura de atendimento aos alunos da zona rural, provendo-a de acordo com a demanda pedagógica, de merenda escolar, de equipamentos e da infraestrutura adequada; e

- Potencialização da Educação Básica como estratégia para o desenvolvimento e inclusão, como instrumento de cidadania, formulado na colaboração entre os entes federativos e gestão do próprio sistema de ensino.

## 5.2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A Educação Profissional se insere numa visão de política governamental mais ampla que objetiva a formação de capital humano no Estado. É consenso que o patamar de desenvolvimento desejado para a sociedade cearense requer o crescimento da economia estadual apoiado na maior produtividade dos fatores de produção e na agregação de valor aos produtos da economia, para modernização da estrutura produtiva no Estado, resultando na ampliação do seu poder de competição.

Foi a partir dessa análise que o Governo Estadual, no âmbito do Projeto para Resultados, objeto de acordo de empréstimo celebrado com o Banco Mundial, elegeu como um dos componentes, o Crescimento Econômico. Nesta perspectiva, foi produzido o documento “Estratégia de Desenvolvimento Econômico para o Estado do Ceará a partir do Fortalecimento do Setor Produtivo, apoiada em Inovação e com foco na Formação de Capital Humano”, enfatizando a necessidade de garantir que os benefícios advindos com os avanços produtivos alcancem toda a sociedade, com ampliação das oportunidades e distribuição dos ganhos, pressupondo a qualificação da mão de obra como elemento central nesse processo.

A análise qualitativa sobre a formação de capital humano no Estado identifica dois problemas chave: baixa qualidade da educação básica e baixo nível de qualificação técnica do trabalhador na economia cearense. As ações direcionadas a ampliar a qualificação da força de trabalho, portanto, deve, necessariamente, contemplar a melhoria da qualidade do ensino básico, eliminando a defasagem ainda presente em relação à situação média do país e os Estados mais bem colocados em nível nacional. As iniciativas devem, ainda, buscar ampliar o estoque de profissionais qualificados e adequar o fluxo de trabalhadores às necessidades do mercado. Urge expandir a formação superior, inclusive nos níveis de pós-graduação e em áreas estratégicas, assim como estimular o emprego das pessoas qualificadas no setor privado no sentido de propiciar um ambiente favorável à inovação.

É oportuno um destaque sobre as iniciativas, já em andamento, para ampliar a formação de técnicos conduzidos pelo Governo do Estado. Trata-se da implantação da rede de Escolas Estaduais de Educação Profissional, num modelo que integra a formação básica de ensino médio com a formação de nível técnico. Com seu início no ano de 2008 já beneficia todas as regiões do Estado. Os retornos destas ações devem se materializar mais fortemente no médio e longo prazos.

Entretanto, para que estes ganhos se tornem efetivos impõe-se o desafio de assegurar a qualidade na formação e a absorção destes técnicos pelo setor produtivo.

As diretrizes de Governo para o tema **Educação Profissional** foram definidas em consonância



com as estratégias para formação de capital humano, em especial, as que propõem: ampliar e consolidar os avanços na rede física e na qualidade do ensino médio e de nível técnico; buscar a integração das políticas e instituições estaduais voltadas para a formação de capital humano; e aprimorar e fortalecer a integração dos planos e ações voltados à formação de capital humano, portanto, entre o setor produtivo, a academia e o poder público.

Além disso, a efetivação da política de educação profissional no Estado requer a elaboração e implementação do Plano de Educação Profissional, em estreita articulação entre a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – Secitece e a Secretaria da Educação – Seduc, objetivando a integração e a otimização da rede de educação profissional e tecnológica de todos os atores que atuam nesse segmento, no Estado do Ceará, tais como Centec, IFCE e demais órgãos públicos e privados, bem como de suas ações, de modo a aglutinar esforços para a construção compartilhada de um sistema de qualificação profissional capaz de responder às demandas impostas pela implantação e instalação de projetos de grande porte em estruturação no Estado.

### Principais Diretrizes

- Aperfeiçoamento da gestão do processo de inserção dos alunos e egressos das EEEPs no mercado de trabalho e no ensino superior;
- Ampliação e fortalecimento de parcerias com o setor produtivo na consolidação da educação profissional no Estado do Ceará, garantindo estágio dos alunos das EEEPs;
- Expansão do atendimento à demanda por educação profissional integrada, considerando-se as necessidades, potencialidades e arranjos produtivos locais na escolha dos cursos técnicos, privilegiando áreas estratégicas para o desenvolvimento do Estado;
- Articulação da educação profissional, ensino técnico, concomitante e subsequente, e tecnológico, otimizando laboratórios e promovendo intercâmbio de práticas e experiências; e
- Construção de uma nova agenda para o desenvolvimento de políticas de qualificação profissional demandadas pelo mercado de trabalho.

### 5.3. ENSINO SUPERIOR

O crescimento econômico contemporâneo depende substancialmente da capacidade de acumulação de força de trabalho (manual e intelectual) qualificada do país ou região. A competitividade, a agregação de valor, a criação de oportunidades com impactos positivos sobre a distribuição da renda, a inovação dos processos de produção e de seus produtos, resulta essencialmente da geração e difusão do conhecimento nas áreas de P&D das empresas, dentro das universidades ou institutos de pesquisa científica.

Nesse contexto, o setor público tem papel relevante como indutor da geração de conhecimento por intermédio da oferta de Ensino Superior de qualidade e mediante programas de apoio à ciência, tecnologia e inovação.

As universidades estaduais do Ceará -- Uece, Urca e UVA -- são instituições públicas, gratuitas, patrimônios científicos, acadêmicos e culturais da sociedade cearense. É responsabilidade e competência do Estado, com participação da União, assegurar o financiamento público dessas instituições nos termos das Constituições Federal e do Estado do Ceará.

As universidades contribuem para a formação intelectual e técnica, geração de conhecimento e inovação tecnológica, constituindo--se numa base imprescindível para o desenvolvimento econômico e social.

Nos últimos anos, muitos investimentos foram realizados em diversas áreas das universidades estaduais; por outro lado, há novos desafios no horizonte.

### **Principais Diretrizes**

- Aprofundamento da integração das Instituições de Educação Superior – IES;
- Expansão com interiorização orientada das IES;
- Aproximação da Educação Superior às demandas e necessidades do Estado, no campo da formação e de seus efeitos sobre o desenvolvimento;
- Política de Educação Superior articulada às políticas de inclusão social e desenvolvimento regional, buscando assegurar a sustentabilidade do novo modelo de desenvolvimento socioeconômico e político-cultural do Estado do Ceará; e
- Incremento do Sistema Estadual de Educação Superior direcionado às vocações regionais e às tendências de futuro, promovendo ações específicas de indução do desenvolvimento.

### **5.4. CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

A produção do conhecimento científico acompanhou a trajetória do desenvolvimento social e, a cada momento da história, até a atualidade, iluminou as necessidades humanas na resolução das suas necessidades concretas e na elucidação das manifestações mitológicas e míticas. A atividade da pesquisa científica é um instrumento indispensável para a formação da inteligência necessária à busca do êxito das nações e dos povos.

Nosso princípio é, portanto, o reconhecimento do valor da ciência para a sociedade e a





afirmação do empenho em fomentar o seu desenvolvimento em nosso Estado.

Todavia, o conhecimento científico, sua utilização por meio da tecnologia e seu efeito na produção de riquezas pela via da inovação, supera-se e ocupa posição tão central nas estruturas econômicas das sociedades do século XXI, quanto aquelas que, na vanguarda do desenvolvimento, são descritas como “sociedades do conhecimento”.

O instrumento pelo qual o conhecimento exerce o seu impacto na economia é a inovação, que consiste na possibilidade de transformação do conhecimento em riqueza e desenvolvimento econômico-social. Ou seja, pode apresentar-se como efetiva apropriação dos benefícios do conhecimento pela sociedade. Por outro lado, a inovação é o *locus* do encontro do setor produtivo com sua produção científica. Esse encontro será patrocinado pela mediação do Estado, mediante uma política consistente de Ciência, Tecnologia e Inovação.

A grande tarefa para a implementação dessa política é a construção de um sistema de inovação para o estado do Ceará.

O Sistema Estadual de Inovação é o centro da estratégia de desenvolvimento aqui proposta. Para tanto, deve ser concebido de forma ampla, contemplando a pesquisa básica e sua aplicação no setor produtivo, e a qualificação profissional propiciada pelos institutos técnicos, instituições de ensino profissionalizante, de ensino superior, até as pós-graduações, mestrados e doutorados.

Os governos estadual e federal já possuem um bom lastro de realizações com esse conteúdo: sobretudo nos últimos oito anos avançou-se bastante no sentido da interiorização do sistema. Neste momento, deve-se avançar na sua consolidação e na promoção de uma maior integração entre as pretensões definidas acima.

O elemento fundamental do processo de inovação é, portanto, a pesquisa científica. Seu fomento é indispensável à ampliação dos horizontes com a contribuição do conhecimento produzido para o desenvolvimento de uma nova sociedade – com o suporte de um sistema de tecnologia e inovação adequado ao Estado do Ceará.

### Principais Diretrizes

- Afirmação da Ciência, da Tecnologia e da Inovação como política de Estado para a indução do desenvolvimento integrado e sustentado;
- Estruturação de um sistema tecnológico e de inovação enquanto instrumento indispensável à construção de uma sociedade do conhecimento, voltada para o desenvolvimento com equidade;
- Revitalização dos institutos de pesquisa tecnológica do Estado, executores das ações necessárias para o seu desenvolvimento, articulando academia e indústria, mediante

programas de extensão tecnológica e projetos de pesquisa tecnológica;

- Fortalecimento de institutos e laboratórios de pesquisa existentes, e criação de novos institutos tecnológicos, consolidando o elo entre a pesquisa científica e a empresa;
- Formação de uma comunidade científica com reconhecimento internacional, intenso intercâmbio e financiamento de seus projetos de pesquisa e programas de pós-graduação, com o fortalecimento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Funcap;
- Apoio e incentivo à fixação de cientistas no Estado, sobretudo nas universidades estaduais, estimulando as ações e a permanência dos pesquisadores que atuam no interior; e
- Obediência às determinações da Constituição do Estado, em particular quanto à destinação de 2% da receita tributária líquida ao setor, por intermédio da Funcap.

## 5.5. CULTURA

A Cultura é a manifestação por excelência do espírito humano através dos tempos, definindo aspectos fundamentais da estruturação das sociedades e constituindo-se na fotografia do perfil civilizatório e nuances de um povo e de uma nação.

O conceito contemporâneo, orientado para o campo da Economia da Cultura, abraça noções de economia cultural, economia criativa e também da economia do conhecimento. Do ponto de vista antropológico, envolve as linguagens artísticas e as ações, a fala, a brincadeira, os sonhos, entre outros.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco adota uma definição adequada ao planejamento de políticas culturais: “o campo cultural é composto de atividades humanas e produtivas, cuja razão consiste na criação, interpretação, expressão, transmissão, preservação, investigação e gestão de conteúdos simbólicos”. Essa definição, que lastreia nossas ilações, autoriza um plano de cultura em três dimensões:

- a dimensão simbólica – formular políticas públicas atentas ao incentivo das expressões artísticas, à criação, às práticas, protegendo os saberes tradicionais e apoiando as experimentações de vanguarda;
- a dimensão cidadã – conceber políticas culturais que estimulem a participação ativa dos cidadãos na vida cultural como criadores, agentes de fruição artística e produtores. A circulação de produtos culturais deve ter melhor distribuição territorial quanto aos investimentos na infraestrutura cultural; e
- a dimensão econômica – projetar as políticas culturais como energia fundamental do





setor mais dinâmico hoje, na economia das cidades. O reconhecimento do campo da economia cultural coincide com o dinamismo das chamadas indústrias culturais, que se afirmam gradualmente.

Nas principais economias do mundo, linguagens como o cinema, música, teatro, edições, games, vídeos, além dos setores conexos como design, moda e publicidade são hoje as áreas de maior empregabilidade.

Um dos principais indicadores do valor agregado do setor é o que mede o impacto da despesa cultural no bolso do cidadão. Na sua pesquisa pioneira, “Sistema de Informações e Indicadores Culturais”, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE mostrou que, depois da habitação, alimentação e transporte, a cultura constitui a quarta despesa de consumo, monetário e não monetário, dentro da média mensal familiar. O item Despesa com Bens Culturais é, em média 19,6%, acima de Assistência à Saúde, Vestuário, Educação, Higiene, entre outros.

Atualmente, esta importância se reflete no percentual da população ocupada no setor cultural. O sistema de informações do IBGE demonstra que, dentre as Unidades da Federação analisadas em 2012 (último ano pesquisado), São Paulo foi a cidade que apresentou a maior participação de trabalhadores em atividades culturais na população ocupada (5,1%); seguido pelo Rio de Janeiro (4,6%); Ceará (4,0%); Rio Grande do Sul (4,0%); Paraná (3,9%); Minas Gerais (3,4%) e Bahia (2,6%).

Todavia, o impacto da crise mundial que se estende, a partir de 2008, pelo Brasil mostra que o Ceará foi um dos Estados mais afetados em termos de número de pessoas ocupadas no setor cultural. Segundo o IBGE, em 2008, o Ceará tinha 4,039 milhões pessoas ocupadas em todos os setores, com 252 mil no setor cultural. Em 2012, tínhamos 3,956 milhões no total e somente 160 mil no setor cultural: um declínio mais visível da massa laboriosa atuante na área cultural.

Diante da importância do Ceará do Conhecimento, é relevante uma política que reconheça o potencial da Cultura na economia e seu impacto no emprego, visando resgatar as ocupações perdidas no período 2007-2012, e torná-la mais competitiva e mais dinâmica.

Como mencionado anteriormente, a Cultura é um catalisador de performances para outros setores. Ninguém cresce sem cultura, sem ciência e sem tecnologia. Em síntese: sem conhecimento. É ainda fator de atratividade das cidades e dos territórios.

Assim, é prioridade neste Plano a valorização da cultura na sua dimensão estratégica, de desenvolvimento sustentável, articulado e inclusivo.

### Principais Diretrizes

- Tratamento da Cultura como patrimônio do Estado, visando promover o acesso efetivo aos direitos culturais a todos os cearenses;

- Integração da Política Cultural do estado ao processo de desenvolvimento local – econômico, social e político –, aliando cultura e inclusão social, promovendo a Cultura como direito universal, desenvolvendo políticas para a inclusão por meio da cidadania cultural, ampliando as ações para além do campo das belas artes;
- Descentralização e garantia de acesso da população às obras da Cultura, no protagonismo e na participação;
- Definição da participação do setor público e avaliação do papel do setor privado na elaboração de políticas de formação no campo da Cultura, preparando as novas gerações para o trabalho criativo;
- Elaboração e implantação de um programa estadual de formação, articulando parcerias públicas e privadas para promover a atualização, a capacitação e o aprimoramento de agentes e grupos culturais, gestores e servidores públicos, produtores, conselheiros, professores, pesquisadores técnicos e artistas para atender a todo o processo de criação, produção, fruição, gestão de projetos, qualificação dos bens e serviços, assegurando a formação cultural nos níveis básico, médio, técnico, nas modalidades de ensino a distância e presencial;
- Criação de um programa de desenvolvimento da Economia da Cultura no Ceará como política intersetorial de Estado articulada à sociedade;
- Criação do Sistema Estadual de Patrimônio para: (1) consolidação do mapeamento do patrimônio cultural e da diversidade das expressões artísticas no território; (2) formulação e execução de projetos e programas voltados para a preservação, o restauro e a promoção do patrimônio cultural; e (3) identificação de fontes de financiamento adequadas à conservação desses bens materiais tombados;
- Implementação do projeto de preservação do patrimônio cultural das áreas rurais do Estado, mediante registro e tombamento de propriedades rurais, engenhos, casas de farinha, casas de taipa, senzalas, entre outros; e
- Promoção do conhecimento da história cultural do Ceará, mediante ações intermediadas por Mestres da Cultura e artistas educadores.

## 6. CEARÁ SAUDÁVEL

Afirma-se aqui a vida saudável com cidadania como uma importante diretriz para o desenvolvimento humano, econômico, político, socioambiental e sustentável do Ceará.

Estar saudável é um conceito dinâmico e abrangente, qualificado pela intervenção humana, resultante de um processo coletivo, a partir da interação entre os determinantes culturais,



econômicos, sociais e ambientais. Dessa forma, a construção de um Ceará Saudável terá, enquanto pressupostos da cidadania, a garantia de direitos, a promoção da saúde, o fortalecimento das ações comunitárias, a criação de ambientes favoráveis, o desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança de estilos de vida.

Neste sentido, é imprescindível articular os diversos setores da sociedade, priorizando a participação social, a busca do acesso da população ao conhecimento, à promoção da saúde e à qualidade de vida.

A interação entre as políticas públicas, somadas ao fortalecimento das ações comunitárias, da participação e da inclusão social, pressupõe a reorientação do modelo de atenção à saúde, visando à referida melhoria da qualidade de vida da população.

Com isso, pretende-se favorecer a vigência de um Estado Saudável, fomentador de uma cultura de paz, que compreenda ações articuladas e compartilhadas entre as políticas públicas de saúde, esporte e lazer, saneamento básico, educação, habitação, entre outras.

Nesta perspectiva, o Eixo Governamental de Articulação Intersetorial chamado Ceará Saudável contempla três Temas Estratégicos, interligados e articulados com os demais temas: **Saúde, Esporte e Lazer e Saneamento Básico.**

### Resultado Estratégico

População mais saudável.

#### INDICADORES ESTRATÉGICOS

Descrição	Unidade	Ano Referência	Valor Referência
Expectativa de vida ao nascer	ano	2012	72,9
Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado	percentual	2013	77,3
Proporção de domicílios com esgotamento sanitário adequado	percentual	2013	49,1
Razão da mortalidade materna (óbitos maternos por 100 mil NV)	óbito por 100 mil nascidos vivos	2013	86,9
Taxa de mortalidade infantil por mil nascidos vivos	óbito por mil nascidos vivos	2013	13,8

Fontes: SIM/Sinasc/Datasus/IBGE.

## 6.1. SAÚDE

Reconhecemos o Sistema Único de Saúde – SUS como um projeto político em permanente construção, que demanda entendimentos, articulações políticas e novos arranjos técnicos e institucionais. Nesse sentido, o Ceará Saudável prioriza o SUS por sua repercussão na qualidade de vida social e na construção cotidiana de um ambiente saudável.

O SUS apresenta princípios e diretrizes voltados para assegurar o acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde, proteção e atenção à população, com prioridade para os grupos sociais mais carentes, de forma a consolidar um modelo de Atenção Integral à Saúde. Seu fundamento sociopolítico-institucional pressupõe uma rede de conselhos de saúde que garantem a participação da população, organizada por meio de representação das instâncias formais do SUS – conselhos e conferências de saúde.

Desta forma, na concepção do SUS, a população contribui na formulação, fiscalização e deliberação sobre as políticas de saúde.

O Governo apresenta, desse modo, um compromisso com o fortalecimento do SUS e das Regiões de Saúde, no sentido de integrar o planejamento, a organização e a prestação dos serviços, estimulando a adoção de metas avaliáveis e efetivo controle social, direcionando prioritariamente o financiamento para os serviços públicos de saúde.

Essa diretriz compreende avanços na implantação de Redes de Atenção à Saúde enquanto conjunto de ações e serviços articulados em níveis de complexidade crescente. Pressupõe a valorização dos trabalhadores da Saúde e a integralidade da atenção humanizada e da vigilância efetiva.

### Principais Diretrizes

- Compreensão da Saúde de forma integral;
- Promoção da integralidade da atenção à Saúde, de forma transversal, intersetorial e interdisciplinar;
- Estímulo à organização da população para o fortalecimento do controle social das políticas públicas de Saúde; e
- Garantia de acesso universal às Redes de Atenção à Saúde.





## 6.2. ESPORTE E LAZER

A melhoria das condições de saúde e qualidade de vida da população pressupõe uma visão integradora das políticas sociais, diálogos interdisciplinares e ações intersetoriais. Nessa perspectiva, apontamos as políticas educacionais, de cultura, esporte e lazer, que considerem o fortalecimento da cidadania, como capazes de promover mudanças estruturais efetivas e sustentáveis no cotidiano da sociedade.

As ações direcionadas ao esporte e lazer, como demanda social, devem ser capazes de recriar a sociabilidade cotidiana, produzindo coletivamente um contexto favorável à valorização dos sujeitos, promoção da saúde e desenvolvimento local.

Relacionado a isso, é necessário ampliar o campo social das possibilidades, proporcionando uma agenda permanente no campo da cultura, esporte e lazer capaz de ampliar o capital social e favorecer o fortalecimento da cidadania e das redes de solidariedade para a melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida.

Destarte, um conjunto de valores que tem em sua essência o diálogo, a cooperação, a participação social, a disciplina, a autoridade, a conscientização devem ser reforçados para que haja uma apropriação crítica e reflexiva em relação ao contexto social em que se vive, reconstruindo identidades culturais.

Neste tema estratégico de Esporte e Lazer, apesar dos avanços que foram obtidos ao longo dos anos, principalmente na última década, no que diz respeito à promoção da prática esportiva e de lazer por parte da população cearense, alguns desafios se apresentam perante o Governo do Estado e devem ser encarados de forma direta e planejada.

Dentre estes desafios, podemos mencionar: a) assegurar a ampliação da participação de estudantes em atividades e eventos esportivos, e assim tornar o esporte uma política pública efetiva, tendo como foco a universalização da prática esportiva para as crianças, adolescentes e jovens, combatendo a desigualdade social, as drogas e o sedentarismo; e b) estimular o potencial econômico do esporte por meio da fabricação de produtos esportivos, construção de equipamentos esportivos, realização de eventos desportivos e outros serviços relacionados ao esporte.

### Principais Diretrizes

- Fortalecimento da política pública de formação e valorização profissional no esporte;
- Promoção do esporte, lazer e educação para crianças, adolescentes e jovens sem discriminação;
- Incentivo às estratégias que priorizem a natureza indissociável, integrada e

interdisciplinar, entre esporte, saúde e qualidade de vida;

- Investimento em pesquisa científica, tecnologia e inovação no setor esportivo;
- Fomento a uma política de esporte de alto rendimento para revelar talentos e projetar nacional e internacionalmente o Ceará;
- Criação de uma política de requalificação do futebol com responsabilidades compartilhadas entre os poderes públicos, os clubes, a federação e os torcedores;
- Instituição de uma política pública transparente de financiamento do esporte;
- Investimento em infraestrutura esportiva com ênfase no custeio do funcionamento e manutenção de equipamentos públicos; e
- Estímulo às oportunidades de investimentos privados na economia do esporte.

### 6.3. SANEAMENTO BÁSICO

A política de Saneamento compreende os sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, a coleta e disposição de resíduos sólidos, a drenagem urbana e o controle de vetores, enfatizando-se a relação entre qualidade de vida e saneamento no processo de desenvolvimento social.

A análise da inserção social do saneamento básico indica a transversalidade do tema e seu potencial como ferramenta capaz de contribuir para a redução da pobreza, da marginalidade e das desigualdades sociais e regionais.

Apesar do déficit na área, os últimos anos comprovam avanços na universalização do acesso ao Saneamento. Desde 2007, o setor conta com a Lei nº 11.445, com as orientações para a política e para prestação dos serviços. Destaca-se, neste marco regulatório:

- a adoção de um conceito amplo de Saneamento Básico;
- a priorização do acesso aos serviços à população de baixa renda;
- a afirmação do papel essencial do Estado e da natureza universal de serviço público do Saneamento fornecido com equidade;
- a afirmação dos conceitos de regulação, planejamento e avaliação dos serviços;
- a formulação de regras claras para a delegação dos serviços, dentre as quais a necessidade de plano municipal e de consulta pública; e
- o reconhecimento do controle social como um dos instrumentos da gestão dos serviços.



## Principais Diretrizes

- Universalização do acesso ao saneamento básico, incrementando sua distribuição equânime e fortalecendo as instâncias de controle social;
- Integralidade do conjunto dos componentes e atividades dos serviços de Saneamento Básico, propiciando o acesso aos usuários de acordo com as suas necessidades, considerando-se a eficiência e eficácia das ações e resultados;
- Garantia do abastecimento d'água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, adequados à Saúde Pública e à proteção do meio ambiente, integrando infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos;
- Oferta adequada dos serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais em todas as áreas urbanas, com a garantia de segurança, qualidade e regularidade na prestação do serviço;
- Articulação das políticas de desenvolvimento urbano e regional de interesse social (habitação, combate e erradicação da pobreza, proteção ambiental e promoção da saúde), nas quais o Saneamento Básico seja fator relevante para a elevação da qualidade de vida; e
- Adoção de medidas de estímulo à racionalização do consumo d'água por empresas, cidadãos e unidades familiares.

## 7. CEARÁ PACÍFICO

Este Eixo se define a partir da concepção de que uma Sociedade Justa e Pacífica, com convivência e segurança cidadã, se traduz numa sociedade pacificadora e pacificada, ancorada na compreensão de que todos, sem distinção, têm direito à proteção, amparo, defesa e justiça, na qual o Estado atua como condutor do processo e garantidor desses direitos.

A política de segurança cidadã, tema deste eixo, adota estratégias focadas no controle dos fatores de risco e fortalecimento dos fatores de proteção, sem se dissociar de ações repressivas para o cumprimento das normas sociais. O que se busca é um equilíbrio entre a noção de segurança, que remete ao campo dos deveres, e a de cidadania, que remete ao campo dos direitos, conjugando liberdade individual e responsabilidade pública.

Assim, a garantia de um Ceará Pacífico tem como pressuposto uma abordagem multisetorial integrada com foco na prevenção da violência pela redução da vulnerabilidade social de ampla parcela da população, em consonância com a prática de lei, a moral e a cultura, para promover alteração das relações sociais.

A política de Segurança da presente gestão adota um modelo de gerenciamento de conflitos

que inclui um aparelho repressivo humanizado com a integração entre as polícias. As ações são articuladas com as políticas preventivas municipais, com as instâncias de participação, com a promoção da qualidade de vida urbana, além do acesso a uma justiça eficiente e acolhedora.

Dessa forma, compreendendo as múltiplas causalidades da violência e da criminalidade, e comprometido com uma proposta de construção de uma Sociedade Justa e Pacífica, apresentam-se neste PPA as diretrizes que contemplam aspectos da **Segurança Pública**, da **Justiça e Cidadania** e da **Política sobre Drogas**.

## Resultado Estratégico

População com segurança cidadã e justiça efetivas.

### INDICADORES ESTRATÉGICOS

Descrição	Unidade	Ano Referência	Valor Referência
Participação de jovens de 18 a 29 anos na população encarcerada	percentual	2014	48,3
Taxa de congestionamento processual	percentual	2014	64,5
Taxa de crimes violentos contra o patrimônio (CVP) por 100 mil habitantes	taxa por 100 mil habitantes	2013	585,68
Taxa de Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLI) por 100 mil habitantes	taxa por 100 mil habitantes	2014	50,6
Taxa de reincidência por autuação em flagrante	percentual	2014	38,94

Fontes: SSPDS/TJCE/Sispen/IBGE.

## 7.1. SEGURANÇA PÚBLICA

A construção de um Ceará Justo e Pacífico orienta-se pela visão de segurança como serviço público prestado segundo a ótica democrática e comunitária. Esse processo se efetiva numa Polícia Cidadã que se apresenta à população como promotora de direitos sociais e de uma convivência mais pacífica entre cidadãos e destes com a polícia, seus agentes e suas instituições. Essa concepção estimula uma abordagem mais focada nas questões relacionadas à segurança dos cidadãos, com o envolvimento da sociedade, a valorização de arranjos participativos locais e a transparência das instituições policiais.

Ainda de conformidade com a visão de Segurança Cidadã, a já tradicional fragmentação de políticas e polícias dá lugar a uma ação articulada entre as polícias, aos mecanismos de prevenção, ao aperfeiçoamento da inteligência e da investigação criminal. A noção, portanto,





de Polícia Cidadã adota importantes fatores para a sua ação: envolvimento com a comunidade, foco na vida e na humanização da ação policial, ação articulada em diferentes áreas, não sendo, portanto, a segurança função exclusivamente policial.

A complexidade, a importância e a amplitude dessa tarefa exigirão do Governo e da Sociedade um esforço conjunto, numa parceria entre as três esferas de governo, incluindo, necessariamente, o enfrentamento das desigualdades sociais, o fortalecimento da ação do Estado em diferentes políticas públicas, a ampliação de uma política educacional com escolas integrais, maiores e melhores oportunidades de lazer, cultura e esportes para os jovens cearenses, com a transformação dos espaços públicos em espaços de convivência e sociabilidade.

Menciona-se como ponto fundamental da Política de Segurança, a necessidade de um fortalecimento institucional dos órgãos de segurança pública, com um maior investimento nos seus quadros, na sua motivação e capacitação, na melhoria das suas condições de trabalho, no reforço às estruturas efetivas de combate à criminalidade e ao tráfico de drogas, e na necessidade de uma ação emergencial para dar à população do Ceará, melhores condições de segurança para se viver.

Na condução da Segurança Pública como uma política de Estado intersetorial, sistêmica, territorializada e cidadã, ressaltam-se a importância da continuidade da modernização das estruturas administrativas e operacionais da Polícia Militar, da Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros, bem como uma política de segurança pública baseada na gestão integrada e na conformação de redes regionalizadas, com a parceria das guardas municipais, e outros atores e secretarias relevantes nas regiões do Estado.

### Principais Diretrizes

- Articulação com as diferentes políticas, sobretudo as da área social, de educação e saúde para aplicação de estratégias integradas;
- Reconhecimento da violência como fenômeno de origem multicausal, de natureza econômica, social, política e cultural, cuja competência do seu enfrentamento não pode ser de responsabilidade exclusiva dos órgãos de segurança pública;
- Cogestão entre estado e municípios nas áreas de segurança e justiça, para o fortalecimento de uma atuação preventiva dos crimes e violências; e
- Conferir importância à dimensão comunitária em todos os níveis da Polícia.

## 7.2. JUSTIÇA E CIDADANIA

Promover a justiça significa estabelecer o cumprimento da legislação, valorizando os princípios constitucionais que estabelecem a máxima do respeito à igualdade de todos os cidadãos diante da lei.

Em Aristóteles, o conceito de justiça denota legalidade e igualdade. Assim, justo é quem cumpre a lei (justiça em sentido estrito) e quem realiza a igualdade (justiça no sentido universal).

Em nossa concepção, se estabelece o sentido histórico que une o cumprimento da lei e da busca de igualdade nas circunstâncias concretas do Ceará do século XXI.

Assim, mais que a particularidade do que é justo e correto, ou de sua origem etimológica (do latim *justitia*), justiça é a base ou postulado fundamental que sustentaria as pilstras de uma determinada ordem social mediante a preservação dos direitos em sua forma legal.

A Justiça pode ser reconhecida pelo consenso intuitivo nas relações sociais, ou pela mediação nos tribunais. Uma estátua com olhos vendados, desde Roma, simboliza um estado em que “todos são iguais perante a lei” ou “todos têm iguais garantias legais”, ou, ainda, “todos têm iguais direitos”.

A justiça deve, enfim, buscar a igualdade entre todos, algo muito delicado e problemático num espaço de afirmação das desigualdades, de concentração da renda e da riqueza, de assimetrias ou apartação entre as classes e camadas sociais.

Este desafio consiste em perseguir a construção de uma sociedade mais solidária, referenciada nas necessidades da sua maioria, em busca de uma melhor qualidade de vida inspirada na realização do interesse público sobre o privado, oportunizando a participação popular nos processos decisórios — no sentido de eleger diretamente os caminhos pelos quais se deseja alcançar horizontes onde a justiça trate de efetivar sua própria realização.

Esta é a expectativa do Estado, na busca de uma gestão eficiente, eficaz, humana, criteriosa e capaz de impactar a realidade na definição das políticas qualificadas para melhorar a vida do povo, implacável diante da exigência de serviços públicos efetivos, adequados e, de modo transparente, abertos às demandas e à participação popular.

Tratamos aqui dos pressupostos de uma justiça restaurativa, sustentada em termos de resolutividade conflitiva, uma modalidade alternativa de resolução de conflitos, extrajudicial, reforçada por uma série de esforços de recuperação social, promovidos pela ação integrada de poder público, família e escola.





### Principais Diretrizes

- Realização das ações de cidadania e respeito aos direitos humanos;
- Promoção do exercício da cidadania nos espaços de gestão pública;
- Fortalecimento da promoção da Justiça restaurativa;
- Aprimoramento do Sistema de Justiça e Penitenciário;
- Realização de parcerias com os setores públicos e privados para assegurar a recuperação e a ressocialização de detentos;
- Priorização dos processos de mediação de conflitos;
- Articulação intersetorial na formulação e execução das políticas públicas de justiça e cidadania; e
- Manutenção e aperfeiçoamento dos programas de capacitação e qualificação profissional.

### 7.3. POLÍTICAS SOBRE DROGAS

A política sobre drogas traz em sua essência o desafio da intersetorialidade e da transversalidade que todo tema complexo requer. Seus princípios já herdam da luta por uma sociedade justa e igualitária, a garantia do respeito à dignidade humana, aos direitos humanos e ao cuidado em liberdade.

Como tal, devem convergir diferentes saberes e práticas que permita a compreensão do fenômeno contemporâneo do uso abusivo de drogas de modo integrado, diversificado, com uma leitura plural, multidisciplinar, com compreensão ampla da vida, que considere a pessoa como sujeito de direitos, na perspectiva da integralidade do ser e de sua autonomia.

A busca de estratégias de intervenção perpassa pelo resgate dos valores da sociedade, dos seus rituais, de sua cultura, do sentimento de apropriação e pertencimento do lugar em que habita. Concebe ainda o campo de atuação de forma ampla, estimulando práticas que possibilitem maior humanização e acolhimento, de forma a estimular o envolvimento da coletividade na discussão e implementação de práticas, inclusive de cunho econômico, não excludentes das pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Neste contexto, o Governo deve avançar no que concerne ao fortalecimento da Política Estadual sobre Drogas, ampliando as ações já desenvolvidas, garantindo uma intervenção intersetorial, com ações integradas nas áreas da educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e lazer, além da segurança pública.

A atuação governamental neste eixo deverá ocorrer em quatro linhas: prevenção, tratamento, reinserção social e repressão ao tráfico.

Na área da prevenção, devem-se fortalecer as políticas públicas que têm em vista minimizar fatores de risco bem como ampliar os fatores de proteção. No tratamento, deve-se construir uma rede de atenção integral aos usuários e seus familiares, garantindo o acesso nas diferentes modalidades de tratamento, tecendo a integração e o fluxo entre os serviços em todo Estado do Ceará. No campo da reinserção social, a prioridade é possibilitar a reconstrução de novas trajetórias de vidas para os usuários de álcool, crack e outras drogas e seus familiares. E na repressão ao tráfico, o caminho deve ser a fiscalização nas divisas e fronteiras, o investimento na inteligência policial e fomento às potencialidades econômicas das comunidades ou municípios para que não haja espaço para a economia gerada pelo tráfico.

### **Principais Diretrizes**

- Fortalecimento da política sobre drogas, promovendo uma atuação integrada com as demais políticas públicas;
- Promoção da abordagem e cuidado integral aos usuários de drogas e seus familiares;
- Fortalecimento das políticas de reinserção social e profissional de ex-dependentes químicos;
- Intensificação das ações de segurança pública focadas na repressão ao tráfico de drogas;
- Ampliação da desintoxicação e tratamento, clínico e psicológico, dos dependentes químicos; e
- Fortalecer as ações de prevenção ao uso prejudicial de drogas, priorizando a população jovem.





## DIRETRIZES REGIONAIS

### 1. DIMENSÃO TERRITORIAL PARA O PLANEJAMENTO

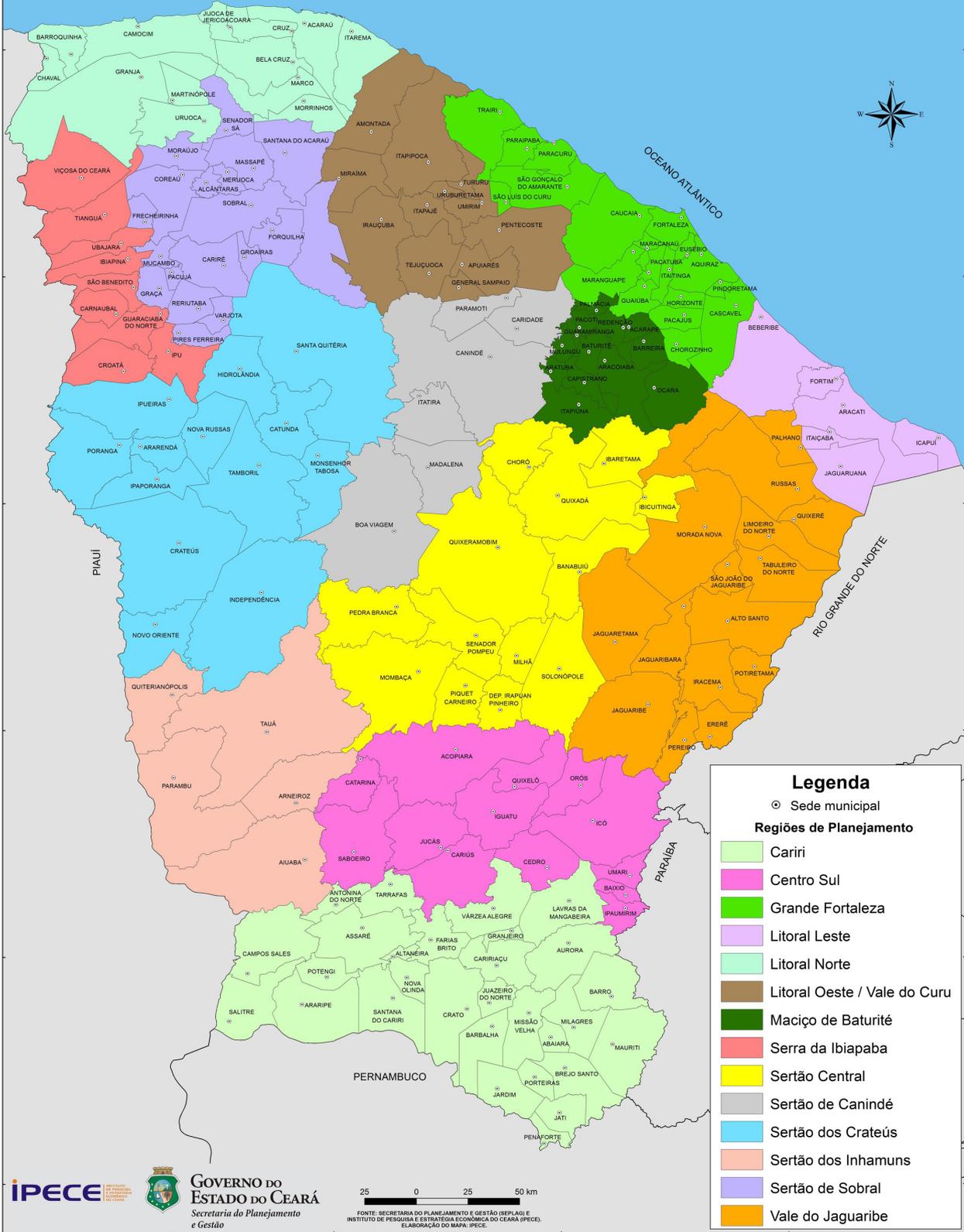
Inserir a dimensão participativa e regionalizada no planejamento público significa eleger o território como plataforma de integração de políticas públicas, desde a sua formulação, a partir das diretrizes apontadas pelos cidadãos, até o monitoramento e avaliação da execução dessas ações. O enfoque territorial incorporado no planejamento do Estado atende aos objetivos de descentralização das políticas, de integração da ação governamental nos territórios estaduais, de estímulo e facilitação da participação social e do fortalecimento das vocações regionais, tendo como fim último a redução das desigualdades regionais.

Como forma de ampliar a eficiência dos espaços de gestão do território no Estado do Ceará e aperfeiçoar as atividades de planejamento, monitoramento e implementação de políticas públicas, de forma regionalizada, um novo recorte foi proposto pela Secretaria do Planejamento e Gestão – Seplag e pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - Ipece. Essa proposição, adotada na elaboração deste Plano Plurianual 2016-2019 e na Lei Orçamentária Anual, justifica-se uma vez que o espaço geográfico é dinâmico, sendo alvo de mudanças geossocioeconômicas ao longo do tempo, como, por exemplo, as intervenções relacionadas à atração de empresas, à ampliação de serviços públicos ou mesmo de infraestrutura, criando novos fluxos e aumentando a rede de fluxos, proporcionando assim maior integração entre regiões.

Esse recorte prevê o reconhecimento de 14 regiões de planejamento, cuja configuração, feita a partir da análise sistêmica de regionalizações adotadas no Estado, foi pautada em aspectos semelhantes das regiões vinculados às características geográficas, socioeconômicas, culturais e rede de fluxos. Deste modo, as regiões de planejamento, organizadas conforme apresentado no mapa a seguir, foram concebidas objetivando ter-se uma área onde a similaridade socioeconômica e geográfica de suas várias partes (municípios) possibilita o planejamento regional e a concepção de políticas públicas, por exemplo, a partir da avaliação das necessidades de execução de determinados serviços públicos, visando o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida para a população.

-41°0'0"                      -40°0'0"                      -39°0'0"                      -38°0'0"

# REGIÕES DE PLANEJAMENTO DO ESTADO DO CEARÁ



**Legenda**

○ Sede municipal

**Regiões de Planejamento**

- Cariri
- Centro Sul
- Grande Fortaleza
- Litoral Leste
- Litoral Norte
- Litoral Oeste / Vale do Curu
- Maciço de Baturité
- Serra da Ibiapaba
- Sertão Central
- Sertão de Canindé
- Sertão dos Crateús
- Sertão dos Inhamuns
- Sertão de Sobral
- Vale do Jaguaribe

-3°0'0"                      -4°0'0"                      -5°0'0"                      -6°0'0"                      -7°0'0"                      -8°0'0"

**DIRETRIZES REGIONAIS**



## Mapa da nova regionalização para fins de planejamento

Estimativa da população, Área territorial e número de municípios por Regiões - Ceará - 2014

Regiões	Número de municípios	Estimativa da população 2014	Área territorial (km <sup>2</sup> )
<b>Total do Estado</b>	<b>184</b>	<b>8.842.791</b>	<b>148.886,31</b>
Cariri	29	999.169	17.390,31
Centro Sul	13	387.141	11.581,71
Grande Fortaleza	19	3.949.974	7.440,07
Litoral Leste	6	200.126	4.633,83
Litoral Norte	13	390.483	9.335,85
Litoral Oeste/Vale do Curu	12	384.592	8.890,00
Maciço de Baturité	13	238.977	3.707,27
Serra da Ibiapaba	9	350.423	5.697,31
Sertão Central	13	387.164	16.014,79
Sertão de Canindé	6	202.808	9.202,52
Sertão de Sobral	18	482.399	8.528,10
Sertão dos Crateús	13	348.844	20.594,41
Sertão dos Inhamuns	5	134.115	10.863,47
Vale do Jaguaribe	15	386.576	15.006,80

Fonte: IBGE



### 1.1. REGIÕES DE PLANEJAMENTO E RESPECTIVOS MUNICÍPIOS

Após a aprovação da lei complementar que define o novo recorte regional para fins de planejamento, as 14 regiões estão assim compostas:

#### CARIRI

Aaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririáçu, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas e Várzea Alegre

#### CENTRO SUL

Acopiara, Baixio, Cariús, Catarina, Cedro, Icó, Iguatu, Ipaumirim, Jucás, Orós, Quixelô, Saboeiro e Umari

## **GRANDE FORTALEZA**

Aquiraz, Cascavel, Caucaia, Chorozinho, Eusébio, Fortaleza, Guaiúba, Horizonte, Itaitinga, Maracanaú, Maranguape, Pacajus, Pacatuba, Paracuru, Paraipaba, Pindoretama, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Trairi

## **LITORAL LESTE**

Aracati, Beberibe, Fortim, Icapuí, Itaiçaba e Jaguaruana

## **LITORAL NORTE**

Acaraú, Barroquinha, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cruz, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis, Morrinhos e Uruoca

## **LITORAL OESTE / VALE DO CURU**

Amontada, Apuiarés, General Sampaio, Irauçuba, Itapajé, Itapipoca, Miraíma, Pentecoste, Tejuçuoca, Tururu, Umirim e Uruburetama

## **MACIÇO DE BATURITÉ**

Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção

## **SERRA DA IBIAPABA**

Carnaubal, Croatá, Guaraciaba do Norte, Ibiapina, Ipu, São Benedito, Tianguá, Ubajara e Viçosa do Ceará

## **SERTÃO CENTRAL**

Banabuiú, Choró, Deputado Irapuan Pinheiro, Ibaretama, Ibicuitinga, Milhã, Mombaça, Pedra Branca, Piquet Carneiro, Quixadá, Quixeramobim, Senador Pompeu e Solonópolis





### **SERTÃO DE CANINDÉ**

Boa Viagem, Canindé, Caridade, Itatira, Madalena e Paramoti

### **SERTÃO DE SOBRAL**

Alcântaras, Cariré, Coreau, Forquilha, Frecheirinha, Graça, Groaíras, Massapé, Meruoca, Moraújo, Mucambo, Pacujá, Pires Ferreira, Reriutaba, Santana do Acaraú, Senador Sá, Sobral e Varjota

### **SERTÃO DOS CRATEÚS**

Ararendá, Catunda, Crateús, Hidrolândia, Independência, Ipaporanga, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Nova Russas, Novo Oriente, Poranga, Santa Quitéria e Tamboril

### **SERTÃO DOS INHAMUNS**

Aiuaba, Arneiroz, Parambu, Quiterianópolis e Tauá

### **VALE DO JAGUARIBE**

Alto Santo, Ererê, Iracema, Jaguaretama, Jaguaribara, Jaguaribe, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Palhano, Pereiro, Potiretama, Quixeré, Russas, São João do Jaguaribe e Tabuleiro do Norte

## 2. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA ELABORAÇÃO DO PPA

Na perspectiva do fortalecimento do processo democrático, o Governo do Estado do Ceará estabeleceu, entre as suas diretrizes, o aperfeiçoamento da relação entre o Governo e a Sociedade, com o aprimoramento de processos, metodologias e ferramentas de gestão participativa na formulação e monitoramento das políticas públicas.

Nesse sentido, a gestão pública estadual assume um compromisso de promover o aprimoramento dos processos participativos permanentes no Estado, alavancando sua capacidade de melhor identificar as demandas dos cidadãos para elaboração de políticas e oferta de serviços à população, bem como de fortalecer a articulação entre instituições participativas e as práticas de Gestão por Resultado no Estado.

A elaboração do PPA 2016-2019 fundamentou-se na premissa de aprofundar a participação e o diálogo com a sociedade, levando à adoção do novo recorte territorial que privilegia a identidade regional, tendo em vista facilitar o consenso sobre questões de interesse comum. Esse propósito resultou no planejamento das oficinas regionais, garantindo a participação qualificada de representantes dos segmentos público, empresarial e sociedade civil organizada.

Considerando objetivo último de contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais, o processo de participação foi definido em duas dimensões: Participativa e Regionalizada e Institucional, com a ausculta das regiões e dos conselhos de políticas públicas e, numa segunda fase, com a análise para incorporação das diretrizes regionais ao conteúdo programático das áreas setoriais.

No âmbito da dimensão participativa e regionalizada, foram realizadas 14 oficinas regionais com o objetivo de promover a reflexão acerca da realidade local/regional, sobre os múltiplos desafios da superação da desigualdade, bem como o de elaborar objetivos e respectivas estratégias a partir das vocações regionais que possam alavancar o desenvolvimento dessas regiões. Participaram dessas oficinas 1.085 pessoas, sendo 77% representantes do poder público e 23% da sociedade civil.

A metodologia adotada possibilitou a superação da visão segmentada da totalidade à luz de uma reflexão mais ampla sobre a dimensão regional/territorial, da intersectorialidade, da pluralidade e multifuncionalidade, da transversalidade temática e do compartilhamento das atribuições e responsabilidades entre os diversos protagonistas no enfrentamento às desigualdades sociais e regionais e suas sequelas.

Tal concepção foi exercitada na discussão sobre os desafios a serem enfrentados e vocações a serem potencializadas nas suas respectivas regiões de forma a subsidiar a elaboração das políticas públicas com foco nas regiões de planejamento.

Tais conceitos e proposições, em consonância com indicadores ou variáveis das realidades regionais e sociais, subsidiaram a construção dos “Objetivos e Estratégias Regionais” — que foram utilizados para orientar os órgãos e entidades do Governo do Estado do Ceará na





elaboração de sua proposta de iniciativas que integraram os programas de governo no âmbito dos 7 Cearás.

Voltam-se, desse modo, à realização de estratégias de transformação, mediante a execução, acompanhamento e monitoramento de um desenvolvimento integrado das regiões do Estado, com maior participação e protagonismo nos aspectos político, econômico, social e cultural, com mais justiça, equidade e sustentabilidade.

O diálogo com os conselhos de políticas públicas permitiu, também, o conhecimento das propostas já consensuadas nos diversos momentos participativos por ocasião da elaboração dos planos setoriais e territoriais, reforçando a articulação com os segmentos representados.

A próxima etapa do processo, compreendida como monitoramento do PPA de forma participativa e regionalizada, visa a fortalecer o controle social e a assegurar a transparência e o acesso à informação, e dar-se-á mediante a realização de evento, a cada dois anos, com a participação de representantes das Regiões de Planejamento do Estado.

### 3. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS REGIONAIS POR REGIÃO DE PLANEJAMENTO

#### 3.1. REGIÃO CARIRI

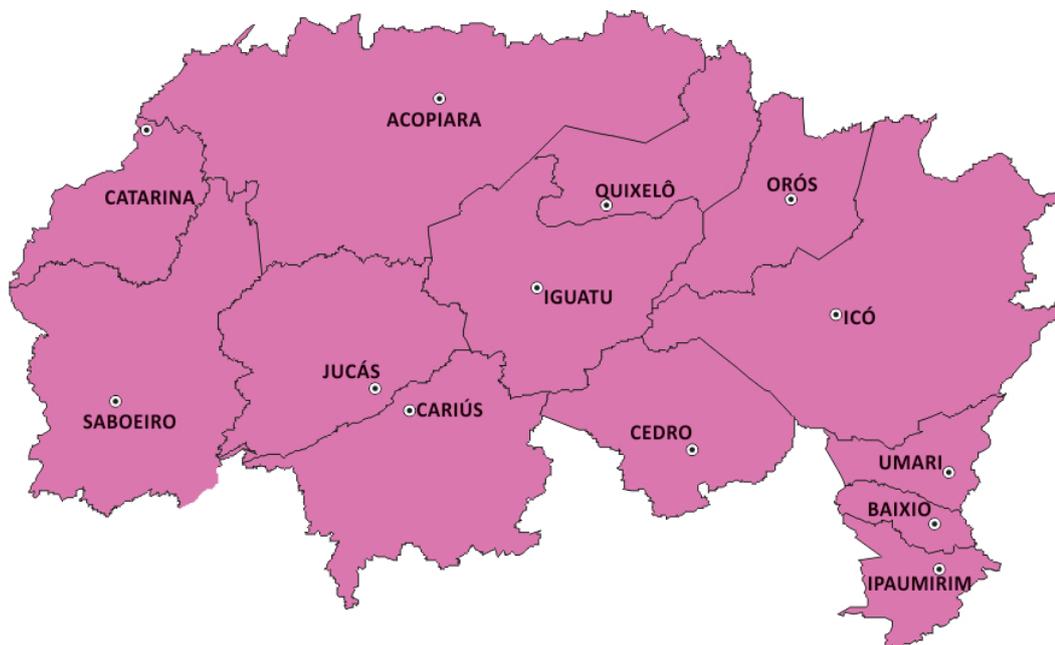


## RESULTADO DA OFICINA

<b>Objetivo Estratégico 1:</b> Ampliar a infraestrutura e a mobilidade de qualidade necessária ao desenvolvimento do território.
<b>Estratégia 1.1.</b> Assegurar a infraestrutura de energia elétrica adequada no meio rural, na quantidade e qualidade adequadas.
<b>Estratégia 1.2.</b> Fortalecer a acessibilidade nos órgãos públicos.
<b>Estratégia 1.3.</b> Melhorar a comunicação de informações dos serviços sociais.
<b>Estratégia 1.4.</b> Melhorar e interligar a infraestrutura de escoamento de produção do território.
<b>Estratégia 1.5.</b> Promover a melhoria do planejamento municipal focado na mobilidade.
<b>Objetivo Estratégico 2:</b> Assegurar uma saúde de qualidade para a população do Cariri.
<b>Estratégia 2.1.</b> Difundir as ações de promoção da saúde.
<b>Estratégia 2.2.</b> Fortalecer a atenção primária como coordenadora e ordenadora das redes de saúde.
<b>Estratégia 2.3.</b> Fortalecer a regionalização dos serviços de saúde.
<b>Estratégia 2.4.</b> Fortalecer a valorização e formação permanente do trabalhador.
<b>Estratégia 2.5.</b> Melhorar e ampliar a acessibilidade e o acesso aos serviços de saúde.
<b>Objetivo Estratégico 3:</b> Fortalecer a cadeia produtiva da agropecuária.
<b>Estratégia 3.1.</b> Assegurar a política pública de assistência técnica e extensão rural continuada, na quantidade e qualidade adequadas.
<b>Estratégia 3.2.</b> Fomentar a industrialização e beneficiamento dos produtos agropecuários, com foco prioritário na agricultura familiar, para ampliar a capacidade de comercialização e geração de renda.
<b>Estratégia 3.3.</b> Fortalecer a política de regularização fundiária.
<b>Estratégia 3.4.</b> Incentivar a utilização de tecnologia para aprimorar a produção agropecuária.
<b>Estratégia 3.5.</b> Melhorar a organização e a gestão dos produtores.
<b>Objetivo Estratégico 4:</b> Garantir o acesso universalizado aos serviços de segurança pública à população.
<b>Estratégia 4.1.</b> Ampliar a rede de atenção e difundir o acesso aos serviços de segurança pública.
<b>Estratégia 4.2.</b> Assegurar a ressocialização e reabilitação de dependentes químicos.
<b>Estratégia 4.3.</b> Promover a intersetorialidade no combate às drogas, violência e acidente de trânsito.
<b>Estratégia 4.4.</b> Qualificar e ampliar o quadro de agente de segurança pública.
<b>Objetivo Estratégico 5:</b> Garantir o direito à aprendizagem à educação básica e ensino superior, por meio da universalização, qualidade e equidade, referência social.
<b>Estratégia 5.1.</b> Aprimorar a execução das políticas de educação e assistência social.
<b>Estratégia 5.2.</b> Implantar serviços de referência regional de Assistência Social.
<b>Estratégia 5.3.</b> Melhorar a acessibilidade aos serviços de educação e assistência social.
<b>Estratégia 5.4.</b> Promover a valorização e a formação inicial e continuada dos profissionais de educação e de assistência social.
<b>Objetivo Estratégico 6:</b> Garantir serviços turísticos de qualidade, atendendo as prioridades locais do meio ambiente.
<b>Estratégia 6.1.</b> Aprimorar a fiscalização das áreas de preservação ambiental.
<b>Estratégia 6.2.</b> Diversificar a atividade turística, a partir do aproveitamento do potencial turístico da região – natural, geográfico e rural.
<b>Estratégia 6.3.</b> Fortalecer a política de meio ambiente, de forma descentralizada e articulada com os municípios.
<b>Estratégia 6.4.</b> Implementar a política de saneamento e de resíduos sólidos.
<b>Estratégia 6.5.</b> Promover a qualificação dos serviços turísticos.
<b>Estratégia 6.6.</b> Promover a segurança hídrica para produção e consumo.



### 3.2. REGIÃO CENTRO SUL



#### RESULTADO DA OFICINA

<b>Objetivo Estratégico 1:</b> Ampliar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento socioeconômico e ambiental do território.
<b>Estratégia 1.1.</b> Ampliar a promoção da redução dos custos com energia elétrica dos irrigantes de base familiar do território.
<b>Estratégia 1.2.</b> Ampliar o acesso à água para os meios produtivos e comunidades ribeirinhas.
<b>Estratégia 1.3.</b> Ampliar o acesso à energia elétrica trifásica nos perímetros irrigados e açudes com potenciais produtivos.
<b>Estratégia 1.4.</b> Incentivar a geração de energias limpas, conectada à rede comercial, incrementando o fornecimento adequado de energia.
<b>Estratégia 1.5.</b> Melhorar e interligar a infraestrutura de escoamento de produção do território.
<b>Objetivo Estratégico 2:</b> Dotar o território de uma saúde pública de qualidade e humanizada.
<b>Estratégia 2.1.</b> Aprimorar a descentralização das políticas e serviços de saúde, considerando o perfil socioeconômico e epidemiológico.
<b>Estratégia 2.2.</b> Efetivar a regulação da oferta dos serviços de saúde.
<b>Estratégia 2.3.</b> Efetivar as redes de atenção à saúde, trabalhando a intersetorialidade.
<b>Estratégia 2.4.</b> Fortalecer a política de saneamento básico.
<b>Estratégia 2.5.</b> Garantir o atendimento da demanda da atenção especializada e de alta complexidade com resolutividade.
<b>Objetivo Estratégico 3:</b> Fortalecer a agricultura familiar de forma inclusiva, sustentável, gerando renda e garantindo a permanência das famílias no campo.
<b>Estratégia 3.1.</b> Ampliar a captação e o armazenamento de água para produção de alimentos.
<b>Estratégia 3.2.</b> Garantir o acesso à terra para os agricultores familiares por meio de políticas públicas fundiárias.



<b>Estratégia 3.3.</b> Identificar grupos de interesses em sistemas de produção vocacionados.
<b>Estratégia 3.4.</b> Incentivar práticas e sistemas produtivos que visem à transição agroecológica.
<b>Estratégia 3.5.</b> Promover a agregação de valor aos produtos agropecuários, por meio do beneficiamento da produção.
<b>Estratégia 3.6.</b> Promover a assistência técnica sistemática e contextualizada que atenda às demandas e às necessidades da agricultura familiar.
<b>Objetivo Estratégico 4:</b> Garantir segurança e sentimento de segurança para a população do território.
<b>Estratégia 4.1.</b> Ampliar as redes de atendimento a crianças e adolescentes, mulheres e idosos, vítimas de violência.
<b>Estratégia 4.2.</b> Ampliar e efetivar as políticas antidrogas.
<b>Estratégia 4.3.</b> Articular e integrar as políticas governamentais com foco na segurança pública.
<b>Estratégia 4.4.</b> Reestruturar profissional e física o sistema de segurança pública.
<b>Estratégia 4.5.</b> Requalificar os espaços urbanos e de lazer como espaços de convivência familiar.
<b>Objetivo Estratégico 5:</b> Promover o uso racional dos recursos naturais de maneira sustentável.
<b>Estratégia 5.1.</b> Ampliar o combate ao desmatamento de vegetação nativa e o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.
<b>Estratégia 5.2.</b> Contemplar a variável ambiental em todas as ações econômicas e sociais do território.
<b>Estratégia 5.3.</b> Intensificar a fiscalização ambiental.
<b>Estratégia 5.4.</b> Promover e integrar as políticas de educação ambiental e saúde com relação ao perigo do uso de agrotóxicos.
<b>Estratégia 5.5.</b> Revitalizar e conservar os mananciais.
<b>Objetivo Estratégico 6:</b> Universalizar a educação pública de qualidade em todos os níveis, respeitando as especificidades do território garantindo a efetividade do aprendizado.
<b>Estratégia 6.1.</b> Ampliar a política pública educacional voltada à alfabetização da população.
<b>Estratégia 6.2.</b> Ampliar a rede de ensino superior, profissionalizante e regular em tempo integral em todo o território.
<b>Estratégia 6.3.</b> Ampliar e efetivar as políticas públicas voltadas para a inserção dos jovens no mercado de trabalho.
<b>Estratégia 6.4.</b> Fortalecer a educação de direitos humanos em todos os níveis.



### 3.3. REGIÃO GRANDE FORTALEZA



#### RESULTADO DA OFICINA

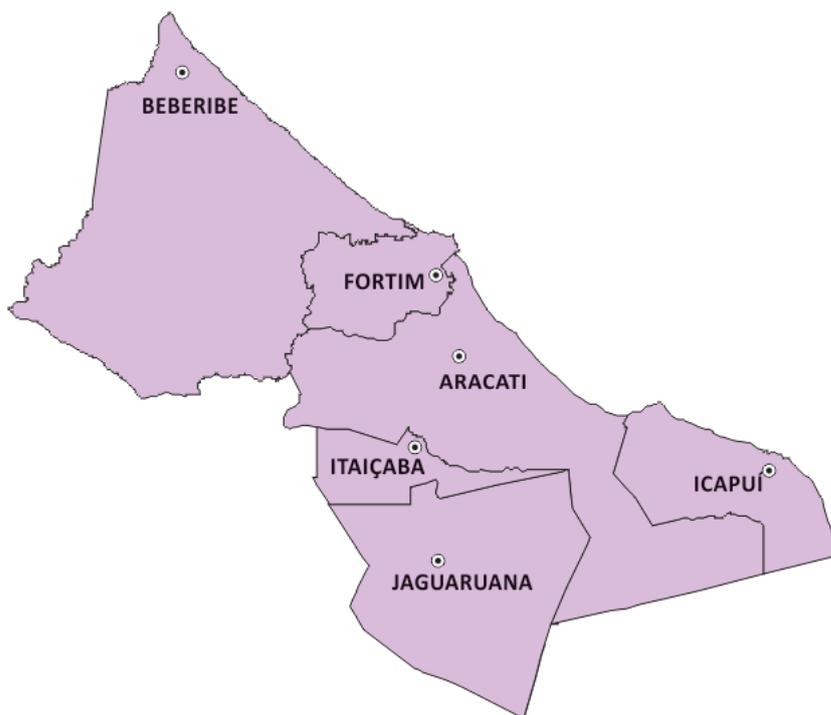
<p><b>Objetivo Estratégico 1:</b> Aprimorar o turismo rural e urbano com foco na sustentabilidade e no fortalecimento da infraestrutura do território.</p>
<p><b>Estratégia 1.1.</b> Aproveitar as potencialidades das comunidades tradicionais e assentamentos existentes, garantindo a demarcação e titulação de seus respectivos territórios.</p>
<p><b>Estratégia 1.2.</b> Garantir a ampliação da infraestrutura para o transporte urbano e intermunicipal com qualidade e efetiva mobilidade e acessibilidade.</p>
<p><b>Estratégia 1.3.</b> Implantar e fortalecer os sistemas de saneamento básico e gestão dos resíduos sólidos, preferencialmente nas comunidades com potencial turístico em situação de exclusão e vulnerabilidade social.</p>
<p><b>Estratégia 1.4.</b> Incentivar aos serviços municipais de inspeção sanitária.</p>
<p><b>Estratégia 1.5.</b> Qualificar os serviços de atendimento ao turismo na região, investindo em recursos humanos, tecnologias, comunicação, identificação visual e sinalização.</p>
<p><b>Objetivo Estratégico 2:</b> Desenvolver políticas de estado que contemplem os sistemas produtivos.</p>
<p><b>Estratégia 2.1.</b> Consolidar políticas de geração de trabalho, emprego, renda e artesanato.</p>
<p><b>Estratégia 2.2.</b> Estabelecer observatório para monitoramento das diferenças, peculiaridades e oportunidades locais.</p>
<p><b>Estratégia 2.3.</b> Fortalecer a infraestrutura logística.</p>
<p><b>Estratégia 2.4.</b> Incentivar a cultura de inovação.</p>
<p><b>Estratégia 2.5.</b> Incentivar as políticas públicas que assegurem a agricultura familiar para as comunidades quilombolas e povos tradicionais</p>
<p><b>Objetivo Estratégico 3:</b> Promover o desenvolvimento integrado, sustentável e solidário da região, a partir de uma cultura de planejamento regional em sintonia com o planejamento estadual.</p>



<b>Estratégia 3.1.</b> Dotar os governos de capacidade institucional para desenhar, implementar e acompanhar as políticas públicas de desenvolvimento regional sustentável.
<b>Estratégia 3.2.</b> Fomentar o empreendedorismo como incentivo de incremento da renda das famílias.
<b>Estratégia 3.3.</b> Fomentar políticas de economia solidária.
<b>Estratégia 3.4.</b> Fortalecer o planejamento regional integrado ao desenvolvimento sustentável, considerando as peculiaridades e diferenças locais.
<b>Estratégia 3.5.</b> Priorizar ações de convivência com o semiárido.
<b>Objetivo Estratégico 4:</b> Reduzir a pobreza.
<b>Estratégia 4.1.</b> Ampliar e fortalecer a política de redução do analfabetismo.
<b>Estratégia 4.2.</b> Ampliar e fortalecer a segurança alimentar e nutricional.
<b>Estratégia 4.3.</b> Fortalecer as ações de saneamento básico e promoção da prevenção da saúde.
<b>Estratégia 4.4.</b> Fortalecer políticas habitacionais de interesse social.
<b>Estratégia 4.5.</b> Integrar as políticas intersetoriais de educação, saúde e assistência social.
<b>Objetivo Estratégico 5:</b> Reduzir a violência de forma ampla, priorizando o segmento da juventude.
<b>Estratégia 5.1.</b> Fortalecer a intersectorialidade e a integração das ações de prevenção e combate ao uso e abuso de álcool e outras drogas e à violência.
<b>Estratégia 5.2.</b> Intensificar a prevenção e o combate ao tráfico de drogas e fortalecer os mecanismos de inteligência das polícias, em articulação com os demais entes federados, potencializando o poder público em territórios específicos.
<b>Estratégia 5.3.</b> Promover políticas de redução da violência letal contra jovens, mulheres, adolescentes, negros, índios e comunidade LGBT.
<b>Estratégia 5.4.</b> Reordenamento e requalificação dos espaços públicos para convivência social.
<b>Estratégia 5.5.</b> Reorientar a gestão penitenciária na perspectiva da inserção e integração social da população carcerária.
<b>Objetivo Estratégico 6:</b> Reduzir as desigualdades regionais e sociais.
<b>Estratégia 6.1.</b> Ampliar o atendimento escolar em tempo integral.
<b>Estratégia 6.2.</b> Fortalecer a qualificação tecnológica e o protagonismo profissional, conforme a vocação regional, com ênfase na juventude.
<b>Estratégia 6.3.</b> Fortalecer as ações da educação focadas na redução da distorção entre idade e série.
<b>Estratégia 6.4.</b> Gerar emprego e renda com ênfase nas populações vulneráveis.
<b>Estratégia 6.5.</b> Promover o planejamento territorial integrado com as três esferas.
<b>Estratégia 6.6.</b> Resgatar e desenvolver a identidade e diversidade cultural da região.



### 3.4. REGIÃO LITORAL LESTE



#### RESULTADO DA OFICINA

<b>Objetivo Estratégico 1:</b> Fomentar o turismo sustentável e solidário a partir do potencial geográfico, ampliando a visibilidade turística da região.
<b>Estratégia 1.1.</b> Ampliar o fluxo turístico familiar.
<b>Estratégia 1.2.</b> Descentralizar o turismo para outros polos do território.
<b>Estratégia 1.3.</b> Diversificar o potencial turístico da região (religioso, cultural, esportivo e ecológico).
<b>Estratégia 1.4.</b> Garantir a conservação e recuperação da Zona Paisagística.
<b>Estratégia 1.5.</b> Promover o cooperativismo e empreendedorismo nas comunidades com foco no turismo, ampliando e fortalecendo a Rede de Turismo Comunitário.
<b>Objetivo Estratégico 2:</b> Fortalecer o trabalho e o empreendedorismo e a produção sustentável e solidária, levando em consideração os recortes prioritários de gênero, geração e etnias e as vocações locais.
<b>Estratégia 2.1.</b> Assegurar a política pública de assistência técnica e extensão rural continuada, na quantidade e qualidade adequadas.
<b>Estratégia 2.2.</b> Fomentar as políticas de comercialização dos produtos da agricultura familiar do território.
<b>Estratégia 2.3.</b> Fortalecer a articulação entre as cadeias produtivas locais.
<b>Estratégia 2.4.</b> Fortalecer a comercialização dos produtos do micro, pequeno e médio empreendedor.
<b>Estratégia 2.5.</b> Gerar oportunidade atrativas de trabalho para a juventude, contribuindo para a retenção dos talentos intelectuais no território.
<b>Estratégia 2.6.</b> Promover a educação para o empreendedorismo.



<b>Estratégia 2.7.</b> Reordenar, no contexto da agricultura familiar do Estado, as políticas da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.
<b>Objetivo Estratégico 3:</b> Garantir o acesso ao serviço de saúde pública de qualidade.
<b>Estratégia 3.1.</b> Garantir atendimento integral, acesso e qualidade em todos os níveis do sistema público de saúde.
<b>Objetivo Estratégico 4:</b> Garantir o uso adequado e ordenado dos recursos naturais, promovendo um desenvolvimento ambiental agroecológico.
<b>Estratégia 4.1.</b> Ampliar a adoção de práticas agroecológicas.
<b>Estratégia 4.2.</b> Ampliar a política de saneamento ambiental, contemplando a integração das políticas públicas estaduais e municipais de saneamento e resíduos sólidos.
<b>Estratégia 4.3.</b> Fortalecer a implementação da política de energias renováveis sustentáveis.
<b>Estratégia 4.4.</b> Fortalecer as políticas de preservação ambiental e de educação ambiental, contextualizadas com a realidade local.
<b>Estratégia 4.5.</b> Fortalecer e integrar as políticas públicas de convivência com o semiárido e recursos hídricos, garantindo a distribuição de água de qualidade e em quantidade, priorizando o consumo humano para o território.
<b>Estratégia 4.6.</b> Promover um melhor reordenamento agrário e urbano, ampliando o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.
<b>Objetivo Estratégico 5:</b> Promover educação de qualidade em todos os níveis e modalidades.
<b>Estratégia 5.1.</b> Ampliar as formas de acesso à Educação Pública Profissional de acordo com a realidade local, garantindo ainda o acesso ao trabalho e a renda.
<b>Estratégia 5.2.</b> Ampliar o acesso a educação de jovens e adultos.
<b>Estratégia 5.3.</b> Promover a valorização e a formação continuada dos profissionais da educação, com remuneração adequada e melhores condições de trabalho.
<b>Estratégia 5.4.</b> Promover as formas de acesso à Educação Pública Superior, assim como as áreas de formação, na região.
<b>Estratégia 5.5.</b> Promover educação contextualizada às realidades locais.
<b>Objetivo Estratégico 6:</b> Reduzir a violência e a criminalidade no território.
<b>Estratégia 6.1.</b> Ampliar a oferta de educação em tempo integral em todos os níveis de ensino.
<b>Estratégia 6.2.</b> Ampliar as formas de tratamento e acompanhamento aos dependentes químicos e ex-presidiários, intersectorializando as ações.
<b>Estratégia 6.3.</b> Combater o tráfico de drogas.
<b>Estratégia 6.4.</b> Estimular o desenvolvimento de ações voltadas para cultura, esportes e respeito aos direitos humanos.
<b>Estratégia 6.5.</b> Promover a valorização e a formação continuada dos profissionais da segurança pública.



### 3.5. REGIÃO LITORAL NORTE



#### RESULTADO DA OFICINA

<b>Objetivo Estratégico 1:</b> Garantir a geração e ampliação das oportunidades de emprego, trabalho e renda para a população do território.
<b>Estratégia 1.1.</b> Ampliar a formalização das relações de trabalho no território.
<b>Estratégia 1.2.</b> Fortalecer a infraestrutura necessária ao desenvolvimento e integração das cadeias produtivas e de lazer do território.
<b>Estratégia 1.3.</b> Implementar políticas de qualificação e inclusão social, com foco nos potenciais e carências do território.
<b>Objetivo Estratégico 2:</b> Garantir a qualidade da educação em todos os níveis.
<b>Estratégia 2.1.</b> Fortalecer a intersetorialidade e integração das políticas públicas presentes no território.
<b>Estratégia 2.2.</b> Garantir a permanência do aluno na escola em tempo integral.
<b>Estratégia 2.3.</b> Integrar e fortalecer o vínculo Família e Escola.
<b>Estratégia 2.4.</b> Promover a adequação do currículo para que se alcance uma educação contextualizada com a realidade do território.
<b>Estratégia 2.5.</b> Promover a valorização e a formação continuada dos profissionais da educação, com remuneração adequada e melhores condições de trabalho.
<b>Objetivo Estratégico 3:</b> Garantir o uso sustentável dos recursos naturais em todo o território.
<b>Estratégia 3.1.</b> Fortalecer a implementação da política de energias renováveis sustentáveis.
<b>Estratégia 3.2.</b> Fortalecer as práticas de manejo agroflorestal (agrosilvopastoril).
<b>Estratégia 3.3.</b> Implementar a política de saneamento e de resíduos sólidos.
<b>Estratégia 3.4.</b> Promover o acesso e a distribuição regular e sustentável de água de boa qualidade em todo o território, para o consumo humano e animal e para a produção.
<b>Estratégia 3.5.</b> Promover o reordenamento agrário e urbano, assegurando o acesso à terra para os pescadores artesanais e agricultores e respeitando as territorialidades das comunidades tradicionais.
<b>Objetivo Estratégico 4:</b> Promover o desenvolvimento econômico sustentável, competitivo e solidário, com base nas vocações territoriais, da agricultura familiar, da pesca artesanal e do turismo comunitário.



<b>Estratégia 4.1.</b> Assegurar a política pública de assistência técnica e extensão rural continuada, na quantidade e qualidade adequadas.
<b>Estratégia 4.2.</b> Fomentar as políticas de comercialização dos produtos da agricultura familiar do território.
<b>Estratégia 4.3.</b> Fortalecer o associativismo e o cooperativismo entre agricultores, pescadores artesanais e turismo comunitário.
<b>Estratégia 4.4.</b> Fortalecer o desenvolvimento da agroindústria familiar, associada aos serviços de inspeção sanitária e integrado às demandas do mercado.
<b>Estratégia 4.5.</b> Promover a articulação entre governos e sociedade civil voltada para o desenvolvimento comum do território.
<b>Objetivo Estratégico 5:</b> Reduzir a violência e a criminalidade.
<b>Estratégia 5.1.</b> Fortalecer os projetos sociais de enfrentamento à violência e à criminalidade.
<b>Estratégia 5.2.</b> Intensificar a formação dos profissionais de segurança.
<b>Estratégia 5.3.</b> Reforçar a segurança na fronteira Ceará-Piauí.
<b>Objetivo Estratégico 6:</b> Universalizar o serviço de saúde de qualidade para as populações do território.
<b>Estratégia 6.1.</b> Fortalecer a política de saneamento básico.
<b>Estratégia 6.2.</b> Fortalecer a regionalização e as redes de atenção à saúde (urgência e emergência), psicossocial, rede cegonha, portadores de deficiência, crônicas degenerativas.
<b>Estratégia 6.3.</b> Promover a valorização e a formação continuada dos profissionais de saúde.

### 3.6. REGIÃO LITORAL OESTE / VALE DO CURU



## RESULTADO DA OFICINA

<b>Objetivo Estratégico 1:</b> Assegurar à população do território, infraestrutura e serviços de saúde de qualidade e universalizado.
<b>Estratégia 1.1.</b> Ampliar a cobertura do atendimento móvel de urgência e emergência.
<b>Estratégia 1.2.</b> Ampliar e fortalecer a segurança alimentar e nutricional.
<b>Estratégia 1.3.</b> Fortalecer a política de saneamento básico.
<b>Estratégia 1.4.</b> Fortalecer o atendimento de saúde em nível secundário e terciário no território.
<b>Estratégia 1.5.</b> Promover a valorização e a formação continuada dos profissionais de saúde.
<b>Objetivo Estratégico 2:</b> Assegurar a redução das desigualdades na distribuição das riquezas produzidas pelas populações do território.
<b>Estratégia 2.1.</b> Ampliar as oportunidades de trabalho e geração de renda com recorte de gênero, geração e etnia.
<b>Estratégia 2.2.</b> Aprimorar a infraestrutura rodoviária intermunicipal para fortalecer as atividades geradoras de trabalho, renda e de lazer.
<b>Estratégia 2.3.</b> Promover a economia solidária, fortalecendo os empreendimentos familiares.
<b>Estratégia 2.4.</b> Promover educação contextualizada às realidades locais.
<b>Objetivo Estratégico 3:</b> Fortalecer a agricultura familiar de forma inclusiva, sustentável, gerando renda e promovendo a permanência das famílias no campo.
<b>Estratégia 3.1.</b> Assegurar a política pública de assistência técnica e extensão rural continuada, na quantidade e qualidade adequadas.
<b>Estratégia 3.2.</b> Fomentar as políticas de comercialização dos produtos da agricultura familiar do território.
<b>Estratégia 3.3.</b> Fortalecer as cadeias produtivas focadas nas vocações do território.
<b>Estratégia 3.4.</b> Fortalecer e fomentar a agroindústria familiar.
<b>Estratégia 3.5.</b> Promover e fortalecer o associativismo e o cooperativismo na região.
<b>Objetivo Estratégico 4:</b> Garantir o uso sustentável e racional dos recursos naturais no território.
<b>Estratégia 4.1.</b> Fortalecer a política agrária para promover o acesso à terra.
<b>Estratégia 4.2.</b> Fortalecer a política de saneamento básico.
<b>Estratégia 4.3.</b> Implementar a política de manejo agroflorestal, com práticas agroecológicas.
<b>Estratégia 4.4.</b> Implementar uma política estadual de energias renováveis, com ênfase na energia solar, com acesso amplo e distribuição para todas as finalidades.
<b>Estratégia 4.5.</b> Promover o acesso e a distribuição regular e sustentável de água de boa qualidade em todo o território, para o consumo humano e animal e para a produção.
<b>Objetivo Estratégico 5:</b> Garantir, em todo o território, o acesso à educação (em nível médio-profissionalizante e superior) pública, gratuita, de qualidade, inclusiva e contextualizada, respeitando a diversidade sexual, de gênero e étnica.
<b>Estratégia 5.1.</b> Ampliar e garantir a oferta de cursos em nível superior, adequados à realidade do território.
<b>Estratégia 5.2.</b> Oferecer infraestrutura educacional de qualidade, respeitando as demandas e necessidades do território.
<b>Estratégia 5.3.</b> Promover a adequação do currículo para que se alcance uma educação contextualizada com a realidade do território.
<b>Estratégia 5.4.</b> Promover a valorização e a formação continuada dos profissionais da educação, com remuneração adequada e melhores condições de trabalho.
<b>Estratégia 5.5.</b> Promover nas escolas de ensino médio o acesso a espaços arquitetônicos adequados às práticas artísticas e culturais respeitando a realidade do território.



**Objetivo Estratégico 6:** Promover e valorizar a cultura - linguagens artísticas e demais manifestações e expressões culturais, existentes no território.

**Estratégia 6.1.** Fortalecer a infraestrutura física adequada à produção, promoção e difusão da arte e da cultura do território.

**Estratégia 6.2.** Promover formação técnica, artística e cultural no território.

**Estratégia 6.3.** Resgatar e preservar as culturas e tradições da população indígena, negra e pescadores do Território.

### 3.7. REGIÃO MACIÇO DE BATURITÉ



#### RESULTADO DA OFICINA

**Objetivo Estratégico 1:** Ampliar o acesso às políticas públicas da assistência social e segurança.

**Estratégia 1.1.** Ampliar e assessorar entidades beneficiárias em projetos, programas e políticas públicas estaduais.

**Estratégia 1.2.** Ampliar os serviços socioassistenciais, levando-os à zona rural.

**Estratégia 1.3.** Fortalecer a vigilância socioassistencial.

**Estratégia 1.4.** Melhorar e reforçar a segurança na região.

**Estratégia 1.5.** Promover a qualificação continuada dos profissionais que atuam na política de assistência social.

**Objetivo Estratégico 2:** Garantir amplo acesso à população as ações e serviço de saúde nos três níveis de atenção básicas, médias e alta complexidade.

**Estratégia 2.1.** Assegurar a estruturação e funcionalidade dos equipamentos de saúde para ampliar e melhorar o atendimento a população.

**Estratégia 2.2.** Assegurar a prevenção e o controle de zoonoses na região.

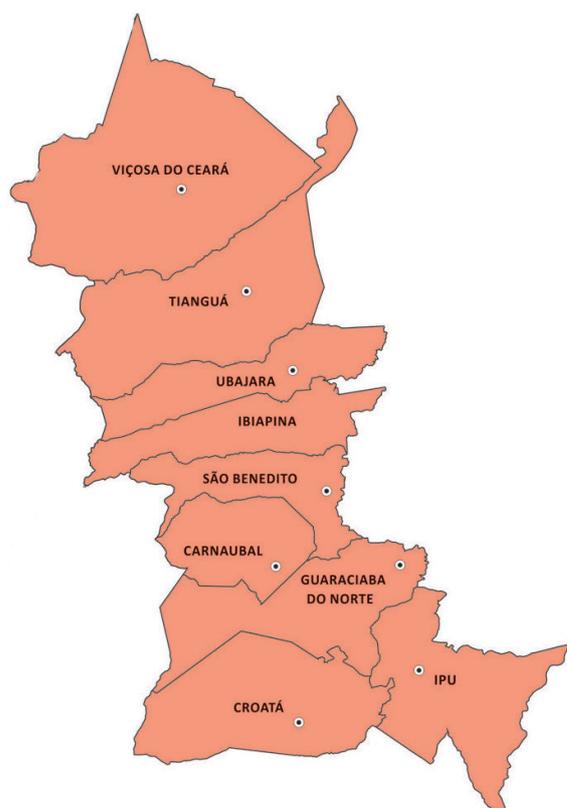
**Estratégia 2.3.** Assegurar serviços especializados de saúde.





<b>Estratégia 2.4.</b> Fortalecer a regionalização e as redes de atenção à saúde (urgência e emergência), psicossocial, rede cegonha, portadores de deficiência, crônicas degenerativas.
<b>Estratégia 2.5.</b> Garantir a assistência terciária para a população do Maciço do Baturité.
<b>Estratégia 2.6.</b> Promover o acesso e a distribuição regular e sustentável de água de boa qualidade em todo o território, para o consumo humano e animal e para a produção.
<b>Objetivo Estratégico 3:</b> Melhorar a qualidade da educação nos seus diversos níveis e modalidades, contextualizada com as vocações regionais.
<b>Estratégia 3.1.</b> Ampliar e melhorar o ensino profissionalizante na região.
<b>Estratégia 3.2.</b> Ampliar o ensino tecnológico para atender as demandas das cadeias produtivas do território.
<b>Estratégia 3.3.</b> Assegurar a alfabetização ao final do ciclo com 7 anos.
<b>Estratégia 3.4.</b> Assegurar o ensino diferenciado em escolas indígenas e quilombolas e promover a melhoria da qualificação dos profissionais da educação, voltadas para as escolas formais tradicionais e originárias.
<b>Estratégia 3.5.</b> Fortalecer as manifestações culturais da região, das comunidades tradicionais e originárias.
<b>Estratégia 3.6.</b> Promover a ampliação da educação infantil.
<b>Estratégia 3.7.</b> Promover a integração das instituições e a intersetorialidade para a formação de pessoas relacionada às vocações regionais e a qualificação dos profissionais da educação.
<b>Objetivo Estratégico 4:</b> Possibilitar a geração de emprego e renda e a inclusão socioproductiva.
<b>Estratégia 4.1.</b> Fortalecer a agricultura familiar e as potencialidades produtivas do território, com vistas à inclusão socioproductiva.
<b>Estratégia 4.2.</b> Fortalecer a cultura do empreendedorismo com foco no potencial local.
<b>Estratégia 4.3.</b> Fortalecer o turismo rural sustentável de forma inclusiva da população local.
<b>Estratégia 4.4.</b> Incentivar a absorção das pessoas capacitadas no mercado de trabalho.
<b>Estratégia 4.5.</b> Instrumentalizar o território do Maciço para a implantação de polos industriais.
<b>Objetivo Estratégico 5:</b> Preservar e utilizar de forma racional e sustentável os recursos naturais.
<b>Estratégia 5.1.</b> Fortalecer a gestão dos recursos hídricos (instâncias de decisão, monitoramento e controle das águas subterrâneas e de superfície).
<b>Estratégia 5.2.</b> Implantar infraestrutura hídrica no Maciço de Baturité.
<b>Estratégia 5.3.</b> Implementar a política de manejo agroflorestal, com práticas agroecológicas.
<b>Estratégia 5.4.</b> Implementar e ampliar a política de resíduos sólidos na região.
<b>Estratégia 5.5.</b> Promover a recuperação de nascentes e matas ciliares ao longo dos rios e a poluição dos mananciais hídricos.
<b>Estratégia 5.6.</b> Promover um melhor reordenamento agrário e urbano, ampliando o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.
<b>Objetivo Estratégico 6:</b> Reforçar o acesso, o escoamento e a comercialização da produção.
<b>Estratégia 6.1.</b> Assegurar a política pública de assistência técnica e extensão rural continuada, na quantidade e qualidade adequadas.
<b>Estratégia 6.2.</b> Fomentar a industrialização e beneficiamento dos produtos agropecuários, com foco prioritário na agricultura familiar, para ampliar a capacidade de comercialização e geração de renda.
<b>Estratégia 6.3.</b> Fortalecer as iniciativas voltadas à economia solidária.
<b>Estratégia 6.4.</b> Fortalecer e fomentar a agroindústria familiar.
<b>Estratégia 6.5.</b> Melhorar e interligar a infraestrutura de escoamento de produção do território.
<b>Estratégia 6.6.</b> Promover, diversificar e fortalecer as culturas/cadeias produtivas.
<b>Estratégia 6.7.</b> Promover e fortalecer o associativismo e o cooperativismo na região.

### 3.8. REGIÃO SERRA DA IBIAPABA



#### RESULTADO DA OFICINA

<b>Objetivo Estratégico 1:</b> Assegurar à população o acesso a um serviço de saúde de qualidade.
<b>Estratégia 1.1.</b> Ampliar e efetivar as políticas de prevenção e controle das drogas
<b>Estratégia 1.2.</b> Assegurar maior celeridade nos serviços da saúde, de modo a reduzir as sequelas e a mortalidade em decorrência da demora no atendimento.
<b>Estratégia 1.3.</b> Fortalecer o sistema hospitalar da região visando reduzir o número de transferência de urgência e emergência para outros centros.
<b>Estratégia 1.4.</b> Promover a valorização e a formação continuada dos profissionais de saúde.
<b>Estratégia 1.5.</b> Promover e integrar as políticas de educação ambiental e saúde com relação ao perigo do uso de agrotóxicos.
<b>Objetivo Estratégico 2:</b> Contribuir para a promoção de um desenvolvimento com inclusão social.
<b>Estratégia 2.1.</b> Ampliar as ações afirmativas de gênero, raça e etnia.
<b>Estratégia 2.2.</b> Fortalecer a política agrária para promover o acesso à terra.
<b>Estratégia 2.3.</b> Fortalecer a política de enfrentamento à violência contra as mulheres.
<b>Objetivo Estratégico 3:</b> Fortalecer o turismo sustentável do Território da Ibiapaba.
<b>Estratégia 3.1.</b> Integrar e divulgar o circuito turístico da Ibiapaba.
<b>Estratégia 3.2.</b> Promover a atração de investidores para o setor turístico da Ibiapaba.
<b>Estratégia 3.3.</b> Promover a qualificação de mão de obra para o turismo sustentável.
<b>Estratégia 3.4.</b> Resgatar e desenvolver a identidade e diversidade cultural da região.





<b>Objetivo Estratégico 4:</b> Melhorar a qualidade e o acesso à educação em todos os níveis.
<b>Estratégia 4.1.</b> Ampliar e diversificar a oferta de ensino superior na região.
<b>Estratégia 4.2.</b> Fortalecer a educação do campo.
<b>Estratégia 4.3.</b> Intensificar a promoção do acesso e da permanência do aluno à sala de aula.
<b>Estratégia 4.4.</b> Promover a ampliação da educação infantil.
<b>Estratégia 4.5.</b> Promover a valorização e a formação continuada dos profissionais da educação, com remuneração adequada e melhores condições de trabalho.
<b>Estratégia 4.6.</b> Promover educação contextualizada às realidades locais.
<b>Objetivo Estratégico 5:</b> Promover o desenvolvimento no território baseado num modelo agroecológico produtivo, sustentável e solidária.
<b>Estratégia 5.1.</b> Assegurar a política pública de assistência técnica e extensão rural continuada, na quantidade e qualidade adequadas.
<b>Estratégia 5.2.</b> Fortalecer e fomentar a agroindústria familiar.
<b>Estratégia 5.3.</b> Fortalecer o associativismo e o cooperativismo da agricultura familiar.
<b>Estratégia 5.4.</b> Promover a formação com enfoque agroecológico em todos os níveis educacionais.
<b>Estratégia 5.5.</b> Promover e incentivar a formalização do emprego em todos os setores da economia.
<b>Objetivo Estratégico 6:</b> Promover o uso racional e sustentável dos recursos naturais.
<b>Estratégia 6.1.</b> Fortalecer a articulação e interação entre sociedade civil e governo em prol da conservação da Ibiapaba.
<b>Estratégia 6.2.</b> Fortalecer a política de saneamento básico.
<b>Estratégia 6.3.</b> Fortalecer e integrar as políticas públicas de convivência com o semiárido e recursos hídricos, garantindo a distribuição de água de qualidade e em quantidade, priorizando o consumo humano para o território.
<b>Estratégia 6.4.</b> Implementar a política de manejo agroflorestal, com práticas agroecológicas.
<b>Estratégia 6.5.</b> Promover um melhor reordenamento agrário e urbano, ampliando o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

### 3.9. REGIÃO SERTÃO CENTRAL



#### RESULTADO DA OFICINA

<b>Objetivo Estratégico 1:</b> Consolidar uma educação contextualizada inclusiva em tempo integral com a participação das famílias, qualificação profissional e acompanhamento de equipes multiprofissional e interdisciplinar.
<b>Estratégia 1.1.</b> Fortalecer a efetivação das práticas de gestão democrática participativa.
<b>Estratégia 1.2.</b> Fortalecer o controle social.
<b>Estratégia 1.3.</b> Garantir a ampliação da educação em tempo integral e educação do campo.
<b>Estratégia 1.4.</b> Garantir a ampliação do financiamento para a educação de qualidade, respeitando as especificidades locais.
<b>Estratégia 1.5.</b> Promover a valorização e a formação continuada dos profissionais da educação, com remuneração adequada e melhores condições de trabalho.
<b>Objetivo Estratégico 2:</b> Fortalecer as cadeias produtivas do território, com ênfase na agricultura de base familiar.
<b>Estratégia 2.1.</b> Ampliar e fortalecer os espaços de comercialização da agricultura familiar no território.
<b>Estratégia 2.2.</b> Assegurar a política pública de assistência técnica e extensão rural continuada, na quantidade e qualidade adequadas.
<b>Estratégia 2.3.</b> Estimular o beneficiamento e a transformação da produção agropecuária sustentável (agroecológica) da agricultura familiar.
<b>Estratégia 2.4.</b> Garantir o reordenamento agrário do território de forma democrática.
<b>Estratégia 2.5.</b> Melhorar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento das cadeias produtivas do território.





<b>Estratégia 2.6.</b> Promover a descentralização dos investimentos em infraestrutura produtiva dentro do território.
<b>Estratégia 2.7.</b> Promover o acesso ao crédito e aos serviços especializados para as mulheres, jovens e comunidades tradicionais.
<b>Objetivo Estratégico 3:</b> Garantir a democratização do acesso a água para uso humano e produtivo de forma racional.
<b>Estratégia 3.1.</b> Fortalecer e ampliar a infraestrutura hídrica no território.
<b>Estratégia 3.2.</b> Implementar política educacional de gestão dos recursos hídricos no território.
<b>Estratégia 3.3.</b> Interligar bacias e perenizar leitos de rios.
<b>Estratégia 3.4.</b> Promover a gestão dos recursos hídricos atendendo aos interesses do território.
<b>Estratégia 3.5.</b> Universalizar o acesso à água para consumo humano no meio rural, priorizando as comunidades mais vulneráveis.
<b>Estratégia 3.6.</b> Utilizar tecnologias sociais existentes para estocagem de água nas comunidades rurais.
<b>Objetivo Estratégico 4:</b> Garantir uma saúde pública de qualidade, humanizada com garantia de financiamento das esferas públicas e compatível com as necessidades nos três níveis de atenção: primária, secundária e terciária.
<b>Estratégia 4.1.</b> Ampliar e fortalecer o sistema de saúde da atenção primária e secundária.
<b>Estratégia 4.2.</b> Fortalecer as políticas públicas direcionadas aos profissionais de saúde, garantindo sua saúde e segurança no exercício do trabalho contribuindo para a melhoria da qualificação profissional e qualidade da assistência.
<b>Estratégia 4.3.</b> Garantir a ampliação do financiamento da saúde, com gestão transparente.
<b>Estratégia 4.4.</b> Promover a intersetorialidade e a efetivação da política de saneamento básico.
<b>Estratégia 4.5.</b> Promover a valorização e a formação continuada dos profissionais de saúde.
<b>Objetivo Estratégico 5:</b> Reduzir a violência e a criminalidade na cidade e no campo.
<b>Estratégia 5.1.</b> Ampliar e reestruturar a rede de atendimento à mulher vítima de violência e de atendimento a jovens em situação de drogadição e ao idoso.
<b>Estratégia 5.2.</b> Fortalecer a proteção à cidadania de forma cooperativa entre os governos municipais e estadual.
<b>Estratégia 5.3.</b> Fortalecer e integrar as políticas socioassistenciais e socioeducativas para implementação das medidas preventivas.
<b>Estratégia 5.4.</b> Promover a qualificação do trabalho e do atendimento nos equipamentos de segurança.
<b>Estratégia 5.5.</b> Promover o atendimento permanente à população na região.

### 3.10. REGIÃO SERTÃO DE CANINDÉ



#### RESULTADO DA OFICINA

<b>Objetivo Estratégico 1:</b> Ampliar a atenção primária no sistema de saúde.
<b>Estratégia 1.1.</b> Ampliar o quadro funcional de profissionais com vínculo fortalecido.
<b>Estratégia 1.2.</b> Fortalecer o processo e formação da residência integrada em saúde.
<b>Estratégia 1.3.</b> Garantir a pactuação da compra dos medicamentos.
<b>Estratégia 1.4.</b> Garantir saneamento básico e acesso a água de qualidade.
<b>Estratégia 1.5.</b> Investir na prevenção e humanização dos profissionais.
<b>Objetivo Estratégico 2:</b> Fortalecer a geração de trabalho e renda reduzindo as desigualdades econômicas e sociais das populações do território.
<b>Estratégia 2.1.</b> Assegurar a política pública de assistência técnica e extensão rural continuada, na quantidade e qualidade adequadas.
<b>Estratégia 2.2.</b> Descentralizar os investimentos públicos que atendam as vocações territoriais.
<b>Estratégia 2.3.</b> Fortalecer as cadeias produtivas focadas nas vocações do território.
<b>Objetivo Estratégico 3:</b> Fortalecer a infraestrutura socioeconômica do território.
<b>Estratégia 3.1.</b> Adequar os programas de formação profissional às vocações do território.
<b>Estratégia 3.2.</b> Fortalecer o desenvolvimento da agroindústria familiar, associada aos serviços de inspeção sanitária e integrado às demandas do mercado.
<b>Estratégia 3.3.</b> Promover um melhor reordenamento agrário e urbano, ampliando o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.
<b>Objetivo Estratégico 4:</b> Fortalecer as políticas públicas para a juventude e mulheres.





<b>Estratégia 4.1.</b> Ampliar e reestruturar a rede de atendimento à mulher vítima de violência e de atendimento a jovens em situação de drogadição e ao idoso.
<b>Estratégia 4.2.</b> Fortalecer a inserção produtiva e social das mulheres do campo e da cidade.
<b>Estratégia 4.3.</b> Garantir o resgate e a permanência da cultura local.
<b>Estratégia 4.4.</b> Implantar cursos de formação contextualizada para juventude e mulheres.
<b>Estratégia 4.5.</b> Implementar ações visando a redução da evasão escolar.
<b>Objetivo Estratégico 5:</b> Garantir a utilização adequada dos recursos naturais no território do Sertão de Canindé.
<b>Estratégia 5.1.</b> Fomentar a formação contextualizada de todos os envolvidos no processo de construção do desenvolvimento sustentável e solidário.
<b>Estratégia 5.2.</b> Fortalecer a atuação articulada dos serviços públicos.
<b>Estratégia 5.3.</b> Implementar práticas produtivas que atendam aos princípios da agroecologia.
<b>Estratégia 5.4.</b> Implementar um sistema que viabilize o saneamento básico ambiental.
<b>Estratégia 5.5.</b> Recuperar as fontes e superar as deficiências de toda infraestrutura hídrica.
<b>Objetivo Estratégico 6:</b> Garantir um processo educativo contextualizado respeitando as fragilidades e potencialidades do território do Sertão de Canindé.
<b>Estratégia 6.1.</b> Ampliar a oferta do ensino técnico e superior conforme as necessidades de desenvolvimento sustentável do território.
<b>Estratégia 6.2.</b> Ampliar e assegurar o atendimento da demanda de alunos no ensino técnico, profissionalizante e do campo.
<b>Estratégia 6.3.</b> Garantir a inclusão na escola de crianças e jovens com necessidades especiais e a inclusão da educação indígena e quilombola do currículo escolar.
<b>Estratégia 6.4.</b> Organizar as políticas educacionais com foco no campo e direcionadas à educação básica de jovens e adultos.
<b>Estratégia 6.5.</b> Promover a valorização e a formação continuada dos profissionais da educação, com remuneração adequada e melhores condições de trabalho.

### 3.11. REGIÃO SERTÃO DE SOBRAL



#### RESULTADO DA OFICINA

<b>Objetivo Estratégico 1:</b> Garantir a utilização adequada dos recursos naturais no território
<b>Estratégia 1.1.</b> Garantir a sustentabilidade hídrica dos grandes reservatórios com distribuição para todos.
<b>Estratégia 1.2.</b> Implementar a política de manejo agroflorestal, com práticas agroecológicas.
<b>Estratégia 1.3.</b> Implementar a política de saneamento e de resíduos sólidos.
<b>Estratégia 1.4.</b> Viabilizar uma política de uso de energia solar pública e individual.
<b>Objetivo Estratégico 2:</b> Garantir o acesso aos meios de produção e a distribuição de renda no território, com recorte de gênero e geração.
<b>Estratégia 2.1.</b> Assegurar a política pública de assistência técnica e extensão rural continuada, na quantidade e qualidade adequadas.
<b>Estratégia 2.2.</b> Efetivar o reordenamento agrário, garantindo o acesso às terras produtivas para os agricultores familiares.
<b>Estratégia 2.3.</b> Fortalecer e ampliar as políticas de comercialização dos produtos da agricultura familiar.
<b>Estratégia 2.4.</b> Fortalecer e fomentar a agroindústria familiar.
<b>Estratégia 2.5.</b> Fortalecer o associativismo e o cooperativismo da agricultura familiar.
<b>Estratégia 2.6.</b> Implantar e estruturar o serviço de inspeção nos municípios do território.
<b>Objetivo Estratégico 3:</b> Melhorar a educação na região.
<b>Estratégia 3.1.</b> Fortalecer a educação do campo.
<b>Estratégia 3.2.</b> Fortalecer parcerias entre estado e municípios.





<b>Estratégia 3.3.</b> Garantir uma política de fortalecimento da implantação e funcionamento das escolas famílias agrícolas viabilizando a autonomia de gestão pelas as famílias de agricultores.
<b>Estratégia 3.4.</b> Incentivar o controle social nas políticas públicas educacionais.
<b>Estratégia 3.5.</b> Promover a articulação estratégica entre o poder público e academia na melhoria da formação dos professores.
<b>Estratégia 3.6.</b> Promover educação contextualizada às realidades locais.
<b>Objetivo Estratégico 4:</b> Promover a melhoria do atendimento na saúde, de forma descentralizada.
<b>Estratégia 4.1.</b> Fortalecer a capacidade administrativa das unidades de atenção básica de saúde.
<b>Estratégia 4.2.</b> Fortalecer o diálogo intersetorial para melhorar o atendimento nas unidades de saúde.
<b>Estratégia 4.3.</b> Fortalecer políticas de promoção e prevenção no âmbito da saúde.
<b>Objetivo Estratégico 5:</b> Reduzir a violência e a criminalidade na região.
<b>Estratégia 5.1.</b> Fortalecer a intersetorialidade e a integração das ações de prevenção e combate ao uso e abuso de álcool e outras drogas e à violência.
<b>Estratégia 5.2.</b> Fortalecer as políticas de ressocialização de presos.
<b>Estratégia 5.3.</b> Integrar as polícias no combate à criminalidade na perspectiva de um policiamento cidadão.

### 3.12. REGIÃO SERTÃO DOS CRATEÚS



## RESULTADO DA OFICINA

<b>Objetivo Estratégico 1:</b> Assegurar o atendimento de proteção social especial e segurança pública.
<b>Estratégia 1.1.</b> Ampliar e integrar as polícias militar, civil, serviços de inteligência e sistema penitenciário.
<b>Estratégia 1.2.</b> Criar mecanismos socioassistenciais e educativos para jovens infratores.
<b>Estratégia 1.3.</b> Fortalecer a assistência aos idosos, moradores de rua e demais pessoas em estado de vulnerabilidade e risco social.
<b>Estratégia 1.4.</b> Fortalecer a integração entre Justiça, Ministério Público e Defensoria.
<b>Estratégia 1.5.</b> Regionalizar os serviços de média e alta complexidade para os municípios de pequeno e médio porte I e II.
<b>Objetivo Estratégico 2:</b> Fortalecer a pluralidade na educação de forma direcionada, garantindo o acesso, permanência com qualidade a todos, nos diversos níveis de ensino.
<b>Estratégia 2.1.</b> Ampliar a oferta de educação em tempo integral em todos os níveis de ensino.
<b>Estratégia 2.2.</b> Expandir o ensino profissionalizante e continuado, que atendam às demandas características da região.
<b>Estratégia 2.3.</b> Garantir a inclusão de pessoas com deficiência, com qualidade e transversalidade.
<b>Estratégia 2.4.</b> Garantir o acesso à educação contextualizada e étnico-racial para as áreas urbanas, rurais e comunidades tradicionais (indígenas e quilombolas).
<b>Objetivo Estratégico 3:</b> Garantir à população serviço de saúde pública de qualidade.
<b>Estratégia 3.1.</b> Ampliar e fortalecer a segurança alimentar e nutricional.
<b>Estratégia 3.2.</b> Ampliar o atendimento de perícia forense na região.
<b>Estratégia 3.3.</b> Fortalecer a região e a macrorregião de saúde.
<b>Estratégia 3.4.</b> Garantir a continuidade na oferta de qualidade dos serviços nos equipamentos de saúde.
<b>Estratégia 3.5.</b> Garantir atendimento integral, acesso e qualidade em todos os níveis do sistema público de saúde.
<b>Objetivo Estratégico 4:</b> Promover o desenvolvimento econômico sustentável e solidário do território.
<b>Estratégia 4.1.</b> Assegurar a infraestrutura de produção, escoamento e comercialização do território.
<b>Estratégia 4.2.</b> Fomentar o empreendedorismo através do fortalecimento do associativismo e cooperativismo no território.
<b>Estratégia 4.3.</b> Fortalecer a política de regularização fundiária.
<b>Estratégia 4.4.</b> Fortalecer, ampliar e diversificar as cadeias produtivas no território.
<b>Estratégia 4.5.</b> Fortalecer as iniciativas voltadas à economia solidária.
<b>Estratégia 4.6.</b> Incentivar a implantação de agroindústrias e indústrias no território.
<b>Objetivo Estratégico 5:</b> Promover sustentabilidade dos recursos naturais.
<b>Estratégia 5.1.</b> Fortalecer a política de saneamento básico.
<b>Estratégia 5.2.</b> Fortalecer e ampliar a infraestrutura hídrica no território.
<b>Estratégia 5.3.</b> Garantir o acesso aos meios de produção para a convivência com o semiárido.
<b>Estratégia 5.4.</b> Promover o acesso e a distribuição regular e sustentável de água de boa qualidade em todo o território, para o consumo humano e animal e para a produção.
<b>Estratégia 5.5.</b> Recuperar, preservar e utilizar o bioma caatinga de forma sustentável.



### 3.13. REGIÃO SERTÃO DOS INHAMUNS



#### RESULTADO DA OFICINA

<b>Objetivo Estratégico 1:</b> Ampliar e efetivar serviços de segurança pública nas áreas urbanas, rurais e divisas com outros Estados.
<b>Estratégia 1.1.</b> Estabelecer relação entre comunidade e serviços de segurança pública.
<b>Estratégia 1.2.</b> Fortalecer a intersetorialidade e a integração das ações de prevenção e combate ao uso e abuso de álcool e outras drogas e à violência.
<b>Objetivo Estratégico 2:</b> Assegurar a qualidade e o acesso desburocratizado dos serviços de saúde pública.
<b>Estratégia 2.1.</b> Ampliar a resolutividade e capacidade de oferta dos serviços especializados.
<b>Estratégia 2.2.</b> Aperfeiçoar os serviços da Rede Única de Saúde.
<b>Estratégia 2.3.</b> Assegurar a estruturação e funcionalidade dos equipamentos de saúde para ampliar e melhorar o atendimento a população.
<b>Objetivo Estratégico 3:</b> Assegurar a qualidade educacional considerando o contexto macrorregional de acordo com suas necessidades e potencialidades.
<b>Estratégia 3.1.</b> Fortalecer a implementação de políticas educacionais participativas.
<b>Estratégia 3.2.</b> Fortalecer, de forma integrada com os municípios, a política de educação de tempo integral, em diferentes níveis e modalidades de ensino.
<b>Estratégia 3.3.</b> Integrar e fortalecer o vínculo Família e Escola.



<b>Objetivo Estratégico 4:</b> Impulsionar o desenvolvimento econômico a partir das vocações locais/territoriais.
<b>Estratégia 4.1.</b> Assegurar a política pública de assistência técnica e extensão rural continuada, na quantidade e qualidade adequadas.
<b>Estratégia 4.2.</b> Estimular o empreendedorismo e a agroindústria a partir das vocações do território.
<b>Estratégia 4.3.</b> Fortalecer as cadeias produtivas focadas nas vocações do território.
<b>Estratégia 4.4.</b> Promover e fortalecer o associativismo e o cooperativismo na região.
<b>Objetivo Estratégico 5:</b> Promover a melhoria da gestão para o desenvolvimento no território.
<b>Estratégia 5.1.</b> Fortalecer e integrar os conselhos setoriais, territoriais e municipais.
<b>Estratégia 5.2.</b> Fortalecer o planejamento municipal em parceria com o Estado.
<b>Estratégia 5.3.</b> Integrar as políticas públicas das três esferas de governo para melhoria da qualidade de vida das famílias do território.
<b>Estratégia 5.4.</b> Promover o planejamento territorial integrado com as três esferas.
<b>Objetivo Estratégico 6:</b> Promover o desenvolvimento ambiental integrado sustentável do território.
<b>Estratégia 6.1.</b> Adotar inovação tecnológica alternativa para produção e convivência com o semiárido
<b>Estratégia 6.2.</b> Fortalecer agricultura de base ecológica.
<b>Estratégia 6.3.</b> Incentivar a produção de energia limpa para beneficiar a população da região.



### 3.14. REGIÃO VALE DO JAGUARIBE



#### RESULTADO DA OFICINA

<b>Objetivo Estratégico 1:</b> Ampliar o acesso e garantir a qualidade da educação infantil.
<b>Estratégia 1.1.</b> Ampliar a qualificação dos profissionais que atuam na educação infantil.
<b>Estratégia 1.2.</b> Ampliar os recursos voltados à educação infantil.
<b>Estratégia 1.3.</b> Garantir a infraestrutura adequada.
<b>Estratégia 1.4.</b> Integrar as políticas de Ação Social, Saúde e Educação voltadas para sensibilização e orientação às famílias quanto a importância do ingresso das crianças do 0 a 5 anos na escola.
<b>Estratégia 1.5.</b> Planejar, de forma integrada, as políticas públicas voltadas à educação infantil, no âmbito municipal, estadual e federal.
<b>Objetivo Estratégico 2:</b> Estruturar as atividades agropecuárias e as de vocação do território.
<b>Estratégia 2.1.</b> Assegurar a política pública de assistência técnica e extensão rural continuada, na quantidade e qualidade adequadas.
<b>Estratégia 2.2.</b> Fomentar a industrialização e beneficiamento dos produtos agropecuários, com foco prioritário na agricultura familiar, para ampliar a capacidade de comercialização e geração de renda.
<b>Estratégia 2.3.</b> Fomentar o turismo considerando os aspectos ambientais (ecológico e rural), culturais, religiosos e históricos da região.

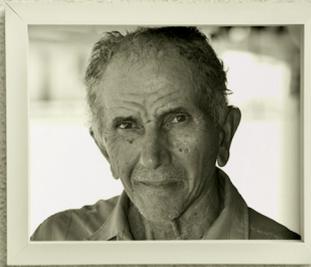


<b>Estratégia 2.4.</b> Fortalecer o associativismo e o cooperativismo da agricultura familiar.
<b>Estratégia 2.5.</b> Fortalecer os serviços de inspeção dos produtos de origem animal e vegetal nos municípios.
<b>Estratégia 2.6.</b> Priorizar a instalação de indústrias respeitando a disponibilidade hídrica das bacias.
<b>Objetivo Estratégico 3:</b> Fortalecer o trabalho e o empreendedorismo, a partir das potencialidades locais, com ênfase na juventude e mulheres.
<b>Estratégia 3.1.</b> Ampliar o acesso aos meios de produção, ao crédito e à assistência técnica.
<b>Estratégia 3.2.</b> Fomentar o empreendedorismo como incentivo de incremento da renda das famílias.
<b>Estratégia 3.3.</b> Fortalecer as iniciativas voltadas à economia solidária.
<b>Estratégia 3.4.</b> Garantir educação profissional respeitando as vocações locais com enfoque agroecológico.
<b>Objetivo Estratégico 4:</b> Preservar de forma racional e sustentável os recursos naturais
<b>Estratégia 4.1.</b> Fortalecer a educação, preservação e fiscalização ambiental para a efetivação dos serviços ofertados à coletividade.
<b>Estratégia 4.2.</b> Garantir o desenvolvimento de energias renováveis.
<b>Estratégia 4.3.</b> Implementar a política de manejo florestal, priorizando as áreas degradadas nos diversos municípios da região.
<b>Estratégia 4.4.</b> Implementar e incentivar o uso de práticas agroecológicas.
<b>Estratégia 4.5.</b> Implementar o saneamento básico, com foco no destino adequado dos resíduos sólidos, como promoção do desenvolvimento sustentável.
<b>Estratégia 4.6.</b> Promover o acesso e a distribuição regular e sustentável de água de boa qualidade em todo o território, para o consumo humano e animal e para a produção.
<b>Objetivo Estratégico 5:</b> Reduzir as desigualdades socioeconômicas, com melhor distribuição dos recursos naturais, de emprego e renda.
<b>Estratégia 5.1.</b> Aprimorar a descentralização das políticas e serviços de saúde, considerando o perfil socioeconômico e epidemiológico.
<b>Estratégia 5.2.</b> Efetivar políticas sociais com contemple uma educação integral contextualizando emprego, renda e melhores distribuição dos recursos naturais.
<b>Estratégia 5.3.</b> Facilitar o acesso a políticas sustentáveis de convivência com o semiárido.
<b>Estratégia 5.4.</b> Fortalecer e ampliar a infraestrutura hídrica no território.
<b>Estratégia 5.5.</b> Promover a melhoria no modelo de gestão pública.
<b>Objetivo Estratégico 6:</b> Reduzir de forma consistente a violência e as drogas no Vale do Jaguaribe.
<b>Estratégia 6.1.</b> Ampliar políticas de educação de tempo integral.
<b>Estratégia 6.2.</b> Implementar temas transversais nos currículos escolares.
<b>Estratégia 6.3.</b> Investir em segurança municipal.
<b>Estratégia 6.4.</b> Planejar ações intersetoriais do combate à violência na região.



# PPA - 2016/2019

PPA EM  
GRANDES NÚMEROS





## PPA EM GRANDES NÚMEROS

O planejamento do Governo do Estado do Ceará para o próximo quadriênio, constante do PPA 2016-2019, prevê a aplicação de recursos na ordem de R\$ 101,35 bilhões, distribuídos entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, incluindo os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, o Ministério Público e a Defensoria Pública Geral do Estado.

Esse montante compreende o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Orçamento de Investimento das Estatais não Dependentes e de Recursos Extraorçamentários, tais como as Parcerias com a Iniciativa Privada.

A tabela a seguir mostra os valores especificados por esfera, bem como os recursos extraorçamentários, com as respectivas participações no total dos valores previstos para o período do PPA:

Tabela 5 - Fontes de Recursos do PPA 2016-2019 (R\$ bilhões)

Fontes	R\$ bilhões	%
<b>Orçamentárias (1)</b>	<b>101,07</b>	<b>99,7</b>
Fiscal / Seguridade Social	100,74	99,4
Investimentos das Estatais	0,33	0,3
<b>Extraorçamentárias (2)</b>	<b>0,28</b>	<b>0,3</b>
<b>Total (1) + (2)</b>	<b>101,35</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SIOF/Seplag.

Elaboração: Secretaria do Planejamento e Gestão.

Para a consecução dos objetivos e metas das iniciativas propostas no Plano Plurianual 2016-2019, o Estado estima um valor de recursos, exclusivamente orçamentários, no montante de **R\$ 101,07 bilhões**, os quais são originados, principalmente, do tesouro estadual, de operações de crédito, de transferências intergovernamentais e da arrecadação própria dos Fundos, Fundações, Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, em que o Estado detém a maioria do capital.

O financiamento do tesouro estadual corresponde, especialmente, às fontes de arrecadação de tributos de competência estadual, a cota-parte do Fundo de Participação dos Estados (FPE), da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) e da Indenização pela Extração de Petróleo, Xisto e Gás (Royalties), totalizando cerca de **R\$ 80,7 bilhões** para o período.

Com relação às Operações de Crédito, o Estado projeta uma carteira de empréstimos no montante de **R\$ 5,9 bilhões**, para assegurar o financiamento de projetos estratégicos, porém com uma gestão responsável do nível de endividamento público.

No que concerne às transferências intergovernamentais, provenientes principalmente de





convênios celebrados com o Governo Federal, o Estado estima uma captação em torno de **R\$ 7,0 bilhões**. As transferências voluntárias são relevantes para a composição do financiamento de projetos como a integração das bacias hidrográficas do Ceará e demais ações de Convivência com a Seca, a adequação de trechos rodoviários e a implantação de projetos estratégicos nas áreas da educação, saúde e segurança, entre outros.

O Estado conta ainda com outras receitas que envolvem recursos, principalmente do Sistema Único de Saúde - SUS, Salário-Educação e Fundo Nacional de Assistência Social.

O Financiamento do Plano, em termos orçamentários, tem a seguinte composição:

Tabela 6 - Fontes de Financiamento do PPA 2016-2019 (R\$ bilhões)

Financiamento	R\$ bilhões	%
Tesouro Estadual	80,73	79,9
Operações de Crédito	5,95	5,9
Convênios	7,00	6,9
Arrecadação própria da Administração Indireta	3,58	3,5
Outras fontes	3,82	3,8
<b>Total</b>	<b>101,07</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SIOF/Seplag.

Elaboração: Secretaria do Planejamento e Gestão.

### DISPÊNDIOS POR TIPO DE PROGRAMA

O Plano Plurianual do Estado se compõe de três tipos de programas, conforme sua finalidade: os *Programas Finalísticos* geram bens ou serviços para a sociedade; os *Programas Administrativos* são voltados para o funcionamento da máquina administrativa do Estado; os *Programas Especiais*, por sua vez, são aqueles que não contribuem, de forma direta, para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, ou seja, não geram produtos à sociedade, nem ao governo.

Os recursos orçamentários previstos no PPA, excetuando-se as transferências obrigatórias aos municípios e demais encargos gerais do Estado, bem como, a reserva de contingência e despesas de pessoal, somam R\$ 39,4 bilhões, distribuídos entre os três tipos de Programas, conforme tabela abaixo.

Tabela 7 - Fontes de Financiamento do PPA 2016-2019 (R\$ bilhões)

Tipo de Programa	R\$ bilhões	%
Finalístico	34,41	87,3
Administrativo	4,19	10,6
Especial	0,82	2,1
<b>Total</b>	<b>39,41</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SIOF/Seplag.

Elaboração: Secretaria do Planejamento e Gestão.

Os investimentos e a manutenção da oferta de serviços públicos inseridos nos Programas Finalísticos absorvem a maior parcela dos recursos, R\$ 34,4 bilhões, correspondendo a 87%. Por sua vez, a manutenção da máquina estatal de todos os Poderes, assim como a modernização da estrutura administrativa e aquisição de equipamentos de tecnologia da informação da área meio, integrante do tema Administração Geral, representa 11% do total.

## DISPÊNDIOS POR EIXO E TEMA ESTRATÉGICO

A alocação dos recursos por Eixo Governamental de Atuação Intersetorial, contemplando os Programas Finalísticos, ou seja, excluindo-se os programas de Gestão e Manutenção e os Programas Especiais, obedecem à seguinte distribuição:

Como se pode observar o Eixo Ceará Saudável é o que concentra o maior volume de recursos alocados para os quatro anos do PPA, com 34,2%, seguido dos eixos Ceará de Oportunidades, com 27,4% e Ceará do Conhecimento, com 15,2%.

A tabela 8 apresenta os valores planejados para o período de 2016 a 2019, nos programas finalísticos, por tema estratégico.





Tabela 8 – Valores estimados para os Programas Finalísticos, por Eixo e Tema Estratégico do PPA 2016 – 2019

Eixo/Tema Estratégico	2016-2019	%
<b>CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS</b>	<b>1.388.532.672</b>	<b>4,0%</b>
GESTÃO FISCAL	222.546.053	
PLANEJAMENTO E GESTÃO	770.005.209	
TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	395.981.410	
<b>CEARÁ ACOLHEDOR</b>	<b>1.757.941.163</b>	<b>5,0%</b>
ASSISTÊNCIA SOCIAL	428.464.777	
HABITAÇÃO	196.477.773	
INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	613.795.926	
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	519.202.687	
<b>CEARÁ DE OPORTUNIDADES</b>	<b>9.588.323.883</b>	<b>27,4%</b>
AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO	438.760.487	
INDÚSTRIA	213.243.416	
SERVIÇOS	235.000	
INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE	7.181.012.973	
TURISMO	940.190.473	
TRABALHO E RENDA	633.856.679	
EMPREENDEDORISMO	22.349.324	
PESCA E AQUICULTURA	3.011.203	
REQUALIFICAÇÃO URBANA	155.664.328	
<b>CEARÁ SUSTENTÁVEL</b>	<b>2.960.080.342</b>	<b>8,5%</b>
RECURSOS HÍDRICOS	2.159.101.774	
MEIO AMBIENTE	653.267.535	
ENERGIAS	147.711.033	
<b>CEARÁ DO CONHECIMENTO</b>	<b>5.320.106.218</b>	<b>15,2%</b>
EDUCAÇÃO BÁSICA	2.024.095.035	
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	1.486.308.262	
ENSINO SUPERIOR	606.738.126	
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	719.523.920	
CULTURA	483.440.875	
<b>CEARÁ SAUDÁVEL</b>	<b>11.939.077.047</b>	<b>34,2%</b>
SAÚDE	9.993.070.561	
ESPORTE E LAZER	192.042.972	
SANEAMENTO BÁSICO	1.753.963.514	
<b>CEARÁ PACÍFICO</b>	<b>2.002.934.553</b>	<b>5,7%</b>
SEGURANÇA PÚBLICA	1.125.623.093	
JUSTIÇA E CIDADANIA	851.029.962	
POLÍTICA SOBRE DROGAS	26.281.498	
<b>Total Geral</b>	<b>34.956.995.878</b>	<b>100,0%</b>

Fonte: SIOF/Seplag.

Elaboração: Secretaria do Planejamento e Gestão.

Do total de recursos aplicados nos Temas Estratégicos destacam-se Saúde, Infraestrutura e Mobilidade, Recursos Hídricos e Educação Básica, que respondem por cerca de 61% de todos os recursos considerados.

O PPA é o instrumento que declara as diretrizes do Governo do Estado do Ceará para os próximos quatro anos e as principais metas de oferta, traduzidas em bens e serviços, com o propósito de alcançar os resultados pretendidos.

Dentre estas metas, encontram-se projetos considerados estratégicos e estruturantes, como é o caso da construção do Cinturão das Águas do Ceará – CAC, de barragens e adutoras e demais projetos voltados à Convivência com a Seca.

Iniciativas como a implantação do Hospital Regional Metropolitano, em Fortaleza, do Hospital Regional do Sertão Central, em Quixeramobim, e do Hospital Regional do Vale do Jaguaribe, e das Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, são alguns compromissos assumidos pelo Governo para promover saúde pública da melhor qualidade para os cidadãos cearenses.

Na área da Infraestrutura e Mobilidade, o Governo planeja a execução de grandes investimentos estruturantes para o Estado, como ampliação da infraestrutura de transporte rodoviário, a conclusão da Linha Sul do Metrô de Fortaleza e as implantações da Linha Leste e das linhas de trens de passageiros Mucuripe-Parangaba e Caucaia-Pecém e a construção do Terminal Intermodal de Cargas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP.

Na área do Turismo destacam-se as obras de implantação do Aeroporto de Jericoacoara, do Acquário do Ceará e da Escola de Hotelaria e Gastronomia.

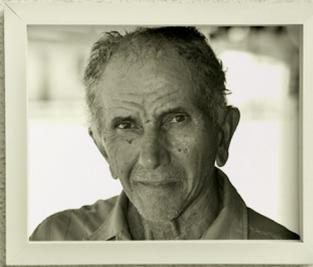
Na Educação Básica, destacam-se a implantação de escolas de tempo integral da Educação Básica, de escolas estaduais de educação profissional e de centros de educação infantil e de línguas estrangeiras.





# PPA - 2016/2019

## ESTRUTURA PROGRAMÁTICA DO PLANO





## PROJETO DE LEI DO PLANO PLURIANUAL 2016-2019

### EIXO, TEMA ESTRATÉGICO E PROGRAMAS

#### EIXO – CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

##### TEMA ESTRATÉGICO: GESTÃO FISCAL

- Educação Fiscal e Cidadania
- Gestão Fiscal e Financeira
- Modernização da Gestão Fiscal

##### TEMA ESTRATÉGICO: PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Fortalecimento Institucional dos Municípios
- Fortalecimento das Relações Institucionais do Poder Executivo
- Fortalecimento do Sistema Estadual de Planejamento
- Modernização da Gestão Pública Estadual
- Gestão e Desenvolvimento Estratégico de Pessoas
- Comunicação Institucional e Apoio às Políticas Públicas
- Governança do Pacto por um Ceará Pacífico

##### TEMA ESTRATÉGICO: TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

- Controle Externo da Administração Municipal
- Controle Externo da Administração Pública Estadual
- Regulação dos Serviços Públicos Delegados
- Auditoria Governamental
- Controladoria Governamental
- Participação e Controle Social





- Desenvolvimento da Ação Parlamentar

#### TEMA ESTRATÉGICO: ADMINISTRAÇÃO GERAL

- Encargos Gerais do Estado
- Previdência Estadual
- Gestão e Manutenção
- Reserva de Contingência

#### EIXO – CEARÁ ACOLHEDOR

##### TEMA ESTRATÉGICO: ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Proteção Social Especial
- Implementação do Sistema Único de Assistência Social
- Proteção Social Básica

##### TEMA ESTRATÉGICO: HABITAÇÃO

- Habitação de Interesse Social

##### TEMA ESTRATÉGICO: INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

- Garantia dos Direitos Humanos e Cidadania
- Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário
- Promoção e Defesa dos Direitos Humanos
- Promoção e Universalização do Acesso à Justiça
- Proteção e Promoção dos Direitos de Adolescentes em Atendimento Socioeducativo

##### TEMA ESTRATÉGICO: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL



- Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional
- Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional

## EIXO – CEARÁ DE OPORTUNIDADES

### TEMA ESTRATÉGICO: AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

- Desenvolvimento da Agropecuária Familiar
- Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio
- Defesa Agropecuária Atuarante no Estado do Ceará

### TEMA ESTRATÉGICO: INDÚSTRIA

- Promoção da Indústria Mineral
- Promoção e Desenvolvimento da Indústria Cearense

### TEMA ESTRATÉGICO: SERVIÇOS

- Fortalecimento do Setor de Serviços

### TEMA ESTRATÉGICO: INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

- Infraestrutura e Logística
- Mobilidade Urbana
- Gestão e Disciplinamento do Trânsito

### TEMA ESTRATÉGICO: TURISMO

- Desenvolvimento e Consolidação do Destino Turístico Ceará

### TEMA ESTRATÉGICO: TRABALHO E RENDA



- Inclusão Econômica e Enfrentamento à Pobreza Rural
- Inclusão e Desenvolvimento do Trabalhador
- Desenvolvimento do Artesanato

#### **TEMA ESTRATÉGICO: EMPREENDEDORISMO**

- Empreendedorismo e Protagonismo Juvenil
- Empreendedorismo e Economia Solidária

#### **TEMA ESTRATÉGICO: PESCA E AQUICULTURA**

- Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Pesca e Aquicultura

#### **TEMA ESTRATÉGICO: REQUALIFICAÇÃO URBANA**

- Melhoria dos Espaços e Equipamentos Públicos

### **EIXO – CEARÁ SUSTENTÁVEL**

#### **TEMA ESTRATÉGICO: RECURSOS HÍDRICOS**

- Oferta Hídrica para Múltiplos Usos
- Gestão dos Recursos Hídricos
- Climatologia, Meio Ambiente e Energias Renováveis

#### **TEMA ESTRATÉGICO: MEIO AMBIENTE**

- Revitalização de Áreas Degradadas
- Resíduos Sólidos
- Ceará Mais Verde
- Ceará no Clima



- Ceará Consciente por Natureza

#### **TEMA ESTRATÉGICO: ENERGIAS**

- Matriz Energética do Estado do Ceará

#### **EIXO – CEARÁ DO CONHECIMENTO**

##### **TEMA ESTRATÉGICO: EDUCAÇÃO BÁSICA**

- Inclusão e Equidade na Educação
- Acesso e Aprendizagem das Crianças e Jovens na Idade Adequada
- Gestão e Desenvolvimento da Educação Básica
- Gestão de Políticas Públicas de Educação

##### **TEMA ESTRATÉGICO: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL**

- Ensino Integrado à Educação Profissional
- Desenvolvimento da Educação Profissional nos Níveis: Formação Inicial e Continuada, Técnico e Tecnológico

##### **TEMA ESTRATÉGICO: ENSINO SUPERIOR**

- Gestão e Desenvolvimento da Educação Superior

##### **TEMA ESTRATÉGICO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO**

- Desenvolvimento da Produção Científica, da Difusão Tecnológica e da Cultura de Inovação
- Tecnologia da Informação e Comunicação Estratégica do Ceará

##### **TEMA ESTRATÉGICO: CULTURA**



- Promoção do Acesso e Fomento à Produção e Difusão da Cultura Cearense
- Preservação da Memória e do Patrimônio Cultural Cearense
- Fortalecimento do Sistema Estadual de Cultura do Ceará
- Teledifusão Cultural e Informativa

## **EIXO – CEARÁ SAUDÁVEL**

### **TEMA ESTRATÉGICO: SAÚDE**

- Fortalecimento da Gestão, Participação, Controle Social e Desenvolvimento Institucional do SUS
- Vigilância em Saúde
- Atenção à Saúde Integral e de Qualidade
- Gestão do Trabalho, da Educação e da Ciência e Tecnologia na Saúde

### **TEMA ESTRATÉGICO: ESPORTE E LAZER**

- Esporte e Lazer para a População
- Ceará no Esporte de Rendimento

### **TEMA ESTRATÉGICO: SANEAMENTO BÁSICO**

- Abastecimento de Água, Esgotamento Sanitário e Drenagem Urbana
- Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Meio Rural

## **EIXO – CEARÁ PACÍFICO**

### **TEMA ESTRATÉGICO: SEGURANÇA PÚBLICA**

- Gestão de Riscos e Desastres
- Segurança Pública Integrada

- Segurança Pública Cidadã
- Controle Disciplinar dos Sistemas de Segurança Pública e Penitenciário

#### TEMA ESTRATÉGICO: JUSTIÇA E CIDADANIA

- Infraestrutura e Gestão do Sistema Penitenciário
- Tutela dos Direitos Sociais e Individuais Indisponíveis
- Excelência no Desempenho da Prestação Jurisdicional
- Integração do Sistema de Justiça Criminal (Integra)

#### TEMA ESTRATÉGICO: POLÍTICA SOBRE DROGAS

- Proteção ao Uso Prejudicial das Drogas



# PPA - 2016/2019

GRANDES METAS POR  
TEMA ESTRATÉGICO





## GRANDES METAS POR TEMA ESTRATÉGICO

### EIXO – CEARÁ DA GESTÃO DEMOCRÁTICA POR RESULTADOS

#### TEMA ESTRATÉGICO: GESTÃO FISCAL

- Estruturar 12 unidades fazendárias.
- Implantar um centro integrado de operações fiscais.
- Automatizar 11 postos fiscais, melhorando o controle das mercadorias em trânsito nas operações interestaduais.
- Modernizar sete unidades fiscais para aperfeiçoamento dos processos e serviços fazendários.
- Realizar 20 eventos sobre Educação Fiscal para o ensino fundamental e médio e fomento à pesquisa e à extensão universitária.
- Capacitar 6.000 pessoas em Educação Fiscal, tanto de forma presencial quanto à distância.

#### TEMA ESTRATÉGICO: PLANEJAMENTO E GESTÃO

- Elaborar 18 planos para melhorar a capacidade de gestão dos municípios dos Vales do Jaguaribe e do Acaraú.
- Elaborar dois planos para promover a articulação para governança interfederativa no âmbito das regiões metropolitanas.
- Realizar e disponibilizar 152 estudos voltados ao aperfeiçoamento da Gestão Pública orientada para Resultados e à proposição de políticas públicas.
- Realizar 56 eventos para promoção da participação cidadã no planejamento e monitoramento das políticas, planos e projetos públicos.
- Elaborar o Plano Estadual de Combate à Pobreza e Inclusão Social.
- Ampliar a formação e qualificação profissional de servidores públicos, de 14.000, em 2016, para 16.206, em 2019.
- Realizar 139.230 atendimentos voltados à qualidade de vida do servidor público inativo e pensionista.





- Ampliar a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar, odontológica, exames especializados e laboratoriais e complementar de saúde aos Servidores Públicos Estaduais e Beneficiários, de 581.074, em 2016, para 773.410, em 2019.
- Elaborar nove planos estratégicos setoriais.
- Apoiar 440 instituições e organizações da Sociedade Civil para implementação de políticas públicas.
- Elaborar 48 relatórios de informações estratégicas no âmbito do Pacto por um Ceará Pacífico.

#### **TEMA ESTRATÉGICO: TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

- Capacitar 55.000 pessoas, dentre servidores, jurisdicionados e Sociedade Civil, nas atividades de Controle Externo da Administração Municipal.
- Capacitar 7.000 pessoas por ano, promovendo o desenvolvimento e qualificação de jurisdicionados e sociedade, nas atividades de Controle Externo da Administração Estadual.
- Atender 33.400 usuários na ouvidoria ao usuário do serviço público delegado.
- Realizar 340 auditorias de contas de gestão.
- Implantar controle interno preventivo baseado na gestão por processos.
- Realizar 64 eventos para promoção de ações de conscientização da sociedade para o exercício do controle social.
- Realizar 1.945.000 atendimentos nos serviços de ouvidoria, acesso à informação e transparência.

#### **EIXO – CEARÁ ACOLHEDOR**

##### **TEMA ESTRATÉGICO: ASSISTÊNCIA SOCIAL**

- Implantar 11 centros de referência especializados de média complexidade, ampliando a oferta de serviços na Proteção Social Especial.
- Atender 3.832 pessoas em situação de risco pessoal e social, por meio de entidades sociais apoiadas.



- Implantar nove abrigos especializados de alta complexidade, ampliando a oferta de serviços na Proteção Social Especial.
- Ampliar o apoio ao atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social, de 1.391.000 famílias em 2016, para 2.014.600 em 2019.
- Apoiar o atendimento de 8.500 pessoas idosas em situação de risco pessoal e social.
- Apoiar o atendimento de 3.953 pessoas com deficiência em situação de risco pessoal e social.
- Implantar 191 equipamentos sociais para apoiar a ampliação do atendimento a crianças, adolescentes, jovens e suas famílias em situação de risco pessoal e social em serviços de Proteção Social Básica.
- Atender 475 famílias em situação de risco pessoal e social.

#### TEMA ESTRATÉGICO: HABITAÇÃO

- Entregar 30.000 unidades habitacionais em áreas urbanas.
- Entregar 2.112 unidades habitacionais na área do Rio Maranguapinho.
- Entregar 1.080 unidades habitacionais na área do Dendê.
- Reformar 4.000 unidades habitacionais em áreas urbanas.
- Reformar 1.200 unidades habitacionais na área do Dendê.
- Instalar 12.000 fogões sustentáveis para a melhoria das condições ambientais nas unidades habitacionais no meio rural.
- Entregar 846.054 títulos de propriedade em áreas urbanas.
- Reformar 4.800 unidades habitacionais em áreas rurais.
- Entregar 11.000 unidades habitacionais em áreas rurais.

#### TEMA ESTRATÉGICO: INCLUSÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS

- Implantar três unidades de atendimento ao cidadão.
- Garantir a proteção de 203 pessoas ameaçadas.



- Atender e acolher 11.900 pessoas vítimas e familiares de crimes violentos e tráfico de pessoas.
- Apoiar a implantação de 56 projetos de infraestrutura produtiva e social nos territórios rurais.
- Beneficiar 39.404 famílias com ações de desenvolvimento fundiário e agrário.
- Capacitar 4.743 servidores para melhorar o atendimento dos agentes públicos aos grupos vulneráveis.
- Capacitar 10.020 pessoas para promover a emancipação dos grupos vulneráveis.
- Implantar 19 unidades de atendimento para ampliação da rede de defesa de direitos humanos dos grupos vulneráveis.
- Atender 19.990 pessoas em situação de vulnerabilidade.
- Implantar três núcleos de atendimento jurídico.
- Implantar duas unidades de internação para ampliar a oferta de vagas no sistema de atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
- Formar e qualificar profissionalmente 220 adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

#### TEMA ESTRATÉGICO: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- Realizar 350.000 adesões de agricultores ao garantia safra.
- Implantar 25.760 cisternas para produção de alimentos.
- Ampliar o benefício a pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional com distribuição de alimentos, de 324.940 em 2016, para 432.489 em 2019.
- Capacitar 14.443 pessoas na promoção de ações de Educação Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada.
- Apoiar 14 projetos de produção de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.
- Apoiar a implementação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional.

## EIXO – CEARÁ DE OPORTUNIDADES

### TEMA ESTRATÉGICO: AGRICULTURA FAMILIAR E AGRONEGÓCIO

- Implantar o Parque de Exposições do Sertão Central.
- Distribuir 15.125 toneladas de sementes, incentivando o aumento da produção das principais culturas da agricultura familiar.
- Beneficiar 3.000 produtores com a implementação de práticas agrícolas de convivência com o semiárido e transição agroecológica.
- Beneficiar 1.911 famílias beneficiadas com o apoio a projetos produtivos de irrigação.
- Beneficiar 2.536 produtores familiares com a substituição de copa em cajueiro improdutivo.
- Implantar 84 agroindústrias para o desenvolvimento da cadeia produtiva de mandiocultura.
- Apoiar a implantação de 2.192 projetos produtivos de irrigação.
- Apoiar a implantação de 779 barragens subterrâneas.
- Beneficiar 11.307 produtores com a distribuição de equipamentos, utensílios e semoventes para apoio às cadeias produtivas da pecuária.
- Implantar seis abatedouros para estruturação da comercialização da produção agropecuária.
- Modernizar 42 sistemas de irrigação para melhoria da eficiência do uso da água de perímetros públicos.
- Implantar 50 unidades produtivas para melhoria dos processos de produção agrícola.
- Substituir 420.000 copas de cajueiro para renovação dos pomares.
- Apoiar 36 projetos da produção apícola.
- Realizar 10.183 fiscalizações do uso e comércio de agrotóxico.
- Realizar 479 certificações sanitárias dos estabelecimentos e produtos de origem animal.
- Realizar 9.261 inspeções para monitoramento da sanidade de animais e vegetais.
- Realizar 16.973 fiscalizações para prevenção e controle de pragas quarentenárias e de importância econômica.





#### TEMA ESTRATÉGICO: INDÚSTRIA

- Implantar o Distrito Industrial do Cariri.
- Implantar duas infraestruturas para a implantação de empreendimento de produção e transformação mineral.
- Atrair 310 empresas de médio e grande porte.
- Implantar o Espaço do Investidor.
- Implantar 102 empreendimentos de médio e grande porte.
- Estruturar a Zona de Processamento de Exportação.
- Implantar o Polo Industrial e Tecnológico para fortalecimento da indústria farmacêutica.

#### TEMA ESTRATÉGICO: SERVIÇOS

- Realizar quatro eventos de promoção de negócios.
- Implantar um conselho para promoção de ações de fortalecimento da política de formação de capital humano.
- Elaborar e disponibilizar oito estudos e pesquisas com informações estratégicas sobre o setor de serviços.

#### TEMA ESTRATÉGICO: INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

- Ampliar e modernizar o Terminal Portuário do Pecém para ampliação de sua capacidade operativa.
- Implantar o Terminal Intermodal de Cargas.
- Pavimentar 793 km de rodovias, ampliando a infraestrutura de transporte rodoviário estadual.
- Conservar 11.369 km de rodovias, melhorando a qualidade da infraestrutura do transporte rodoviário estadual.
- Implantar quatro aeroportos, ampliando a infraestrutura de transporte aeroviário.



- Construir 186 estradas vicinais, ampliando a infraestrutura de transporte rodoviário municipal.
- Implantar 252 km de infraestrutura viária urbana.
- Implantar 77 km de ciclovias.
- Implantar a Linha Leste do Metrô de Fortaleza.
- Implantar a Linha Oeste do Metrô de Fortaleza.
- Implantar a Linha Sul do Metrô de Fortaleza.
- Implantar a linha de trem de passageiros Parangaba/Mucuripe.
- Implantar a linha de trem de passageiros Caucaia/Pecém.
- Implantar a linha de trem de passageiros do Cariri.
- Implantar a Linha Norte de trem de passageiros de Sobral.
- Realizar 23.250 blitz para fiscalização da frota de veículos e condutores em circulação nas vias públicas.
- Ampliar o cadastramento e emissão do Registro de Veículos Automotores, de 1.840.000 veículos registrados em 2016, para 2.140.000 em 2019.
- Ampliar o cadastramento e a habilitação de condutores de veículos automotores, de 625.000 habilitações concedidas em 2016, para 788.000 em 2019.
- Implantar 42 unidades operacionais para ampliação da oferta de serviços de fiscalização do trânsito e transporte.
- Implantar nove unidades operacionais para ampliação da oferta de serviços de Educação de Trânsito.

#### TEMA ESTRATÉGICO: TURISMO

- Construir 167 km de rodovias, melhorando o acesso rodoviário a destinos e localidades turísticas.
- Implantar o Aeroporto de Jericoacoara, melhorando o acesso aeroportuário a destinos e localidades turísticas no Litoral Norte.
- Preservar 19 recursos ambientais nos destinos e localidades turísticos.



- Urbanizar 19 áreas dos destinos turísticos.
- Realizar 10 campanhas de divulgação dos destinos turísticos cearenses.
- Reformar um equipamento de ecoturismo e turismo de aventura.
- Realizar quatro campanhas de divulgação voltadas ao turismo religioso e cultural.
- Implantar o Acquario Ceará.
- Implantar a Escola de Hotelaria e Gastronomia.
- Capacitar 8.400 pessoas nos serviços turísticos.

#### TEMA ESTRATÉGICO: TRABALHO E RENDA

- Implantar 1.240 projetos produtivos para promover a inserção produtiva de agricultores familiares com financiamento de projetos.
- Realizar 474 eventos de formação e qualificação técnica, gerencial e organizacional para agricultores familiares.
- Beneficiar 60.000 famílias da agricultura familiar com projetos de desenvolvimento de capacidades.
- Colocar e recolocar 306.448 trabalhadores no mercado de trabalho pelo Sistema Público de Emprego.
- Implantar uma unidade de atendimento, ampliando as oportunidades de prestação de serviços para trabalhadores autônomos.
- Qualificar 93.061 pessoas socialmente vulneráveis.
- Apoiar a comercialização de 528.280 peças artesanais cearenses.

#### TEMA ESTRATÉGICO: EMPREENDEDORISMO

- Apoiar 425 empresas para desenvolvimento de novos negócios.
- Capacitar 1.690 pessoas em atividades empreendedoras.
- Apoiar 92 empreendimentos produtivos com a disponibilização de infraestrutura.
- Capacitar 48.850 pessoas, ampliando a capacidade empreendedora para geração de



renda.

- Apoiar a formalização de 23.310 empresas.
- Apoiar 20.000 empreendedores para implementação de empreendimentos econômicos e solidários.
- Implantar seis unidades de atendimento ao empreendedor.

#### TEMA ESTRATÉGICO: PESCA E AQUICULTURA

- Apoiar a implantação de 16 projetos de pesca marinha e continental.
- Apoiar a implantação de 40 projetos de aquicultura marinha e continental.
- Ampliar o repovoamento de coleções d'água, de 100 açudes e barragens repovoados em 2016, para 370 em 2019.
- Implantar 10 estruturas de apoio à produção, beneficiamento, comercialização e aproveitamento integral do pescado.
- Assistir 2.190 produtores por ano com serviços de assistência técnica e extensão pesqueira.
- Apoiar 22 eventos de pesca esportiva.
- Capacitar 1.990 pescadores e aquicultores marítimos e continentais.

#### TEMA ESTRATÉGICO: REQUALIFICAÇÃO URBANA

- Construir 84 espaços públicos de convivência social.
- Promover a melhoria da infraestrutura de 80 espaços públicos de convivência social.
- Estruturar 18 espaços urbanos no Cariri Central e Vales do Acaraú e Jaguaribe.
- Estruturar 14 espaços e equipamentos públicos para promoção da acessibilidade para pessoas idosas e com deficiência.

#### EIXO – CEARÁ SUSTENTÁVEL



#### TEMA ESTRATÉGICO: RECURSOS HÍDRICOS

- Construir 25 barragens, ampliando e garantindo a capacidade de acumulação hídrica.
- Construir 534,09 km de adutoras, ampliando e garantindo a capacidade de transferência hídrica.
- Construir 125 km do trecho I do Cinturão das Águas do Ceará – CAC.
- Instalar 5.059 poços, ampliando e garantindo a captação de água subterrânea.
- Implantar 1.931 sistemas de abastecimento de água simplificado nas comunidades difusas.
- Realizar quatro campanhas de preservação dos corpos hídricos.
- Elaborar quatro planos para ampliar o conhecimento sobre a garantia da oferta e a qualidade da água.
- Estruturar o Sistema de Monitoramento e Previsão.
- Realizar oito estudos e projetos voltados para o conhecimento técnico-científico sobre tempo, clima, recursos hídricos, meio ambiente e energias.

#### TEMA ESTRATÉGICO: MEIO AMBIENTE

- Urbanizar oito áreas às margens do Rio Maranguapinho.
- Urbanizar seis áreas às margens do Rio Cocó.
- Recuperar a faixa de proteção do mangue e urbanizar áreas na comunidade do Dendê.
- Beneficiar 64 municípios na implementação da coleta seletiva.
- Elaborar 89 planos para recuperação de áreas degradadas por lixões a céu aberto.
- Construir cinco centrais de tratamento de resíduos sólidos.
- Reflorestar 13.000 hectares de áreas degradadas.
- Criar e implementar 30 unidades de conservação.
- Cadastrar 184.756 imóveis para promover a regularização ambiental de propriedades e posses rurais.
- Implantar três centros de triagem e reabilitação de animais silvestres, ampliando a



proteção da fauna silvestre do Estado do Ceará.

- Proteger 23 unidades de conservação, ampliando o controle dos recursos ambientais nessas áreas.
- Implantar quatro projetos ambientais, melhorando a eficiência energética para as indústrias ceramistas e polo gesseiro.
- Implantar 11 brigadas de incêndio, ampliando as ações de prevenção, controle e monitoramento de queimadas e combate aos incêndios florestais.
- Recuperar 12.020 hectares de áreas degradadas, poluídas ou em processo de degradação e poluição.
- Implantar sete estações de monitoramento da qualidade do ar.
- Realizar 56 eventos de sensibilização da sociedade para preservação e proteção dos recursos ambientais no Ceará.
- Capacitar 7.436 pessoas para preservação e proteção dos recursos ambientais do Ceará.

#### TEMA ESTRATÉGICO: ENERGIAS

- Realizar 481 ligações elétricas para incrementar a energia elétrica trifásica no meio rural.
- Implantar cinco sistemas de geração de energia, ampliando a oferta de serviços de geração e cogeração de energia elétrica.
- Instalar 184 redes de distribuição de gás natural.
- Realizar 121 leilões públicos de energias renováveis.
- Ampliar 400 km da rede de transmissão elétrica para atração de novos empreendimentos do setor energético.
- Ampliar 433 km da rede de distribuição elétrica para atendimento de novos empreendimentos e comunidades.



## EIXO – CEARÁ DO CONHECIMENTO

### TEMA ESTRATÉGICO: EDUCAÇÃO BÁSICA

- Atender 47.958 alunos na Educação de Jovens e Adultos para inclusão dos segmentos populacionais não alfabetizados, daqueles que não concluíram a Educação Básica na idade própria, dos privados de liberdade e das comunidades terapêuticas de adictos.
- Atender de forma diferenciada 4.680 estudantes trabalhadores e demais segmentos vulneráveis à reprovação, ao abandono e à evasão escolar.
- Atender 6.540 pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no âmbito educacional.
- Implantar 18 escolas nas comunidades indígenas/quilombolas e população do campo.
- Adaptar 331 escolas da educação básica com acessibilidade arquitetônica para atender pessoas com deficiência.
- Readequar a estrutura de 57 escolas da Rede de Escolas diferenciadas para comunidades indígenas/quilombolas e população do campo.
- Beneficiar 502.882 alunos com ações para promoção da aprendizagem na idade adequada.
- Implantar 80 centros de educação infantil.
- Implantar duas escolas de ensino fundamental da rede municipal.
- Beneficiar 217.042 alunos com premiação, ajuda de custo e bolsas.
- Atender 133.691 alunos da rede estadual de ensino com transporte escolar.
- Implantar 140 escolas de tempo integral nas escolas estaduais de Educação Básica.
- Implantar quatro centros de línguas estrangeiras para alunos das escolas públicas.
- Capacitar 4.060 gestores escolares.

### TEMA ESTRATÉGICO: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

- Implantar 29 escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional.
- Atender 62.564 alunos nos serviços educacionais das Escolas de Ensino Integrado à Educação Profissional.



- Capacitar 1.582 professores, qualificando o atendimento dos serviços de Educação Profissional.
- Beneficiar 3.610 alunos com a oferta de Ensino de Jovens e Adultos integrado à Educação Profissional.
- Implantar cinco unidades de ensino para oferta de Educação Profissional.
- Capacitar 66.910 pessoas em nível de formação inicial e continuada.
- Capacitar 16.514 pessoas em nível técnico.
- Capacitar 4.581 pessoas em nível tecnológico.
- Capacitar 37.864 pessoas em cursos de tecnologia da informação e comunicação.
- Capacitar 960 pessoas para a demanda do Complexo Industrial e Portuário do Pecém.
- Capacitar 13.840 pessoas na educação à distância.

#### TEMA ESTRATÉGICO: ENSINO SUPERIOR

- Ofertar 9.824 vagas de acesso ao Sistema Estadual de Educação Superior da População.
- Ofertar 259 vagas de titulação de mestres e doutores para professores da Educação Superior.
- Ofertar 4.607 vagas de formação em pós-graduação *Stricto Sensu*.
- Ofertar 473 vagas de formação em pós-graduação para professores da educação básica.
- Beneficiar 3.070 alunos com assistência estudantil, em especial aqueles em vulnerabilidade social.
- Apoiar 1.296 projetos, ampliando a atividade de pesquisa científica.

#### TEMA ESTRATÉGICO: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

- Ampliar a oferta de serviços de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), implantando 20 unidades.
- Capacitar 14.050 pessoas em Ciência, Tecnologia e Inovação.



- Realizar 336 eventos para difusão, popularização e interiorização da Ciência, Tecnologia e Inovação.
- Melhorar a competitividade das empresas e da qualidade com a certificação de 12 produtos.
- Apoiar 166 projetos para fomento à pesquisa científica, tecnológica e de inovação.
- Apoiar 30 projetos para a geração e ampliação de energias renováveis.
- Criar e disponibilizar 13 novos serviços de tecnologia da informação e comunicação.
- Ampliar a infraestrutura de acesso à tecnologia da informação e comunicação, conectando 47 municípios.
- Expandir a infraestrutura do serviço de telefonia móvel com acesso a internet, conectando 180 distritos municipais.

#### TEMA ESTRATÉGICO: CULTURA

- Apoiar 265 projetos culturais na linguagem da música.
- Apoiar 52 projetos culturais na linguagem da dança.
- Apoiar 56 projetos culturais na linguagem do teatro.
- Apoiar 76 projetos culturais na linguagem do audiovisual.
- Apoiar 56 projetos culturais na linguagem das artes visuais.
- Apoiar 56 projetos culturais na linguagem da literatura.
- Apoiar 56 projetos culturais na linguagem do circo.
- Apoiar 56 projetos culturais na linguagem do humor.
- Apoiar 56 projetos culturais na linguagem do design e moda.
- Apoiar 13 projetos culturais na linguagem da arte e cultura digital.
- Realizar 672 capacitações para formação de artistas e produtores nas diversas linguagens culturais.
- Apoiar 240 projetos culturais para a expansão da Rede de Pontos de Cultura.
- Implantar 17 equipamentos culturais para ampliação da oferta de infraestrutura de



acesso às ações culturais nas diversas linguagens.

- Ampliar a difusão do livro, da leitura e da literatura, concedendo 400 bolsas.
- Apoiar 16 projetos culturais para ampliação do acesso e inserção de jovens e crianças nas atividades culturais.
- Adquirir cinco bens imóveis de interesse histórico e artístico-cultural do Estado.
- Preservar e restaura 16 bens imóveis do patrimônio de interesse histórico, artístico-cultural do Estado.
- Adquirir 29 bens móveis/acervo do patrimônio de interesse histórico e artístico-cultural do Estado.
- Preservar e restaura 60 bens móveis/acervo do patrimônio de interesse histórico, artístico-cultural do Estado.
- Implantar 16 equipamentos culturais para ampliação das ações de recolhimento, preservação e divulgação de documentos de valor histórico.
- Apoiar 91 projetos culturais para valorização dos Tesouros Vivos da Cultura Cearense.
- Capacitar 150 pessoas em gestão e política cultural.
- Ampliar a cobertura do sinal digital, de 31 municípios atendidos em 2016 para os 184 em 2019.
- Expandir e regularizar a grade de programação com a veiculação de 25 programas de TV.

## EIXO – CEARÁ SAUDÁVEL

### TEMA ESTRATÉGICO: SAÚDE

- Apoiar os 184 municípios no desenvolvimento de ações de vigilância e controle de endemias nas áreas vulneráveis e/ou receptivas para transmissão das doenças endêmicas.
- Apoiar os 184 municípios no desenvolvimento de ações de imunizações para o controle, eliminação e erradicação das doenças imunopreveníveis.
- Apoiar 60 municípios no desenvolvimento de ações de vigilância em saúde ambiental para a prevenção, redução e eliminação da exposição humana aos fatores de riscos ambientais.



- Apoiar os 184 municípios no desenvolvimento de ações de vigilância sanitária para o controle do risco sanitário em produtos e serviços de saúde.
- Apoiar os 184 municípios no desenvolvimento de ações de vigilância epidemiológica de doenças e agravos.
- Beneficiar 37.836 pessoas com necessidades especiais com ações de assistência social.
- Beneficiar os 184 municípios com a ampliação da oferta de medicamentos.
- Implantar 78 farmácias nas centrais de abastecimento, ampliando a oferta de medicamentos.
- Realizar 1.549 transplantes de órgãos.
- Implantar três hospitais regionais, ampliando a oferta dos serviços hospitalares de média e alta complexidade.
- Implantar seis policlínicas, ampliando a oferta dos serviços ambulatoriais especializados.
- Apoiar os 184 municípios nas ações de saúde da atenção primária.
- Implantar 13 unidades de saúde, ampliando a oferta de serviços da atenção primária à saúde.
- Capacitar 23.932 trabalhadores de saúde, promovendo a melhoria contínua da força de trabalho nos sistemas e serviços de saúde.
- Formar 3.420 trabalhadores de saúde.
- Implantar quatro centros de simulação realística, ampliando as estruturas tecnológicas para o ensino de saúde.
- Beneficiar os 184 municípios no acesso dos trabalhadores da saúde à educação permanente em saúde.

#### TEMA ESTRATÉGICO: ESPORTE E LAZER

- Realizar 360 eventos esportivos para população.
- Implantar 182 núcleos esportivos com entidades parceiras.
- Construir 270 equipamentos de esporte e lazer.



- Modernizar 164 parques esportivos.
- Conceder 200 bolsas de esporte, incentivando à preparação de atletas de alto rendimento.
- Realizar 60 eventos esportivos de rendimentos.

### TEMA ESTRATÉGICO: SANEAMENTO BÁSICO

#### No meio urbano

- Implantar cinco sistemas de abastecimento de água.
- Melhorar sete sistemas de abastecimento de água.
- Ampliar 80 sistemas de abastecimento de água.
- Implantar 44 sistemas de esgotamento sanitário.
- Melhorar 38 sistemas de esgotamento sanitário.
- Ampliar quatro sistemas de esgotamento sanitário.

#### No meio rural

- Implantar 1.834 sistemas de abastecimento de água.
- Expandir 176 sistemas de abastecimento de água.
- Implantar 18 sistemas de esgotamento sanitário.
- Implantar 18.583 kits sanitários.
- Implantar 100.816 cisternas para solução domiciliar de acesso à água potável.

### EIXO – CEARÁ PACÍFICO

#### TEMA ESTRATÉGICO: SEGURANÇA PÚBLICA

- Assistir por ano 245.000 pessoas vítimas de desastres.
- Recuperar 14 cenários de desastres.
- Assistir 32.400 famílias em situação de risco, restabelecendo serviços essenciais colapsados por desastres.



- Capacitar 15.215 profissionais, promovendo a melhoria contínua da prestação dos serviços de Segurança Pública Estadual.
- Formar 4.000 novos integrantes da Segurança Pública.
- Implantar 20 delegacias para ampliar a oferta de serviços de policiamento civil.
- Implantar nove unidades de perícia forense.
- Implantar 12 quartéis para ampliar serviços bomberísticos.
- Realizar 40 blitz como ações integradas ostensivas e preventivas.
- Implantar uma base de patrulhamento aéreo.
- Implantar 11 unidades de radiocomunicação de segurança.
- Implantar nove quartéis para ampliar serviços de policiamento ostensivo militar.
- Ampliar o sistema de videomonitoramento para melhoria dos serviços das áreas de segurança integrada.
- Atender 40.000 pessoas nos serviços de prevenção à violência contra pessoas em situação de vulnerabilidade social.
- Implantar seis delegacias, ampliando os serviços voltados à preservação dos direitos das crianças, adolescentes, mulheres e minorias.
- Beneficiar 160 municípios com menos de 60.000 habitantes, apoiando a implantação das Guardas Municipais.
- Beneficiar os 184 municípios com ações educacionais de resistência às drogas e projetos sociais.
- Realizar eventos, promovendo o diálogo permanente entre sociedade e sistema de segurança pública.
- Implantar duas unidades operacionais, ampliando os serviços integrados de atividades de correição disciplinar.
- Implantar o Núcleo de Desenvolvimento Humano da CGD.

## TEMA ESTRATÉGICO: JUSTIÇA E CIDADANIA

- Implantar 19 unidades prisionais para ampliação da vagas.
- Atender 585.410 presos e egressos com ações de saúde, educação e assistência jurídica.
- Atender 3.550 pessoas em cumprimento de pena e familiares com ações ao enfrentamento à drogadição e promoção da saúde mental.
- Beneficiar 16.332 presos e egressos com ações voltadas à ressocialização e ao apoio à empregabilidade.
- Implantar 28 promotorias, ampliando a tutela de defesa do consumidor.
- Implantar 14 promotorias, ampliando a atuação ministerial de defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- Apoiar 12 projetos de proteção e defesa dos direitos difusos.
- Implantar 30 projetos para ampliar e qualificar a prestação jurisdicional.
- Melhorar oito sistemas de informação dos dados de identificação e histórico criminal.
- Habilitar 13 unidades prisionais para estruturação e qualificação da sistemática de envio dos procedimentos policiais ao Poder Judiciário.
- Habilitar 34 distritos policiais para estruturação e qualificação da sistemática de envio dos documentos administrativos prisionais ao Poder Judiciário.
- Atender 26 unidades judiciárias com a expansão dos serviços de apoio à área criminal.
- Integrar 28 serviços entre os órgãos do Sistema de Justiça Criminal.





#### TEMA ESTRATÉGICO: POLÍTICA SOBRE DROGAS

- Implantar 16 unidades de atendimento, ampliando a oferta de serviços no âmbito das drogas.
- Atender 146.280 pessoas por ano no serviço de prevenção no âmbito das drogas.
- Ampliar o atendimento a pessoas no serviço de tratamento e acolhimento no âmbito das drogas, de 198.352, em 2016, para 214.176, em 2019.
- Atender 7.568 pessoas por ano no serviço de inserção social e profissional de pessoas envolvidas no uso problemático de drogas.
- Realizar 2.208 eventos para ampliar a participação da sociedade no controle social e nas políticas sobre drogas.
- Capacitar 3.224 profissionais por ano para melhoria da prestação de serviços no âmbito das drogas.